



História da América

História da América

Rafael Pavani da Silva
Jardel Costa Pereira

© 2017 por Editora e Distribuidora Educacional S.A.

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida ou transmitida de qualquer modo ou por qualquer outro meio, eletrônico ou mecânico, incluindo fotocópia, gravação ou qualquer outro tipo de sistema de armazenamento e transmissão de informação, sem prévia autorização, por escrito, da Editora e Distribuidora Educacional S.A.

Presidente

Rodrigo Galindo

Vice-Presidente Acadêmico de Graduação

Mário Ghio Júnior

Conselho Acadêmico

Alberto S. Santana

Ana Lucia Jankovic Barduchi

Camila Cardoso Rotella

Cristiane Lisandra Danna

Danielly Nunes Andrade Noé

Emanuel Santana

Grasiele Aparecida Lourenço

Lidiane Cristina Vivaldini Olo

Paulo Heraldo Costa do Valle

Thatiane Cristina dos Santos de Carvalho Ribeiro

Revisão Técnica

Diego da Costa Vitorino

Emiliano César de Almeida

Editorial

Adilson Braga Fontes

André Augusto de Andrade Ramos

Cristiane Lisandra Danna

Diogo Ribeiro Garcia

Emanuel Santana

Erick Silva Griep

Lidiane Cristina Vivaldini Olo

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Silva, Rafael Pavani da
S436h História da América / Rafael Pavani da Silva, Jardel Costa
Pereira. – Londrina : Editora e Distribuidora Educacional S.A.,
2017.
232 p.

ISBN 978-85-522-0288-2

1. América – História. I. Título.

CDD 970.2

2017

Editora e Distribuidora Educacional S.A.

Avenida Paris, 675 – Parque Residencial João Piza

CEP: 86041-100 – Londrina – PR

e-mail: editora.educacional@kroton.com.br

Homepage: <http://www.kroton.com.br/>

Sumário

Unidade 1 América pré-colonial e colonial	7
Seção 1.1 - A América e os vestígios de seus primeiros habitantes	10
Seção 1.2 - Formação social e cultural no novo continente	26
Seção 1.3 - A formação do sistema colonial	47
Unidade 2 Colonização e independência nas Américas Espanhola e Inglesa	71
Seção 2.1 - As treze colônias inglesas	73
Seção 2.2 - A Revolução Americana	88
Seção 2.3 - As independências na América Espanhola	107
Unidade 3 A formação das nações americanas	123
Seção 3.1 - EUA no século XIX: Guerra Civil, industrialização e imperialismo	125
Seção 3.2 - América Latina no século XIX: identidade e formação dos estados nacionais	141
Seção 3.3 - A América do entreguerras: crescimento, crise e massas na política	158
Unidade 4 A América no mundo contemporâneo	177
Seção 4.1 - Guerra Fria e Autoritarismo na América Latina	179
Seção 4.2 - América Latina e a nova ordem mundial	194
Seção 4.3 - América Latina no século XXI	211

Palavras do autor

Prezados alunos, sejam bem-vindos à disciplina *História da América*, que tem como objetivo estudar o continente americano. É de suma importância conhecer essa história, desde os primórdios de seu povoamento até a atualidade, pois assim compreenderemos muitas coisas do passado que ainda repercutem na vida cultural das populações no continente americano, especificada em sua diversidade política, econômica, religiosa e social.

Para que esse objetivo seja atingido com êxito, faz-se necessário o autoestudo, ou seja, é preciso debruçar-se sobre a dinamicidade desse material preparado para você, de maneira que a construção de seu conhecimento seja efetiva e que você domine as competências necessárias que foram metodologicamente pensadas para cada unidade de estudo, tais como conhecer os marcos históricos referentes à América pré-colonial, colonial e contemporânea, que são objeto de ensino e aprendizagem na educação básica, além de abordar criticamente a formação histórica e demográfica, ressaltando as diversidades socioculturais dos países do continente.

No autoestudo que realizará, você percorrerá primeiramente a América antes mesmo de ela ter sido assim designada e ter se tornado colônia, conhecendo as teorias que explicam o surgimento dos primeiros habitantes desse vasto continente. Você também compreenderá as complexas civilizações formadas por povos locais, sua diversidade cultural, o processo de conquista e dominação europeia, as guerras de independência e, enfim, a constituição das atuais fronteiras que dividem o continente. Do mesmo modo, pensaremos sobre a formação dos Estados Independentes e os processos de exclusão social que consolidaram as desigualdades flagrantes ainda presentes na América Latina

Finalmente, outro eixo de estudos a ser analisado e aprofundado ao longo das unidades, será a formação dos Estados Unidos, que se diferenciou do contexto que ocorreu no restante da América, tanto no processo de colonização europeia quanto nas lutas pela independência. A construção da nação que, ao longo do século

XX dominaria a economia mundial será, portanto, um dos nossos temas centrais.

Caro aluno, desejamos sucesso nessa caminhada de investimento pessoal e em seus estudos.

América pré-colonial e colonial

Convite ao estudo

Prezado aluno, seja bem-vindo à primeira unidade do seu curso de licenciatura em História, cujo assunto tem como objetivo o estudo dos primórdios do continente americano, ou seja, as teorias e hipóteses sobre a chegada do ser humano a essa parte do planeta Terra.

Espera-se, com essa unidade, que você seja capaz de se aprofundar num debate sobre as sociedades deste continente, em toda sua diversidade, anteriores ao domínio colonial europeu. Trata-se, portanto, de buscar uma perspectiva comparativa entre esse processo de conquista e o período pré-colonial.

Atente para o fato de que as condições geográficas tanto no norte quanto no sul das Américas se diferenciam bastante, tendo em um mesmo território condições climáticas extremas, como os desertos e sertões que apresentam altas temperaturas e regiões que têm baixas temperaturas, com um inverno extremamente rigoroso. Além da geografia diversa, as diferentes sociedades nativas apresentavam grandes variações em suas organizações políticas, econômicas e culturais. As semelhanças e diferenças também podem ser comparadas no processo de colonização, em que toda a extensão territorial foi colonizada por europeus, mas de maneira diversa e com objetivos variados.

As diversas sociedades que costumamos chamar de indígenas, são, na verdade, constituídas por populações completamente diferentes, com distintos costumes, idiomas, religiões, práticas políticas etc. O nome "índio"

é a marca do desencontro entre os primeiros europeus a desembarcarem nessas terras e os nativos do continente. Quando reproduzimos a noção de que os povos indígenas são todos iguais, estamos reproduzindo uma visão construída pelos conquistadores europeus de séculos atrás. E, por muito tempo, foi justamente essa visão eurocêntrica, que valorizava a história europeia em detrimento das sociedades indígenas, que dominou a interpretação dos historiadores. Foi assim que, durante muitos anos, utilizou-se termo ‘descoberta’ sem nenhum critério crítico para referir-se ao processo em que os colonizadores europeus tomaram posse das terras americanas. Por isso, alguns questionamentos se fazem pertinentes: como o território americano foi povoado? Por quem? Quais são as condições físicas encontradas por esses povos? Quais culturas esses homens e mulheres desenvolveram?

Com base no estudo da história da América, você poderá reavaliar conceitos e interpretações que foram realizados de forma equivocada por historiadores no passado, ou ainda perceber que faltou por parte dos pesquisadores uma visão mais crítica e menos influenciada pelas ideologias difundidas pelos europeus. Este, vale ressaltar, é um desafio que todos os pesquisadores enfrentam:

Para que você compreenda e faça uma aproximação do contexto em que viviam os primeiros moradores do continente americano, propomos o seguinte contexto de aprendizagem. Acompanhe-o conosco:

Vamos embarcar na história de Teçá, morador de alguma parte extensa da América, num período em que não havia demarcações políticas dos limites ou das fronteiras territoriais. Em seu idioma, o tupi-guarani, seu nome significa “olhos atentos”, e uma de suas características é ser um bom observador, o que faz dele também um ser pensante que vive refletindo sobre diversas coisas, interrogando-se sobre sua existência e a realidade em que vive. Teçá é o personagem

que nos acompanhará nesta primeira unidade de ensino. O contexto histórico vivido por ele é uma das várias possibilidades de vida cotidiana na América pré-colonial, numa região da floresta tropical densa. Embora Teçá viva nas mesmas condições de seus parentes e outros grupos que existem nos arredores de seu aldeamento, sua curiosidade faz dele um sujeito diferente da maioria dos habitantes de sua tribo. Por essas características, ele necessita de momentos de reflexão numa região litorânea próxima à sua aldeia, em que passa horas contemplando o mar.

Para responder aos desafios impostos pelo contexto de aprendizagem e compreender a complexa realidade existente nos primórdios de formação das Américas, esta unidade divide-se em três seções. A primeira analisará as teorias científicas que explicam a origem dos primeiros habitantes do continente americano. Na segunda seção, você tomará conhecimento de como se constituiu a formação social e cultural dos grupos existentes nas diversas regiões da América. O estudo da última seção está centrado no período colonial e na existência de sociedades complexas e organizadas tanto política quanto economicamente, e, enfim, a partir de suas contradições entenderemos o desenvolvimento dos projetos de independência por toda a América.

Seção 1.1

A América e os vestígios de seus primeiros habitantes

Diálogo aberto

Olá! Iniciaremos a primeira seção da unidade América pré-colonial e colonial. Nela, analisaremos os vestígios dos primeiros habitantes do continente americano. Para isso, veremos as prováveis explicações da trajetória dos primeiros homens e mulheres em seu caminho para a América.

Espera-se que, ao final desta seção, você possa refletir mais profundamente sobre os processos migratórios durante o paleolítico e o neolítico, sobre as primeiras migrações para a América e a respeito da formação dos povos pré-colombianos.

Para tanto, conheça a história de Teçá, um jovem que viveu na passagem entre os séculos XIV e XV e que simboliza um momento de transformação para os nativos deste continente. Teçá e sua terra estão prestes a ser "descobertos", ou seja, conquistados pelos europeus e sua visão de mundo, marcada pelo cristianismo da era moderna, pelo mercantilismo e por uma perspectiva científica ocidental que ainda dava ali seus primeiros passos. O encontro entre europeus e indígenas será marcado pelos desencontros em suas concepções de mundo. Diferente de outras sociedades indígenas, os povos tupis não desenvolveram a escrita, mas, ainda assim, Teçá, como os demais de sua tribo, tem um profundo conhecimento da natureza, conhece cada animal e planta ao seu redor e possui um complexo sistema de valores e crenças.

Dentre os questionamentos e as reflexões estabelecidas por Teçá, estão perguntas como: de que lugar viemos? Existem outros povos em outros locais além de nós? Quão extensas serão essas terras? O que existirá além do mar? O que há no céu? Como encontrar solução para tantos problemas que ele e

seus companheiros enfrentavam, por exemplo, o clima, a relação com a terra, a produção de seus alimentos, a fome e as doenças questionava Teçá. Quais outros problemas você imagina que os primeiros habitantes da América enfrentaram quando se instalaram em nossas terras? Quais soluções esses indígenas desenvolveram a partir do meio ambiente para problemas como a fome e as doenças?

Veja que esses questionamentos indicam o cenário que você pode mentalmente criar para estabelecer percepções sobre a realidade dos primeiros moradores da América, que não podem ser qualificados, como acontece com frequência, por atrasado, selvagem. Entretanto, evitando esse olhar etnocêntrico, é possível construir uma visão mais complexa das sociedades que se estabeleceram na América antes da chegada dos europeus e uma interpretação histórica capaz de entender as diferentes culturas a partir de suas narrativas próprias, em oposição à hierarquização típica do eurocentrismo.

Não pode faltar

A situação-problema apresentada necessita de diversos conceitos para ser resolvida. Inicialmente ela nos convida a entender situações complexas que foram se estabelecendo ao longo do tempo, principalmente na forma de abordagem que os historiadores, arqueólogos, geólogos e paleontólogos estabeleceram a partir dos dados e vestígios por eles encontrados. Como as análises históricas desses fatos foram construídas ao passar dos séculos da dominação europeia, a visão colonizadora - eurocêntrica- ainda domina a concepção que a maioria das pessoas possui sobre este processo.



Refleta

Você se considera um ser mais civilizado do que algum outro de que você tem conhecimento? Por quê? No Brasil você acha que há regiões em que as pessoas são mais evoluídas do que as outras? E no mundo? Como você avaliaria o estágio de desenvolvimento de um povo indígena que vive isolado do restante do mundo, vivendo na floresta amazônica? Serão os nossos índios vestígios da pré-história?

No entanto, como você, prezado aluno já sabe, a ausência de registros escritos não significa ausência de história. A partir dos vestígios materiais, tentaremos apresentar um resumo do que sabemos sobre esses processos migratórios pré-históricos ocorridos tanto no paleolítico quanto no neolítico.



Assimile

Pode-se concluir que os primeiros americanos que povoaram o continente eram pré-históricos, pois os vestígios identificados apontam para os períodos Paleolítico e Neolítico.

Quais são as características desses vestígios? Os artefatos encontrados nas regiões americanas são simples, como pedras que foram talhadas, ora com uma ora duas faces e um tipo de objeto para raspar, além de materiais feitos de ossos classificados num período paleolítico inferior.

No chamado período Paleolítico, iniciado entre 17 mil e 16 mil anos atrás, houve uma maior complexidade na produção dos artefatos, pois foram encontradas flechas com pontas de duas faces e até facas feitas de pedra, com variados tamanhos e uma técnica de lascamento por pressão, conforme escrito por René Haurón em seu livro *A verdadeira América*.

Como ocorreu a passagem do período Paleolítico para o Neolítico? Para o historiador Jaime Pinsky (1994), o desenvolvimento agrícola, a descoberta do fogo e o surgimento de um chefe político não foram frutos de um processo instantâneo:



[...] Não se deve pensar que a passagem da atividade coletora para a agrícola tenha se dado de uma maneira brusca ou por um toque de magia. Deu-se, antes, através de um longo processo que inclui cuidadosa percepção dos fenômenos naturais, elaboração de teoria causa/efeito e doses de acidentalidade. Um grão caído na terra começa a germinar e é observado em seu crescimento por algumas mulheres que estão coletando na área: aí temos, provavelmente, a base da transformação. (PINSKY, 1994, p. 38)

Quais dos vestígios materiais encontrados se classificam como da época neolítica? Caro aluno, você já deve ter estudado que o desenvolvimento da agricultura foi um fator determinante que fez que o homem e a mulher deixassem de ser nômades e se fixassem em um determinado local. Foi o desenvolvimento da cultura agrícola que fez que surgissem nas Américas importantes centros urbanos, nos quais outras culturas passaram também a ser produzidas, como os objetos feitos de cerâmica, o uso de cestos e artefatos de pedra e cobre agregados à agricultura e até mesmo tecidos.

A América, do período que vai do início de sua povoação pré-histórica até a chegada dos primeiros europeus, é conhecido como "pré-colombiana". A referência ao nome de Colombo se dá pelo ponto de transformação que a chegada do navegador genovês representa para a história deste continente, como estudaremos no próximo conteúdo.



Vocabulário

Ágrafo - adj. 1. Que não está escrito. 2. Que não admite escrita. (Fonte: <http://michaelis.uol.com.br/busca?r=0&f=0&t=0&palavra=%C3%A1grafo>. Acesso em: 10 abr. 2017)

Autóctone: originário do país em que habita, lugar cujos ancestrais sempre habitaram: os berberes são populações autóctones da África do Norte. Fonte: <<http://www.dicio.com.br/autoctone/>>. Acesso em: 24 out. 2016.

Pré-colombiano: período compreendido desde o povoamento do continente americano quando diversos povos construíram e mantiveram uma cultura específica, sem o contato com a cultura europeia.

Pré-história: antes da História, ou seja, do período em que os homens e as mulheres não haviam inventado a escrita, eles, conseqüentemente, não possuíam uma história ou não construíam fatos históricos.

No entanto, de onde teriam vindo esses povos? Ao longo dos séculos diversas teorias tentaram explicar a origem do homem americano. Religiosos do período colonial consideraram a hipótese dessa terra ser o Éden perdido e seus habitantes já foram até mesmo considerados descendentes das antigas tribos de Israel. No entanto, hoje em dia, os especialistas se

debruçam sobre uma resposta científica para a origem do homem americano. Como não existem fósseis ancestrais do *Homo sapiens* na América, sabe-se que o ser humano não é autóctone desse continente. Duas teorias são mais aceitas para a sua chegada: a hipótese da passagem pelo Estreito de Bering e a teoria das diferentes migrações esporádicas, com destaque para a noção de navegação pelo Pacífico.

Paleontólogos, arqueólogos, linguistas e geólogos, por meio de suas pesquisas, apontam que homens e mulheres chegaram às terras americanas entre 20 mil e 35 mil anos atrás, intervalo do qual alguns pesquisadores discordam, propondo essa chegada há 50 mil anos.

A teoria do Estreito de Bering defende que grupos humanos das regiões da Mongólia e da Sibéria, na Ásia, entraram nas terras americanas por uma imensa ponte de gelo:



Durante uma das glaciações, épocas em que o nível do mar baixava cerca de 50 metros, ali se estabelecia uma espécie de "ponte terrestre" ligando a Sibéria asiática e o Alasca americano, por onde teriam chegado os primeiros grupos humanos à América. Sabemos através da geologia que a mais antiga 'ponte' existiu entre 50.000 e 40.000 anos atrás e foi usada por grandes mamíferos que migraram da Ásia para as Américas; e que, após um intervalo de aproximadamente 12.000 anos, a ponte reapareceu entre 28.000 e 10.000 anos atrás. Embora essa teoria tenha tido uma grande aceitação entre os estudiosos da América e seja, ainda hoje, aceita pela maioria deles, ainda não foi possível determinar com certeza a cronologia do uso humano dessa passagem. (NEVES; HUMBERG, 2005, p. 14-15)

Os nossos ancestrais foram deixando indícios nos locais em que viveram ou pelos quais passaram. O sítio arqueológico que comprova a teoria do Estreito de Bering é o de Clóvis, na América do Norte, lugar em que se encontraram pontas de pedra lascada e esqueletos de grandes animais, como os mamutes e bisontes. No entanto, a data de sua existência tem sido bastante questionada,

pois pesquisas realizadas no sul do Chile - no extremo oposto do continente - demonstram a existência de homens e mulheres bem anterior à de Clóvis.

Pesquise mais

Que tal você ler essa reportagem da arqueóloga brasileira Niéde Guidon, que apresenta uma outra data para o aparecimento do homem na América, fundamentada em vestígios materiais encontrados no Brasil?

SUPER INTERESSANTE. O primeiro brasileiro, **Revista Super Interessante**, 31 out. 2016. Disponível em: <<http://super.abril.com.br/ciencia/o-primeiro-brasileiro/>>. Acesso em: 27 jul. 2016.

A outra hipótese, cada vez mais aceita, sustenta que o homem e a mulher chegaram à América em várias migrações, navegando pelo Oceano Pacífico, vindo da Oceania, da Polinésia e até mesmo da Ásia, pois essa hipótese tenta explicar o motivo dos ameríndios possuírem características de povos dessas regiões, como os aborígenes australianos e nativos polinésios.

A Figura 1.1 ilustra as possíveis rotas de migrações de homens e mulheres para o continente americano:

Figura 1.1 | Teorias sobre a ocupação da Terra pelos homens



Todas essas questões que envolvem a chegada de homens e mulheres às Américas são importantes para a construção de uma narrativa histórica própria dos povos locais, a fim de compreender algumas das características das populações que colonizaram - estes, sim - nosso continente.

Prezado aluno, você poderia levantar a seguinte questão: quais são as provas materiais da existência desses povos?

No parecer de Neves e Humberg (2005), reconstruir a história desses diversos povos não é uma tarefa muito fácil. Inicialmente, durante o período de formação desses primeiros povos, não há qualquer tipo de registro escrito - como no resto das sociedades da mesma época. Enquanto alguns desses povos, com o passar dos séculos, desenvolveram complexas formas de escrita, outros desenvolveram culturas ágrafas. Em alguns casos, ainda, as formas de escrita são de difícil interpretação e/ou foram dificultadas pela conquista europeia e sua destruição parcial. Nesse sentido:



[...] os vestígios materiais deixados por eles – esqueletos de homens ou dos animais de que se alimentavam; restos de casas, túmulos, templos; artefatos e objetos diversos, como cerâmicas, esculturas, instrumentos agrícolas e outras ferramentas – representam a fonte principal de informações sobre seu modo de vida.

As cerâmicas e os tecidos decorados com cenas do cotidiano, as pinturas rupestres e murais, além das grandes construções, como templos, palácios e cidades abandonadas em meio às selvas e cordilheiras do continente, são preciosidades arqueológicas fundamentais para a tarefa de desvendar o passado. (NEVES; HUMBERG, 2005, p. 4)

Outros registros também são importantes: além do patrimônio material, temos também o patrimônio imaterial, ou seja, os documentos escritos, apesar de poucos, mas importantes para a compreensão dos nossos antepassados que viveram no período pré-colombiano. Numa fase de encerramento do período Neolítico, inúmeros povos americanos se desenvolveram ao ponto de se constituírem civilizações sofisticadas, como os Astecas, Maias e Incas. Esses povos já tinham códigos de escrita e deixaram vários registros sobre suas atividades econômicas, cultural,

política e religiosa. Muitos europeus também escreveram sobre as civilizações na América, a partir do processo de colonização das terras americanas.



Exemplificando

Figura 1.2 | A carta de Pero Vaz de Caminha



Fonte: <<http://www.historia-brasil.com/descobrimto/carta-caminha-imagem.htm>>. Acesso em: 31 out. 2016.

Pero Vaz de Caminha foi escrivão da frota de Pedro Álvares Cabral que aportou em terras brasileiras no ano de 1500. Ele escreveu uma extensa carta muito significativa e detalhada, com a sua interpretação sobre como viviam os homens e as mulheres nessa época e como se estabeleceu o encontro entre eles e esses povos.

Para ler integralmente essa carta, acesse: <http://objdigital.bn.br/Acervo_Digital/livros_eletronicos/carta.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2016.

A carta de Pero Vaz de Caminha, como tantos outros documentos, foi escrita numa ótica europeia, permeada pela concepção de mundo da cristandade católica do século XVI. O filósofo e escritor mexicano Edmundo O’Gorman (1992) escreveu um livro intitulado *A invenção da América*, que traduz bem o significado do choque e da transformação cultural que se estabeleceu com a chegada do europeu a terras americanas. A hipótese defendida por O’Gorman é de que a invenção do novo continente encontrado foi acompanhada por uma visão “fantástica”, “fabulosa”, “legendária”, “mítica” e, ao mesmo tempo, houve uma construção racional da visão de América:



Não será fácil convir que o problema fundamental da história americana consiste em explicar satisfatoriamente o aparecimento da América no seio da Cultura Ocidental, porque essa questão envolve a maneira de se conceber o ser da América e o sentido que se há de atribuir à sua história. Pois bem, todos sabemos que a resposta tradicional consiste na afirmação de que a América resultou do seu descobrimento, ideia que tem sido aceita como algo por si só evidente e constitui, nos dias de hoje, um dos dogmas da historiografia universal. Mas é possível realmente afirmar-se que a América foi descoberta sem que se incorra em um absurdo? [...]. (O'GORMAN, 1992, p. 25)

Apesar de seu uso recorrente, a ideia de um "descobrimento" reproduz uma visão eurocêntrica de mundo. É preciso esclarecer, caro aluno, que não se trata de uma simples discussão terminológica. Foi justamente uma visão de mundo que considerou os povos indígenas sem história ou cultura, que reproduzindo uma noção de inferioridade dos nativos, justificou o extermínio contínuo não apenas de sociedades inteiras, mas também silenciou culturas e seus traços identitários mais elementares.



Reflita

Ao longo dos quinhentos anos de dominação europeia na América, o processo de destruição cultural das populações nativas tem sido constante. Ainda hoje encontramos regiões do continente que estão sendo "desbravadas" pelos chamados homens brancos, com o uso de violência contra as populações indígenas, reproduzindo a prática mais usada desde o século XV. Outra forma de destruição cultural tem sido a aculturação de grupos que incorporam valores das culturas brancas, perdendo suas explicações de mundo e rompendo os vínculos históricos com suas culturas (NEVES; HUMBERG, 2005, p. 9).

No livro intitulado *História da América através de textos* organizado pelo historiador Jaime Pinsky, os termos integração e incorporação são utilizados para substituir a palavra "descobrimento", explicando que as sociedades nativas pagaram um alto preço por terem sido consideradas "incivilizadas", caracterizando-as como seres inferiores:

Quando as embarcações de Colombo aportaram na América, de fato não a 'descobriram', pois muita gente já vivia em nosso continente. O que de fato ocorreu foi a integração da América ao continente europeu, ou, mais exatamente, à sociedade mercantil.

Há quem pense que essa integração foi um favor que os europeus 'civilizados' prestaram aos indígenas 'bárbaros'. Isto não é verdade. As sociedades nativas eram socialmente muito complexas e desenvolvidas [...]. (PINSKY et al., 1994, p. 11)

O processo de apagamento do *outro* - entendido aqui como o processo pelo qual o europeu transformou essas terras e vidas em parte de sua própria narrativa e história - foi tema de pesquisa de diversos estudiosos. As ferramentas necessárias para o desenvolvimento dos princípios da tolerância religiosa ou da **alteridade** que possuímos hoje eram, naquele momento, extremamente limitadas. A concepção da cristandade do século XVI e sua visão cruzadística de mundo, a Igreja Católica da Contrarreforma e seus jesuítas: tudo apontava para a conversão do *outro*, transformá-lo em parte da cristandade ou, quando isso não era considerado possível, destruí-lo. Muitos exemplos famosos ilustram esse desencontro, acompanhado do silenciamento ou do extermínio do *outro* indígena. O cronista português Pero de Magalhães de Gândavo afirmou em 1576 a respeito de um suposto idioma indígena na colônia portuguesa: "a língua de que usam, por toda a costa, carece de três letras; convém a saber, não se acha nela F, nem L, nem R, coisa digna de espanto, porque assim não têm Fé, nem Lei, nem Rei". À incompreensão dos códigos culturais dos indígenas somava-se o desejo da conquista da terra e sua exploração. O grande historiador Michel De Certeau afirmou a respeito deste processo:

o conquistador irá escrever o corpo do outro e nele traçar a sua própria história. Fará dele o corpo historiado – o brasão – de seus trabalhos e de seus fantasmas. Isto será a América 'Latina'. (...) Mas o que assim se disfarça é uma colonização do corpo pelo discurso do poder. É a escrita conquistadora. Utilizará o Novo Mundo como uma página em branco (selvagem) para nela escrever o querer ocidental. Transforma o espaço do outro num campo de expansão para um sistema de produção. (CERTEAU, 2002, p. 9)

Para responder às questões de Teçá, faz-se necessário desconstruir a visão eurocêntrica que os historiadores tradicionais por anos a fio reproduziram em suas obras e pela qual você certamente foi influenciado nas aulas de História nos ensinamentos fundamental e médio. Colocar-se no lugar de Teçá, de outra personagem, é o primeiro passo de resgate da identidade de parte dos nossos antepassados, que tiveram suas vidas e histórias silenciadas pelo domínio europeu. Como Teçá e diversos outros indivíduos nativos do continente americano, a perspectiva da realidade era, com certeza, distinta daquela apresentada por qualquer europeu do período. A relação dos povos tupis com o mundo que os cerca e seu conjunto de crenças parecem mágicas - quando não *irracionais* - aos olhos do ocidente cristão. Para Teçá, a natureza não possui uma essência imutável e tudo está sujeito à transformação. O mundo é pleno de mistérios.

Com base nas análises que foram propostas a você juntamente com as reflexões e a estória de Teçá, perceba que os mistérios ainda convivem com a nossa realidade. Muitos dos questionamentos que os nossos antepassados tinham ainda persistem, seja para as questões existenciais, como o que existe após a nossa morte; seja para problemas sociais estabelecidos após o surgimento das complexas relações sociais das sociedades contemporâneas, como a desigualdade social; seja para os problemas ecológicos que apontam para a finitude dos recursos naturais e da própria existência humana, a partir das mudanças climáticas, da poluição e do desmatamento, frutos de um sistema econômico e uma visão de mundo que privilegiam o lucro em relação à vida.



Pesquise mais

Em *A conquista da América: a questão do outro*, o linguista Tzvetan Todorov escreveu uma belíssima análise sobre a noção de alteridade, os encontros e desencontros de indígenas e espanhóis durante a Conquista Espanhola e a derrota do Império Asteca. TODOROV, Tzvetan. **A conquista da América: a questão do outro**. São Paulo: Martins Fontes, 1983.



Lembre-se

Lembre-se da diferença entre autóctone, pré-história e pré-colombiano, conforme o exposto no vocabulário da seção, além de recordar os textos indicados. Eles podem ajudá-lo a entender melhor as perguntas colocadas por Teçá para que você as responda.

Sem medo de errar

Vamos agora voltar à situação-problema. Vimos a história de Teçá, um indivíduo que viveu às vésperas da chegada dos europeus à América, cujo nome significa "olhos atentos", o que condiz com sua personalidade atenta a tudo o que o cerca, sendo um ser reflexivo e questionador de sua realidade. As questões levantadas por Teçá nos indicam um olhar que esteve presente ao longo de toda a história humana, já existente em diferentes sociedades da antiguidade. Sua história, no entanto, assim como a de seu povo e de todo o continente que habitava, passaria por uma transformação profunda nos anos seguintes. A história dos povos americanos seria cruzada pelas Grandes Navegações europeias, que buscavam caminhos para as Índias e colônias para atender aos princípios do mercantilismo. Se na pré-história foram os antepassados de Teçá que chegaram nessas terras, agora os europeus, com suas modernas caravelas, desembarcavam no continente para conquistá-lo e nomeá-lo. "América", por Américo Vespúcio, primeiro navegante a considerar essa terra nova.

Essa questão não é muito importante se você, prezado aluno, tomar como consideração que não era essencial o que encontraram e sim quem eles encontraram: povos subdesenvolvidos? Selvagens? Repletos de ouro e prata? É importante, porém, questionar as classificações impostas pelos conquistadores, relativizar seus valores ou, antes, recordar que todo valor é construído socialmente. Um indígena que trocava ouro ou madeira por espelhos e colares não era intelectualmente inferior ao europeu, como costumam satirizar. Os valores europeus é que diziam que aquele mineral ou aquela madeira eram preciosas e o mesmo obviamente não faria sentido aos olhos de qualquer outro povo nativo da América.

No período pré-colonial os diversos povos existentes no vasto continente americano desenvolveram diferentes culturas, ora utilizando-se de recursos minerais como o ouro e a prata, objetos de cobiça do homem europeu; ora usando apenas os recursos naturais de determinados locais que os auxiliavam na sobrevivência e na perpetuação da espécie. Nessa perspectiva, não podemos dizer que um povo era mais rico do que outro se tomarmos o conceito de cultura sem estereótipos, ou seja, tudo o que o homem produz tem sentido, valor e significado.

Refletir sobre o processo de colonização europeia na América, portanto, significa mais do que compreender a exploração e subtração das riquezas naturais existentes nas colônias. Trata-se de uma história

repleta de trocas culturais - ainda que assimétricas e marcadas pela violência - que nos ajuda a pensar sobre a formação de nossa identidade. Na Cidade do México, a antiga capital asteca, há uma placa onde ficava a cidade indígena de Tlatelolco que define claramente essa situação: "Em 13 de agosto de 1521, heroicamente defendido por Cuauhtemoc, Tlatelolco caiu em poder de Hernan Cortes. Não foi vitória nem derrota, foi o doloroso nascimento de um povo mestiço que é o México de hoje." (Figura 1.3). As relações entre europeus e indígenas resultaram na miscigenação e intercâmbios culturais que deram origem à hábitos, crenças e traços ainda hoje presentes em nossas vidas, expressas na diversidade das diferentes regiões do Brasil e da América. Nossa alimentação, vestimentas e uma série de outros importantes elementos de nossa visão de mundo, resultam, em grande parte, destes encontros e desencontros do período colonial.

Figura 1.3 | Um doloroso nascimento



Fonte: https://c2.staticflickr.com/4/3240/3131909167_f1c578079e_z.jpg?zz=1. Acesso em: 4 maio 2017.

O quanto a sociedade brasileira atual possui de mais elementar dos povos do nosso jovem Teçá? A intelectualidade brasileira tem se perguntado sobre nossa relação com as heranças indígenas durante o último século. Na década de 1920, o modernista Oswald de Andrade parodiava Shakespeare para questionar nossa identidade nacional: "*Tupi or not Tupi, that's the question*" (*Tupi ou não tupi, essa é a questão*). Muitos historiadores e antropólogos têm se debruçado sobre essa questão, entre eles Eduardo Viveiros de Castro. Segundo ele, é preciso descolonizar nosso pensamento e construir uma reflexão nova, a partir das antigas culturas indígenas:

O que me interessa é pensar o que há, vamos chamar assim, de interessante, de novo, de possível no continente americano, nesse pedaço do planeta. E o que há de novo é o que há de antigo. O que há de novo tem 500 anos, são os índios. Quer dizer, tem 500 anos que nós ‘descobrimos’, e 500 que nós ignoramos. É passando pelos índios – índios reais, índios imaginários, índios simbólicos, índios de carnaval, índios de Oswald de Andrade, índios da antropologia, índios de ficção, índios de novela, índios nus, índios vestidos, todos os índios –, é passando pelos índios, e pelos negros, pelos africanos, pelas minorias, que ‘nosso’ pensamento vai se articular como ‘um’ pensamento, vai poder ter, poder ganhar uma inflexão nova. (LAMBERT; BARCELLOS, p. 251-267, 2012)

Responder à questão aqui apresentada, mais do que olhar para o passado, representa refletir sobre como nos vemos como nação no presente, a relação com os povos indígenas e o respeito às suas terras e tradições - questões que envolvem até mesmo projetos econômicos e o agronegócio – assim como espelha o Brasil que projetamos para o futuro: quais as nossas políticas culturais e educacionais a respeito da nossa origem e presente indígena?



Pesquise mais

A obra *A inconstância da alma selvagem* do antropólogo Eduardo Viveiros de Castro é um ótimo caminho para se aprofundar na reflexão a respeito das relações e conflitos entre as visões de mundo indígena e europeia durante o processo de colonização. CASTRO, Eduardo B. Viveiros de. **A inconstância da alma selvagem e outros ensaios de antropologia**. São Paulo: Cosac & Naify, 2002.

Faça valer a pena

1. As características dos primeiros habitantes do continente americano estão compreendidas nos períodos denominados Paleolítico e Neolítico, fase preliminar de povos que, na maioria das vezes, eram nômades, viviam da caça ou da

pesca e não desenvolveram nenhum símbolo de escrita.

De acordo com o exposto, o Paleolítico e o Neolítico fizeram parte de uma fase que centralizou a escrita como o fato principal para a construção da história, sendo intitulada pelos historiadores de:

- a) Pré-colombiana.
- b) Pré-capitalismo.
- c) Pré-modernidade.
- d) Pré-história.
- e) Pré-feudalismo.

2.



Estas eram as criaturas mais abjetas e miseráveis que eu contemplei onde quer que seja [...]. Seu país é uma massa fragmentada de rochas rudes, montanhas elevadas e florestas sem uso; e tudo isto é visto através de neblinas e tempestades infindáveis. A terra habitável está reduzida às pedras sobre a praia; na procura de alimentos, eles são incessantemente compelidos a vagar de lugar a lugar. À noite cinco ou seis seres humanos, nus e parcamente protegidos do vento e da chuva deste clima tempestuoso, dormem no chão molhado enrolados como animais. Eles devem se levantar para catar mariscos sempre que a água estiver baixa, seja no inverno ou no verão, seja noite ou seja dia, e as mulheres inclusive mergulham para coletar ovos marinhos ou sentam-se pacientemente em suas canoas e usando uma linha feita de fios de cabelo com uma isca, sem qualquer anzol, pegam pequenos peixes; caso seja morta uma foca, ou encontrada uma carcaça de baleia apodrecida boiando, é uma festa; e este alimento miserável é complementado por umas poucas amoras do mato e fungos insossos. (DARWIN, 1832)

A narrativa anterior foi registrada por Charles Darwin – um naturalista britânico - no século XIX, quando ele percorreu vários locais do mundo, dentre eles o Brasil, e se encontrou com vários povos. Releia o texto, destacando seu olhar preconceituoso quanto ao tipo de cultura desenvolvida pela população nativa, marcando a resposta certa, com as palavras que exprimem essa repulsa de Darwin:

- a) Miseráveis; rudes; reduzida; nus.
- b) Neblinas; vagar; parcamente; sentam-se.
- c) Massa fragmentada; infindáveis; tempestuoso.
- d) Sentam-se; catar; linha; fios de cabelo.
- e) Abjetas; enrolados como animais; alimento miserável.

3. Um dos mistérios ainda não totalmente resolvidos é se os seres humanos do continente europeu são autóctones ou se vieram de outras partes do planeta Terra. Definir isso torna-se importante para a construção da identidade de nossos ancestrais e até mesmo na desconstrução do “Mito das três raças”, defendido pelo antropólogo Darcy Ribeiro, para o qual a miscigenação ocorreu apenas entre os europeus, os africanos e os índios. Muito mais do que essas três raças, temos uma multiculturalidade presente não somente nas raças, mas também em tudo o que se respira e se consome.

Fundamentado na compreensão do que são povos autóctones, é correto afirmar que:

- a) Todos os povos americanos são autóctones.
- b) Somente os povos da América Latina são autóctones.
- c) Autóctones são povos que têm seus ancestrais descendentes do mesmo local em que vivem.
- d) Os povos americanos dos Estados Unidos da América são autóctones.
- e) Autóctones são as tribos indígenas brasileiras que ainda se mantêm no mesmo padrão cultural.

Seção 1.2

Formação social e cultural no novo continente

Diálogo aberto

Caro aluno, iniciaremos a segunda seção da unidade *América pré-colonial e colonial*. Nesta seção, analisaremos a formação social e cultural do continente americano, estabelecendo um aprofundamento da diversidade que se inicia com os primeiros moradores e que, ainda hoje, está presente como traço da multiculturalidade existente em cada território. Para isso, estudaremos as primeiras produções culturais que serão fruto da relação entre a natureza e o homem e o modo como essas atividades vão se tornando complexas em algumas regiões da América, instituindo sociedades estruturadas política, econômica e religiosamente.

O objetivo é que no encerramento desta unidade você possa discorrer sobre o processo de desenvolvimento dos primeiros moradores da América, tendo como base o trabalho como fator intrínseco para a produção cultural, por meio da caça, da coleta de alimentos ou da agricultura, o que implicará uma transformação não somente física das estruturas, mas também mental dos indivíduos que se estabeleceram no continente americano. Espera-se que você tenha uma visão geral dos vários povos que se organizaram em toda a extensão territorial da América, identificando-os com a região que povoaram para que nos estudos futuros você compreenda a organização que se estabelecerá em todo o continente.

Nesta seção, abordaremos conteúdos essenciais para o entendimento da formação social e cultural do continente americano. São eles: os povos caçadores e coletores assim como os agricultores das florestas tropicais e os importantes povos agrícolas da Mesoamérica e da América Andina.

Na seção anterior você conheceu Teçá, um personagem

fictício que o convidou a compreender a história por um outro ângulo, considerando os europeus como aqueles que estão do lado de lá, e não na perspectiva eurocêntrica, que enxerga os fatos sob a ótica do colonizador.

Nesta unidade você também fará esse mesmo exercício mental, com Teçá e seu povo, que com o tempo foram se organizando e conseguiram estruturar o local em que viviam, com fortificações mais protegidas e moradias mais resistentes, principalmente de pedras. No centro de seu povoado estava o local em que eles prestavam seus ritos religiosos, pedindo a proteção aos seus deuses. Eles também desenvolveram técnicas de caça e plantio de alimentos, o que os fizeram se fixar em um único local. Você conhece alguma prática agrícola que herdamos desses povos e ainda é praticada até os dias de hoje? Quais seriam as principais culturas agrícolas utilizadas por esses aldeamentos? É possível estabelecer relações entre os hábitos alimentares desses povos e os nossos hábitos alimentares de hoje em dia? Quais traços ou dados da cultura indígena foram preservados e que, ainda hoje, mantêm-se na sociedade brasileira? Você conhece algum rito religioso herdado desses povos?

Veja que as formas de subsistência no passado e na atualidade são diversificadas e muitas delas ainda têm características tradicionais mesmo com o desenvolvimento tecnológico.

Não pode faltar

Prezado aluno, para que a situação-problema seja analisada e é necessário o aprofundamento de algumas questões que norteiam o tema desta seção de estudo. Por exemplo, você poderia levantar a seguinte questão, após a análise do conteúdo da seção anterior e o que já foi exposto para você até agora qual é o fato histórico que marca o surgimento da história da América?

Para responder essa questão, deve-se partir do levantamento das hipóteses e teorias sobre o surgimento do homem e da mulher no continente americano, tomando como fundamento o fato de que esses povos não são autóctones no sentido *stricto* do termo, ou seja, que não se originaram nessas terras, pois até agora provou-

se o surgimento da espécie humana no continente africano. Apesar dessas questões, os primeiros ameríndios iniciaram aqui diversas culturas singulares, o que pode ser considerado um marco para o surgimento de um novo continente.

Quando falamos do surgimento de civilizações na América, não estamos partindo, portanto, da chegada de portugueses e espanhóis ao continente. Nos séculos anteriores às Grandes Navegações europeias floresceram complexas sociedades indígenas por toda a América, com desenvolvimento de uma sofisticada agricultura, organização política e, inclusive, com grandes centros urbanos.



Assimile

É necessário um grande cuidado conceitual, pois, como já vimos, os termos pré-história e pré-colombiano são permeados de pressupostos eurocêntricos que consideram, por um lado, que homens e mulheres que não dominavam o código escrito não tinham história e, por outro, que a história americana começa com a chegada dos europeus. Em ambas as formas o que se esconde é uma perspectiva que legitima a cruel escravidão e violência às quais foram submetidas as populações nativas do continente.

Começaremos com a análise das culturas milenares, considerando que os estudos realizados sobre o modo de vida dos primeiros moradores da América foram realizados com base nos fósseis encontrados nos sítios arqueológicos.

Portanto, como viveram os primeiros moradores na América? Por que se pode caracterizá-los como nômades que caçavam e viviam da coleta de alimentos?

As pontas de flechas encontradas em formatos distintos e em sítios arqueológicos variados são uma prova de que eles viviam se deslocando e procurando alimentos, pois objetos semelhantes foram encontrados tanto no sítio arqueológico de Clóvis, no Chile, quanto em regiões do México e da América Central.



Pesquise mais

"Megafauna": essa palavra faz sentido para você? Ela diz respeito à fauna composta de mamíferos gigantes que habitava a América

até o fim da última glaciação. Os primeiros americanos conviveram com animais como mamutes e preguiças gigantes e os vestígios materiais que encontramos dos pioneiros desta terra - pontas de flecha, por exemplo - estão relacionados a essa fauna. Visite o site: <http://www.mamutesdapedra.org/bicho_mamute.htm> (acesso em: 26 out. 2016), e aprofunde mais sobre esse assunto, pois ele poderá ser muito útil no trabalho em sala de aula com seus futuros alunos, diversificando, assim, o conteúdo.

Pelas figuras de mamutes, você deve ter percebido que há muita semelhança entre eles, um mastodonte e um elefante. Contudo, se na América e na África existiam mamutes e mastodontes, por que na atualidade há elefantes em algumas áreas do continente africano e aqui não há?

Se você observou o link acima, deve ter notado que o mastodonte é um dos ancestrais dos atuais elefantes. Contudo, se na América, na África e na Ásia existiam mamutes e mastodontes, por que na atualidade existem elefantes africanos, asiáticos e não americanos? A resposta dessa pergunta está relacionada às mudanças climáticas estudadas pelos pesquisadores que fundamentaram as teorias que estudamos sobre a vinda do homem para a América.

Se por um lado o fim da última glaciação, há cerca de 12 mil anos, favoreceu a passagem de homens e mulheres da Ásia para a América por uma camada de gelo que cobria o Estreito de Bering, transformações climáticas subsequentes também permitiram o desenvolvimento de grandes populações por todo o continente.

Essas mudanças ocorreram há 10 mil anos, quando a temperatura do planeta se elevou, derretendo muitas partes que estavam congeladas, aumentando a umidade em algumas regiões. A partir desse fenômeno climático a região sofreu profundas alterações físicas, o que explica, inclusive, a extinção do mastodonte nessas terras, pois com um clima mais úmido foram formadas extensas áreas com florestas, diminuindo as savanas, habitat da megafauna.

Nesse contexto, você, aluno, poderia questionar: Mas o que isso tem a ver com a história e a vida dos primeiros povos que se instalaram no novo continente?

Voltemos às explicações da Seção 1.1, na qual abordamos a importância de se compreender que o aspecto físico e geográfico está diretamente relacionado à maneira de viver de qualquer indivíduo. Portanto, as mudanças climáticas do fim da última glaciação alteraram substancialmente a vida de homens e mulheres que aqui habitavam. Neves e Humbert (2005, p. 21) apresentam com bastante propriedade elementos da ocupação do território:



Vocabulário

Paleoíndios: produtos de pedras realizados pelos primeiros homens e pelas primeiras mulheres que viveram na América. Eles são assim designados por se assemelharem aos instrumentos feitos na fase paleolítica da Ásia e da África.

Pinturas rupestres: registros feitos por nossos ancestrais, principalmente nos tetos das cavernas, que representam cenas importantes do cotidiano, como caça, ritos religiosos, funerários, guerras e relações sexuais.



Exemplificando

No Brasil, as pinturas rupestres são encontradas em diferentes regiões do território. Os primeiros sítios com pinturas rupestres foram encontrados na região de Lagoa Santa, em Minas Gerais. Depois foram descobertos novos exemplares no Paraná, no Piauí, em São Paulo e em outras regiões. São comuns as figuras de animais como cervos, pintados em vermelho e negro, peixes, pássaros, aves, como emas, além de homens sozinhos ou em grupos (NEVES; HUMBERG, 2005, p. 24).

Em algumas regiões da América, por milhares de anos homens e mulheres viveram nas grutas, nas cavernas, tendo sido até mesmo protegidos por algum suporte natural. Além disso, eles tiveram de construir suas casas com paredes de pedra soterradas, com a intenção de se protegerem das baixíssimas temperaturas à noite. Alguns povos também desenvolveram a técnica de fazer paredes com placas grossas de neve, que ficaram conhecidas como iglus.

Caro aluno, vale ressaltar que toda técnica é aplicada na luta pela sobrevivência se estendia não somente à alimentação, mas também à proteção dos fenômenos da natureza, como as tempestades, as chuvas intensas, as altas ou baixas temperaturas e

ação de animais predadores.

Considerando o que os vestígios materiais informam, sabemos que inicialmente estes grupos eram **caçadores e coletores**. Muitos arqueólogos apontam que a própria vinda dos primeiros habitantes da América estaria relacionada à caça dos grandes mamíferos que migravam da Ásia pelo estreito de Bering. A busca por alimentos, portanto, comum a todos os diferentes povos que habitavam a América Pré-histórica pressionava o nomadismo da população. Com o passar dos séculos, sociedades de muitas regiões – como a Mesoamérica e os Andes – desenvolveram a agricultura e a domesticação de animais, permitindo o sedentarismo. Em outras, pelas condições ambientais, as soluções foram diferenciadas. Quanto aos locais em que não era possível plantar alguma cultura, como nas áreas desérticas ou geladas, quais técnicas foram criadas para que eles se alimentassem? O que comiam?

Sua alimentação era composta basicamente da carne dos animais que caçavam, como focas, leões-marinhos e baleias. As populações do Ártico consideravam as entranhas desses animais um prato muito especial, pois continham peixes, mexilhões e pequenos crustáceos comidos por eles. Outro hábito comum era o chá, que usavam para se aquecer do frio. As caçadas requeriam **longos deslocamentos** pelas vastas áreas geladas e pelo mar em busca de animais. (NEVES; HUMBERG, 2005, p. 33)

Esse estilo de vida era muito próprio dos povos **inuits** – indígenas que habitam o norte da América, comumente chamados de *esquimós* – que viviam especificamente da caça e da pesca e que podiam ser nômades ou se fixarem em alguma área, mas pernoitavam em outros locais quando caminhavam por longas distâncias em busca de alimentos.



Faça você mesmo

Desde a primeira seção tem-se falado muito em cultura. Que tal você fazer um levantamento virtual sobre esse termo e perceber sua

complexidade? Você deverá aprofundar conceitos, como cultura popular, cultura letrada e cultura de massa.

No litoral brasileiro, por exemplo, encontramos muitos vestígios dos povos **sambaquis**. Este é o nome dado aos grandes montes, formações calcárias artificiais repletas de restos de crustáceos, moluscos e peixes acumulados por antigas populações indígenas destas regiões. Por meio do estudo da cultura material deixada por esses povos – que viveram entre 9000 mil anos atrás e o início da era cristã – sabemos que utilizavam instrumentos de pedra polida, madeira e cerâmica. Estas sociedades se organizaram no litoral buscando uma fonte estável de alimentação ao final da última glaciação e as causas do seu declínio populacional ainda são estudadas pelos pesquisadores. Muitos estudiosos acreditam que tenham sido incorporados ou dizimados por outros povos, em especial **povos ceramistas e agricultores** vindos da região amazônica.

Qual seria a necessidade despertada no homem e na mulher que os fez criar a cultura da cerâmica? Como eles idealizaram seu formato? Como a técnica foi se aperfeiçoando? O que a descoberta desse dado da cultura material indígena significou para os pesquisadores? Em que lugar elas foram encontradas? Quem mais utilizava os vasos de cerâmica: os povos nômades ou os sedentários?

Os vasos de cerâmicas podem ser considerados como utensílios domésticos, assim como as cestas feitas de fibras de plantas, ambos os quais passaram a fazer parte do que hoje intitulamos como artesanato, pois com o tempo foram incorporando pinturas e desenhos, com entrançamentos de tamanhos diferentes, o que foi registrado por Hans Staden, um explorador alemão que esteve no Brasil, no século XVI:



As mulheres fabricam as vasilhas de que carecem do seguinte modo: tomam barro, amassam-no e fazem então as vasilhas que querem ter. Depois as deixam secar durante algum tempo. Sabem também pintá-las com gosto. Quando querem queimar as vasilhas,

debruçam-nas sobre pedras, põem aí bastante cortiça seca, que ateiam [fogo]. Assim se queimam as vasilhas, de modo que incandescem como ferro em brasa. (HANS STADEN, p. 1557 apud NEVES; HUMBERG, 2005, p. 50)

As vasilhas de cerâmicas serão o primeiro meio de carregar a água de um lugar para o outro, já que ainda não havia sido desenvolvida a técnica dos canais de irrigação. Os vestígios de cerâmica – como foram decoradas e quais foram as técnicas usadas para confeccioná-las – encontrados principalmente nas cavernas no Brasil, ajudaram os pesquisadores a identificar os variados grupos de homens e mulheres que povoaram nossas terras antes do processo de colonização.

Como afirmou a professora da UFPE, Suely Luna:

A cerâmica faz parte da bagagem cultural e tecnológica de diversos grupos humanos pré-históricos, que vêm sendo pesquisados (...) nas últimas décadas. Formando parte de quase todos os momentos da vida cotidiana do homem primitivo, sua presença às vezes única no registro arqueológico, permite-nos inferir comportamentos sociais, tipo de alimentos e de rituais, comércio e contatos culturais, entre outras atividades, além de nos informar também sobre o desenvolvimento tecnológico dos grupos que a fabricaram. (LUNA, 2003, p. 69)

Durante muito tempo a associação entre cerâmica e agricultura foi feita automaticamente pelos pesquisadores. Como a autora citada afirma, hoje sabemos que essa relação direta nem sempre obedece ao que sabemos do passado. Alguns povos desenvolveram a cerâmica e a utilizaram em rituais funerários ou com preocupações artísticas sem necessariamente relacioná-la à agricultura.

O que podemos afirmar é que por volta de 3000 anos atrás, em diversas regiões do continente, surgiram sociedades indígenas que associaram a caça e a coleta a outras fontes de alimentação, como a agricultura.

Os moradores de outras áreas com condições climáticas mais amenas ou localizadas nos trópicos, passaram a desenvolver a

agricultura conjuntamente com a pesca e a caça e também a confecção de objetos de barro e de fibras vegetais. O milho, a batata, o feijão, o tomate, a mandioca e o algodão que conhecemos hoje – para citar apenas alguns exemplos – foram desenvolvidos pela agricultura dos nativos americanos:



A maior parte da população das Américas vivia nas florestas que recobriam grande parte do continente. Essas florestas, cortadas por grandes rios, tanto na América do Norte, quanto na América do Sul, proporcionaram ótimas condições de sobrevivência, já que os recursos naturais eram abundantes e a prática da agricultura facilitada pela grande quantidade de água e de terras férteis. (NEVES; HUMBERG, 2005, p. 58)

A cultura agrícola ampliou o conhecimento de plantas e frutos comestíveis e foi acompanhada do desenvolvimento das técnicas de cozimento. Como resultado de uma alimentação mais abundante, houve um expressivo crescimento da população ao longo do primeiro milênio da era cristã, o que gerou, em alguns lugares, grandes centros urbanos como aqueles encontrados na Mesoamérica e na região da Cordilheira dos Andes.



Pesquise mais

Você acredita que a Floresta Amazônica é um ambiente intocado onde grupos indígenas vivem e viveram sem modificar a natureza? Equipes de arqueólogos e biólogos afirmam que a Floresta Amazônica foi modificada ao longo dos séculos pela ação de indígenas que, de certo modo, ajudaram a “plantar” a floresta como conhecemos hoje (GUIMARÃES, 2017).

Mesoamérica e América Andina

Você, prezado estudante, já ouviu falar de maias e astecas? Lembra da polêmica sobre o fim do mundo no calendário maia em 2012? Esses grupos viveram na região da Mesoamérica (atual México e Guatemala), junto de milhões de indígenas, divididos em diferentes povos. Vamos entender algumas de suas características mais básicas.

Os primeiros vestígios de culturas agrícolas e cerâmicas na Mesoamérica datam de 2500 a.C. Nesse momento, desenvolvia-se a agricultura do feijão, da abóbora, de diferentes tipos de pimenta e do milho. Nenhum desses alimentos existia como conhecemos hoje na

natureza: eles foram desenvolvidos ao longo dos séculos por meio da seleção de sementes para atingir as melhores características para seu cultivo, assim como tamanho e sabor. O milho – maiz, como era chamado pelos indígenas da região – se tornou a base da alimentação da região até os dias de hoje, servindo de base para as famosas *tortillas* presentes em todas as mesas do México atual. Este alimento se tornou tão elementar para as civilizações mesoamericanas que, na tradição maia, segundo o **Popol Vuh**, os deuses teriam criado o homem a partir do milho, fonte de toda a vida humana.

O desenvolvimento da agricultura local pode ser notado a partir de vestígios da cultura material que apontam para a criação de sistemas de irrigação, canais e represamento a partir de 1200 a.C. Aos poucos, o aumento populacional decorrente dessas transformações em toda a Mesoamérica deu origem a estruturas sociais mais complexas: por volta de 500 a.C. encontramos traços da civilização **Olmeca**, como um padrão arquitetônico, centros urbanos e templos. As trocas culturais entre os Olmecas e os povos que pioneiramente se sedentarizavam nessa região deram origem a disseminação de algumas formas culturais (escrita, divindades, traços artísticos, arquitetura) surgidas no Golfo do México, onde se desenvolvia essa importante civilização.

Nos séculos seguintes outros importantes centros urbanos se formaram com outros povos mesoamericanos. **Teotihuacan**, no México central (I a.C. – VIII d.C.), chegou a ter uma população de mais de 100 mil habitantes e suas imponentes construções, como as pirâmides do Sol e da Lua, são famosos símbolos do conhecimento técnico dos povos nativos da América. As culturas **zapoteca** e **mixteca**, na região de Oaxaca, tiveram o auge de seus centros urbanos ainda no primeiro milênio da era cristã onde encontramos a grandiosa cidade de **Monte Albán**. Os vestígios materiais de tributos pagos por povos distantes desses centros e templos mostram os processos de dominação e aliança existente entre as sociedades que se organizaram no atual território mexicano. Entre os séculos V e XV diversos conflitos e alianças dominaram o cenário político mesoamericano, com sociedades cada vez mais sofisticadas.

Figura 1.3 | México antigo



Fonte: <https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/f/fb/Ancient_Mex.jpg/1920px-Ancient_Mex.jpg>. Acesso em: 9 maio 2017.

A civilização **maia**, que teve o ápice de seus centros urbanos entre os séculos IX e XI na região da Península do Yucatán, costuma ser citada como o exemplo mais refinado de desenvolvimento técnico e científico da América Pré-colombiana. Vivendo em centros políticos diferentes e autônomos, os povos maias criaram uma complexa matemática – possivelmente a primeira a propor o numeral zero –, possuíam noções muito bem fundamentadas de astronomia, na qual baseavam um cuidadoso calendário, e constituíram grandes centros urbanos como Chichen Itzá, Palenque e Tikal por meio de uma rebuscada arquitetura. Se, por um lado, o debate sobre as causas da ruína das cidades maias ainda não foi resolvido, por outro, sabemos que a partir do século XIII d.C. surgia no centro do atual México um centro de poder que sujeitaria maias e demais povos mesoamericanos, por meio de guerras e/ou alianças.

Com o declínio da cidade **tolteca** de Tula no final do século XII, povos chamados *mexicas*, *nahuas* ou **astecas**, fizeram parte de um processo de florescimento urbano no vale central do México. A capital asteca, Tenochtitlan, foi construída sobre o lago Texcoco e a profecia de sua origem como terra prometida – a águia e a serpente – está representada hoje na bandeira do México. Segundo Pablo Escalante Gonzalbo, às vésperas da chegada dos espanhóis:



Havia muitas cidades, todas elas populosas; os cronistas espanhóis falam de aglomerações em ruas e canais, se surpreenderam com o tumulto dos centros comerciais: Chalco-Atenco, Xochimilco, Coyoacán, Culhuacan, Iztapalapa, Tezcoco, Tlacopan, Azcapotzalco, México-Tenochtitlan, México-Tlatelolco e dezenas de vilas menores (...). Divididos nesses centros populacionais do vale do México viviam por volta de 2 milhões de pessoas (ESCALANTE GONZALBO, 2007, p. 46).

Assim como nas demais sociedades mesoamericanas, os astecas compunham uma sociedade profundamente estratificada e hierarquizada. O poder central arrecadava tributos de acordo com a função social e povo dominado. O *tlaotoni*, figura central do poder nahua, estava no topo de uma nobreza que tinha seu poder assentado materialmente e simbolicamente sobre toda a sociedade por meio de uma série de privilégios que iam das moradias e tributos arrecadados até a educação e as vestimentas que ostentavam.

Esse povo guerreiro era senhor de quase toda a Mesoamérica quando

os conquistadores espanhóis, liderados por Hernán Cortés chegaram à região.



Refleta

Refletir sobre o domínio asteca por meio da guerra e da conquista na Mesoamérica permite repensar a respeito da visão de um mundo indígena de absoluta paz e harmonia? Ao pensar os nativos americanos a partir da imagem do "Bom Selvagem" de Rousseau não retiramos a própria humanidade dos ameríndios?

A cultura asteca era marcada pelas trocas com os diferentes povos vizinhos e dominados. Apesar do culto ao seu deus guerreiro Huitzilopochtli, as divindades mesoamericanas eram relativamente comuns aos diferentes povos da região. Quetzalcoatl era a principal divindade, cultuada desde a civilização olmeca e também foi incorporada pelos povos *mexicas*. Além disso, a alimentação, a arquitetura, as artes e a literatura dos astecas era marcada por traços das demais civilizações mesoamericanas. É importante ressaltar, no entanto, que essas trocas culturais também se davam de modo conflituoso e o processo de dominação asteca nos ajudará a entender, mais tarde, porque muitos povos indígenas apoiaram os espanhóis durante o processo de conquista no século XVI.



Assimile

Cronologia Mesoamericana:

Pré-Clássico: 1500 a.C. - 300 d.C., formação das primeiras civilizações. Auge da civilização olmeca.

Clássico: 300- 950 d.C., formação de grandes centros urbanos como Teotihuacan e as grandes cidades maias.

Pós-Clássico: 950-1521 d.C., formação das alianças e do poderio asteca no vale central mexicano até a Conquista Espanhola.

Enquanto na Europa vivia-se a época caracterizada pelos historiadores como Medieval, nas Américas despontavam-se, como vimos, civilizações que tiveram um desenvolvimento político, econômico, religioso e social tão complexo quanto os povos da África e da Ásia. Geoffrey Blainey, historiador australiano, em seu livro *Uma breve história do mundo*, desconstrói o mito de inferioridade que a tradição histórica construiu sobre esses locais e povos no capítulo intitulado *Os Incas e os Andes*, comparando essa complexidade com lugares importantes da Europa:

O processo histórico aqui analisado foi de longa duração. Vários séculos foram necessários para o desenvolvimento de várias culturas e técnicas que culminaram na organização desses impérios. Como fechamento dessa parte intitulada de “pré-colonial” ou “pré-colombiana”, faz-se necessário que você tenha em mente que grupos diversificados se estabeleceram nas Américas e aqui iniciaram um estilo de vida que ainda se faz presente, por meio da comida, da vestimenta, das construções, das danças e dos ritos religiosos. Essa cultura milenar ocorre na socialização do americano, pois mesmo que tenha havido uma interferência espanhola, inglesa, portuguesa, africana e até mesmo francesa ou holandesa, continuamos num processo de transformação social e resgate da cultura de nossos antepassados, fato este que se faz presente na nossa maneira de pensar e viver.

Sem medo de errar

Caro aluno, retornemos à situação-problema relembando a problemática existencial e histórica de Teçá que acompanha toda a transformação social e técnica pela qual seu povo está passando. Às vezes, ele nem se reconhece mais como parte desse grupo, pelo fato de ele ser uma pessoa presa às tradições, ficando desorientado diante de tantas mudanças e propostas diferentes daquelas com que viviam pequenos grupos, quando eram nômades e aprendiam, por meio das gerações mais velhas, os ritos e os valores nos quais Teçá havia sido criado.

Nesta seção, você também é convidado a fazer esse mesmo exercício mental com Teçá e seu povo que, com o tempo, foram se organizando e conseguiram estruturar o local em que viviam, com fortificações mais protegidas e moradias mais resistentes, principalmente de pedras. No centro de seu povoado estava o local em que eles prestavam seus ritos religiosos, pedindo a proteção aos deuses, pois desde os primórdios eles aprenderam que existem seres superiores a eles que devem ser respeitados e adorados, pois, dessa forma, seriam abençoados e protegidos. Eles também desenvolveram técnicas de caça e plantio de alimentos, o que os fez fixarem-se em um único local, o que, por sua vez, fez que se constituíssem, assim, as primeiras comunidades

primitivas da América. Você conhece alguma prática agrícola que herdamos desses povos e que ainda é praticada até os dias de hoje? Quais seriam as principais culturas agrícolas utilizadas por esses aldeamentos? É possível estabelecer relações entre os hábitos alimentares desses povos e os nossos? Quais traços ou dados da cultura indígena foram preservados e ainda se mantêm na sociedade brasileira? Você conhece algum rito religioso herdado desses povos?

Veja que as formas de subsistência no passado e na atualidade são diversificadas e muitas delas ainda têm características tradicionais mesmo com o desenvolvimento tecnológico, pois por meio de análises históricas percebe-se um descompasso existente ao longo dos tempos, em que práticas milenares convivem conjuntamente com aquelas que são intituladas de modernas e que nem sempre garantem a sobrevivência humana.

Desde os primórdios das civilizações a compreensão da realidade muitas vezes foi explicada de forma mítica e religiosa, e, na, unificação desses povos, para que acontecesse também uma urbanização, vários foram se concentrando em torno de um centro no qual aconteciam as cerimônias e os ritos de adoração aos deuses:



Por volta de 2000 a.C. começaram a ser construídos os primeiros centros cerimoniais destinados à adoração das divindades, espalhados pela América Central. Compostos de grandes plataformas de pedra, sobre as quais se construíam templos ou altares, era ali que se reuniam as populações das aldeias espalhadas pelo território, para os cultos religiosos e para o comércio. Foi em torno desses centros cerimoniais que surgiram as primeiras grandes cidades da América. (NEVES; HUMBERG, 2005, p. 59)

Assim, faz-se necessário entender que a identidade de um determinado povo se fundamenta na diversidade e que, muitas vezes, o plano ideológico presente numa cultura religiosa contribuirá para que ele permaneça unido, estabelecendo-se,

assim, a soberania de uma determinada população. Outros fatores também são importantes para a manutenção da identidade de uma sociedade, são eles: a língua, a cultura agrícola, a organização política, as festas populares e tantos outros aspectos essenciais para que não aconteçam a divisão, separação e extinção de uma população.

Analisar um contexto histórico do passado exige uma percepção geral de uma cultura ampla que engloba todos os espaços nos quais os homens e as mulheres se fazem presentes, tanto no plano físico quanto no ideológico.

Avançando na prática

Diversidade sociocultural: um olhar sobre a identidade dos povos americanos

Descrição da situação-problema

Desafio você a praticar o que aprendeu transferindo seus conhecimentos para novas situações que poderão ser encontradas na análise e compreensão do que seja um universo multicultural, como o que representou os vários povos que se organizaram nas Américas.

Teçá em suas idas e vindas conheceu Noleka, uma estrangeira cujo nome significa “aquela que vem do Norte”, e ambos iniciaram uma amizade e perceberam que tinham um mesmo olhar sobre a realidade. Ela, como migrante, sentia-se mais deslocada ainda, por estar convivendo com vários povos diferentes e, ao mesmo tempo, submetida às tradições que não eram de seu povo, mas que tinha de aceitar por causa do domínio imposto pela tribo de Teçá, a qual era poderosa e numerosa.

Como migrante, as reflexões de Noleka simbolizam a crise de identidade que ela estava enfrentando, pois ainda não havia assimilado os comportamentos, os valores, o trabalho e as tecnologias usadas por todos, uma vez que isso se diferenciava muito das formas tradicionais de trabalho e de relações socioculturais estabelecidas pelo povo dela. Nesse contexto, os Parâmetros Curriculares de História expõem:



Os deslocamentos populacionais e a expansão da economia e da cultura mundial criam situações dramáticas para a identidade local, regional e nacional, na medida em que desestruturam relações historicamente estabelecidas e desagregam valores, situações cujo alcance ainda não se pode avaliar (BRASIL, 1998, p. 34).

Uma análise contemporânea de crise de identidade contextualizada pelos Parâmetros Curriculares de História pode ser aplicada na compreensão do que está acontecendo com Teçá e Noleka, sendo pertinentes as seguintes questões: qual é o fator aglutinador desses povos tão diferentes? O que os mantém coesos e unidos numa sociedade tão complexa? Serão as produções culturais fruto da intervenção na natureza por meio do trabalho suficientes para fazer que a unidade aconteça mesmo com tanta diversidade?

Com o tempo, Teçá e Noleka foram consolidando sua união. No entanto, esta ficou comprometida quando ambos começaram a enfrentar vários desafios, nos quais as diferenças começaram a ser um problema, considerando que os dois não respeitavam a visão de mundo e os valores que tinham. Esse desafio ainda se repete na atualidade e talvez seja um dos fatores mais importantes que têm comprometido a paz no mundo e gerado situações de justiça, reforçando a desigualdade social no mundo.

Você já foi vítima de preconceito por causa de sua religião, de sua raça e ou de seu estilo de vida? Se não, que tal se colocar no lugar de alguém que você conheça ou de quem tomou conhecimento pela mídia e que viu seus direitos comprometidos por causa de suas crenças, de sua cultura e de seus comportamentos.

Resolução da situação-problema

Após você ter feito uma análise a partir de um exercício de empatia - palavra que significa se colocar no lugar do outro e tentar sentir e enxergar as coisas com base em seu ponto de vista -, esta é uma prática pedagógica que você poderá usar quando estiver em sala de aula, um espaço multicultural. Nesse contexto, outras

exigências são necessárias, como as pontuadas pelos Parâmetros Curriculares de História:

Uma das escolhas pedagógicas possíveis, nessa linha, é o trabalho favorecendo a construção, pelo aluno, de noções de diferença, semelhança, transformação e permanência. Essas são noções que auxiliam na identificação e na distinção do 'eu', do 'outro' e do 'nós' no tempo; das práticas e valores particulares de indivíduos ou grupos e dos valores que são coletivos em uma época; dos consensos e/ou conflitos entre indivíduos e entre grupos em sua cultura e em outras culturas; dos elementos próprios deste tempo e dos específicos de outros tempos históricos; das continuidades e descontinuidades das práticas e das relações humanas no tempo; e da diversidade ou aproximação entre essas práticas e relações em um mesmo espaço ou nos espaços. (BRASIL, 1998, p. 34)

Portanto, estar atento às situações que podem gerar um choque cultural é enxergar positivamente as diferenças, com o intuito de desconstruir fronteiras para que todos se sintam identificados num universo múltiplo, excluindo a autossuficiência, a superioridade e qualquer tipo de preconceito ou etnocentrismo.

Faça valer a pena

1.

Um dos mais importantes patrimônios arqueológicos do Brasil, o Parque Nacional da Serra da Capivara, localizado em São Raimundo Nonato, no Piauí, está ameaçado de extinção. A falta de verbas e de funcionários para manter e proteger a área coloca em situação de perigo a maior concentração de pinturas rupestres do mundo, além de peças de cerâmica, esqueletos humanos e de animais da megafauna brasileira. Incêndios, cupins e a

ação de depredadores são as maiores ameaças à sobrevivência do parque. (PROJETO ARARIBÁ, 2006, p. 66)

Assinale a alternativa correta. As pinturas rupestres fazem parte do patrimônio material e estão presentes em vários lugares do mundo, representando:

- a) Fatos e relatos de momentos importantes que as comunidades antigas vivenciaram como os ritos, as comidas típicas e mapas de outros locais do planeta.
- b) Ícones de pessoas mais importantes das civilizações Asteca, Maia e Inca.
- c) Por meio de desenhos, as práticas cotidianas dos antepassados de várias civilizações que viviam principalmente em cavernas ou em outros locais protegidos por lajes naturais.
- d) O tipo de moradia em que viviam e as práticas agrícolas e os momentos da caça e coleta de alimentos.
- e) O tipo de vestimenta e as danças que faziam em homenagem aos deuses, com escritas de relatos de preces.

2.



Com toda a evidência, o fato de considerar que Europa, Ásia, África e América são semelhantes enquanto terras continentais, isto é, partes de um todo sem solução de continuidade, não pode significar que sejam iguais, nem pelo seu tamanho e forma, nem pelas demais peculiaridades que as distinguem entre si. Resulta, pois, que a semelhança que permitiu separá-las tem que remeter a algo que lhes seja comum, mas de maneira que não anule suas diferenças individuais. É óbvio que, se apesar de serem individualizados, se se considera que os quatro continentes são semelhantes, só pode ser porque, como partes de um mesmo todo, supõe-se que participem, igualmente, da natureza desse todo. (O'GORMAN, 1992, p. 190-191)

O texto anterior nos remete às análises de identidade, as quais fazem cada região ser única e diferente das demais. A partir do que foi exposto sobre a construção da identidade americana em seu livro didático, marque a resposta correta.

a) O surgimento do continente americano se efetivou somente com a colonização dos exploradores, os quais nomearam as terras a partir do nome de Américo Vespúcio, espanhol que encontrou as primeiras terras das Américas.

b) Conforme análises feitas a partir dos Parâmetros Curriculares Nacionais de História, o efeito migratório tem sido positivo na construção da identidade dos povos, hipótese que pode ser confirmada também nas primeiras civilizações que se organizaram na América.

c) Os deslocamentos populacionais, conforme descrito nos Parâmetros Curriculares Nacionais de História, têm contribuído para a construção de uma sociedade multicultural, o que tem favorecido a aceitação do que é diferente.

d) De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais de História, as migrações ou imigrações têm gerado vários problemas na construção ou permanência da identidade de povos, pois produzem uma desorganização nas relações históricas que homens e mulheres estabelecem entre si e desintegram valores importantes para a sobrevivência da cultura.

e) As migrações no período pré-colonial foram um fator determinante para o processo de urbanização de importantes impérios, pois, por meio dela, o trabalho escravo foi iniciado, contribuindo para o desenvolvimento da cultura agrícola.

3.

No texto anterior não se pode comparar o termo urbano com as mesmas características que usamos para designar a vida na cidade, como nos dias de hoje. No entanto, algumas práticas culturais ainda persistem na atualidade e são importantes tanto para economia quanto para a construção de nossa identidade. A partir de uma releitura atenta do conteúdo de seu livro didático, qual das afirmações a

seguir apresenta práticas culturais da antiguidade que ainda persistem no nosso mundo contemporâneo.



Na região da América Central a agricultura facilitou o desenvolvimento da vida em aldeias sedentárias. Com o crescimento gradativo das aldeias, tiveram origem as civilizações urbanas, como a civilização olmeca e a de Teotihuacán e mais tarde as conhecidas civilizações Maia e Asteca. Na mesma época ocorreu um processo semelhante na região dos Andes, que acabou por dar origem à civilização Inca. (NEVES; HUMBERG, 2005, p. 58)

- a) Agricultores, caçadores e coletores.
- b) Criadores, colecionadores e plantadores.
- c) Gestores, pescadores e agricultores.
- d) Comerciantes, agricultores e caçadores.
- e) Mercedários, transportadores e semeadores.

Seção 1.3

A formação do sistema colonial

Diálogo aberto

Caro aluno, com esta seção fechamos a primeira unidade da disciplina História da América. Numa rápida retrospectiva, você tem estudado a história de nossos antepassados, analisando a cultura e desconstruindo conceitos que foram formulados sobre vários povos que se desenvolveram em terras americanas. Você aprofundou seus conhecimentos sobre questões complexas que são importantes para serem trabalhadas com seus futuros estudantes em sala de aula, e esperamos que você esteja construindo em si um olhar crítico e analítico, esperado de um historiador.

Nesta seção, além de um conhecimento cultural e social, você terá um raciocínio crítico sobre o que se estabeleceu na América com a chegada dos europeus. Por isso, você está convidado a desconstruir tudo o que você obteve de informação errônea desses fatos, principalmente com base no que foi apontado na primeira seção. Entre essas desconstruções deve-se observar que a história tradicional considerava o início da história da América a partir do processo de colonização, o que contradiz as perspectivas atuais fundamentadas na nova história, que interpretam a América como uma invenção – termo criado pelo historiador Edmundo O’Gorman – de uma nova cultura religiosa, política, econômica e social em detrimento da existente.

Estamos abordando aqui, caro aluno, o encontro entre dois mundos completamente diferentes. Encontro marcado por trocas culturais que transformaram para sempre a história e a cultura dos dois lados do Atlântico. Não apenas a América, mas a Europa também passou por profundas mudanças a partir da formação do sistema colonial. Esse acontecimento, porém, não foi pacífico e as trocas não se deram harmonicamente. Os grupos indígenas

tiveram sua população brutalmente reduzida: por doenças, pelas guerras e pelas diferentes formas de exploração de sua mão de obra. Ao mesmo tempo, a conversão dos indígenas ao catolicismo não pretendia apenas mudar as crenças dessas populações: todos os seus hábitos, costumes e visão de mundo eram perseguidos pelo cristianismo. Muitas culturas nativas foram completamente dizimadas e, outras, são ainda objeto de perseguição religiosa e de projetos estatais que se acreditam “civilizacionais”. Por isso, prezado estudante, é importante que você entenda as origens das formas de opressão sofrida pelos ancestrais de Teçá. Acompanhemos essa história.

Teçá acordou um dia desorientado e assustado com um tumulto em seu povoado. Ao lado de fora de sua habitação ele pode avistar no litoral várias embarcações chegando. Qual reação você teria ao perceber outros seres chegando de um lugar que você nunca imaginaria que existisse? Será que essa mesma reação aconteceu na América do Norte? Você saberia dizer qual foi a diferença e a semelhança do tipo de colonização estabelecida na América Latina e na América do Norte? Considere que você, no papel de algum líder de uma tribo primitiva, avistasse essas embarcações chegando, qual seria sua reação e como você comandaria as atitudes de seu povo? Reflita sobre a natureza humana dos autóctones (dóceis? Selvagens?). Identifique as estratégias criadas pelos colonizadores, as quais culminaram na dominação e no extermínio dos povos indígenas. Compare o processo de dominação e exclusão sofrido pelos povos autóctones da América com povos tradicionais e oprimidos da atualidade (povos indígenas, ribeirinhos, quilombolas, seringueiros etc.) no que se refere à criação de imaginários negativos, estereótipos, estigmas e preconceitos.

Não pode faltar

Caro aluno, compreender os múltiplos pontos de vista possíveis da situação-problema é atuar como um historiador que não pode enxergar somente uma interpretação para um determinado acontecimento, mas também estar aberto ao novo, ao contraditório e, principalmente, às variadas possibilidades que poderiam ter acontecido. Isso é trabalhar com aproximações e

não pensar que uma análise de um fato histórico acontecido há muitos anos seria suficiente e alcançaria a veracidade dos fatos, do modo como eles aconteceram.

Como vimos nas seções anteriores, a perspectiva eurocêntrica marcará a visão que se estabeleceu sobre o que eles chamaram de “Novo Mundo”. O nome dado aos nativos dessa terra é exemplar dos desencontros aqui acontecidos: “índios”. Se perguntássemos a você como chamavam os homens e as mulheres que residiam no Brasil quando os portugueses chegaram aqui, você não mencionaria os nomes das muitas tribos existentes em diversas regiões brasileiras, e sim simplesmente classificaria todas essas nações como “índios”. Fazendo isso, sem saber, repetiria o equívoco cometido por Cristóvão Colombo ao chegar pela primeira vez no continente, pensando ter encontrado as Índias. Perceba, portanto, como o imaginário construído pela visão dos colonizadores permanece em nossa mente.

Já questionamos anteriormente a noção de um “descobrimento” da América. Em documentos da época essa ideia é apresentada pela primeira vez no ano de 1535, quando Colombo já havia falecido. Mais do que invadido, esse continente será palco de um processo de criação e da projeção de um projeto europeu em detrimento do silenciamento e extermínio de populações e culturas locais. Aos poucos, os “índios” serão criados de diferentes maneiras no imaginário do colonizador: selvagem, ingênuo, imoral, preguiçoso. Ele e sua terra se tornarão, no imaginário europeu, uma página em branco para a dominação, como vimos na citação de Michel De Certeau na primeira seção.

Quando teria iniciado a dominação dos europeus na América? Após a chegada de Colombo (1492), muitos anos se passaram para que realmente se confirmasse a existência de um novo continente e iniciasse, assim, sua exploração ou seu povoamento. Essas duas perspectivas abarcam as diferentes relações estabelecidas pelos europeus com as novas terras (novas para os europeus), pois as expedições espanholas e portuguesas que encontraram terras localizadas no que hoje intitulamos de “América Latina”, num primeiro momento, preocuparam-se mais em explorar do que povoar e constituir aqui um centro político, econômico e social,

diferentemente do que aconteceu com as colônias inglesas na região norte da América.



Atenção

Por uma coincidência fonética, muitas pessoas associam os termos "índio" e "indígena". No entanto, eles não possuem qualquer relação direta. Enquanto o primeiro vem do conhecido engano de Cristóvão Colombo acreditando estar nas Índias, o termo indígena vem do latim e significa "nascido no lugar", ou seja, é um termo utilizado para povos originários de suas terras e pode ser utilizado para populações de outros continentes além da América.



Assimile

Quando os portugueses chegaram a nossas terras, um total de 5 milhões de homens e mulheres residiam aqui, divididos em quatro famílias étnico-linguísticas: os Tupis-guaranis, os quais viviam mais ao litoral brasileiro; os Macro-jês ou Tapuias, os quais habitavam a parte mais central do país; os Aruaques ou Aruaks, os Caraibas ou Karibes e os Tucanos, que se encontravam espalhados pela região e pela floresta amazônica.

As terras encontradas na porção sul do Novo Continente, depois intituladas de Brasil, mantiveram-se durante trinta anos sendo utilizadas como entreposto comercial de madeira, principalmente de pau-brasil, árvore típica das florestas tropicais e da Mata Atlântica, que na época cobria uma extensa parte do território brasileiro. Será que se pode intitular esse período como pré-colonial e o posterior como colonial, assim como estabelecido nos livros didáticos? Há controvérsias nessa caracterização, principalmente pelas diferenças existentes nesse período, quando ainda não havia uma noção nem uma definição das terras como uma nação.

Nesse contexto, o historiador Fernando Novais questiona as expressões "Brasil colônia" e "Brasil colonial" e propõe "América portuguesa", apontando questões anacrônicas e etnocêntricas importantes:



Dessa forma, quando se fala que a viagem do Cabral é o descobrimento do Brasil é preciso fazer as duas críticas, a crítica do etnocentrismo, que está na

palavra 'descobrimento', e a crítica do anacronismo, que está na palavra 'Brasil'. É essa distinção que as pessoas não percebem. É fazer a história da colônia como se ela estivesse destinada a se tornar uma nação. Ninguém descobriu ninguém e o Brasil só existiria muito depois. (NOVAIS, 2000, [s.p.]



Exemplificando

Atente-se, por meio da citação a seguir, para os nomes dos moradores da porção norte do novo continente (o termo indígena é utilizado em toda a América) e perceba como o uso da violência foi o mesmo praticado tanto no Brasil quanto em outras partes da América:

A história de um massacre:

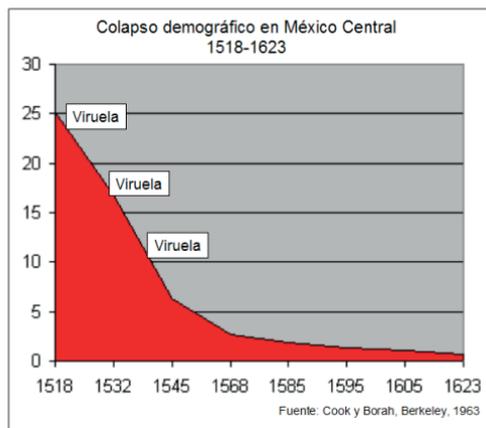
Apaches, Comanches, Navajos, Dakota, Sioux, Soshones, Pawnees, Hunkpapa, Seminole, Miccosukee e centenas de nações indígenas dominavam um território selvagem e inexplorado, vivendo como seus ancestrais milenares. Nos últimos 507 anos, [...] mais de 200 povos desapareceram. Na Califórnia, poucos sobreviveram para contar a história. Foram mais de um milhão de índios mortos entre a independência americana, em 1776, e o fim da Guerra de Secessão, em 1865. [...]

Massacres contínuos, marchas forçadas e outras barbáries foram cometidas nos Estados Unidos contra os povos indígenas. As tribos Seminole e Miccosukee, que viviam nos Estados da Geórgia e Alabama, foram dizimadas e expulsas de suas terras imemoriais. Muitos só conseguiram sobreviver nos pântanos da Flórida, [...] em terras em que o branco não tinha interesse. (BRASILIENSE, 1999 apud PROJETO ARARIBÁ, 2006, p. 33)

Conquista e/ou colonização?

Caro estudante, observe o gráfico abaixo:

Gráfico 1.1 | Colapso demográfico em México Central - 1518-1623



Fonte: <<https://goo.gl/KmMwBY>>. Acesso em: 5 out. 2017.

Nele, observamos uma população de 25 milhões de indígenas sendo reduzida a menos de 10% de seu total em menos de um século. Como explicar esse dado? Em especial, como explicar tal resultado sabendo que o processo de derrota do Império Asteca foi iniciado com um grupo de 300 conquistadores espanhóis, enquanto Tenochtitlán tinha mais de 300 mil habitantes? Vamos observar alguns pontos dessa história e tentar responder a essa questão.

Enquanto no Brasil costumamos usar o termo *colonização* para o processo de invasão e domínio português nessas terras, em grande parte da América Espanhola se utiliza o termo *conquista*. Essa noção, em especial no caso da Mesoamérica, explicita a ideia de que houve um conflito entre indígenas e europeus, assim como a vitória dos espanhóis. No caso do Império Asteca, os conquistadores contaram com o apoio de diferentes povos indígenas inimigos dos mexicas, com a dificuldade de parte dos mexicas (inclusive o *tlaotani Montezuma II*) em entender a natureza dos interesses espanhóis – vistos inicialmente como divindades – e com as epidemias causadas por vírus e bactérias trazidas pelos europeus com as quais os indígenas não possuíam contato prévio.

Hernán Cortés foi o *adelantado* líder do grupo que chegou inicialmente ao Golfo do México. Após o contato e o conflito com povos locais, Cortés e seus homens receberam como tributo um grupo de 20 escravas. Entre elas estava a jovem indígena maia **Malinche**, que se tornou amante de Cortés e, mais importante, sua tradutora e a responsável por explicar aos espanhóis o universo cultural mexica. É graças a ela que Cortés poderá se apresentar aos astecas como Quetzalcoatl, a principal divindade do mundo mesoamericano que teria fugido em navio para o oceano e um dia retornaria. Com o conhecimento adquirido junto aos nativos, Cortés, tal como **Francisco Pizarro** no Império Inca, soube explorar as rivalidades entre os diferentes povos indígenas e utilizar os conflitos pré-existentes a favor dos interesses espanhóis. Entre os anos de 1519 e 1521, centenas de soldados espanhóis apoiados por milhares de soldados indígenas, derrotariam os mexicas liderados por **Cuauhtémoc**, o último *tlatoani* asteca. Diferentes guerras locais contra o domínio espanhol ainda surgiram, combatidas pelos colonizadores e, em especial, pelas epidemias causadas por doenças trazidas pelos conquistadores (como a varíola e a gripe) que mataram rapidamente milhões de indígenas.

Nos Andes, o Império *Tahuantinsuyu* - chamado pelos espanhóis de **Inca** - passava por um conflito interno em que dois soberanos se declaravam o legítimo *Sapa Inca* quando os conquistadores liderados por Pizarro chegaram. **Atahualpa**, *Inca* vencedor da guerra civil, fora traído em uma reunião com os espanhóis, sequestrado por Pizarro, para em seguida ser executado pelos conquistadores. Apesar das batalhas que se seguiram, o fortemente centralizado império *Tahuantinsuyu* não conseguiu se rearticular contra os soldados liderados pelo famoso e cruel *adelantado* e caiu sob o domínio dos espanhóis. Apesar da derrota dos impérios indígenas, tanto na Mesoamérica quanto na América Andina os espanhóis utilizaram das estruturas sociais, sistema político e formas de trabalho já existentes entre os povos conquistados para legitimar e consolidar seu domínio. A figura do *Sapa Inca* era aos poucos substituída pelo monarca espanhol, o universo religioso indígena adaptado aos interesses dos cristãos e as formas de trabalho compulsório - como a **mita entre os incas** - passavam a ser moldadas aos interesses europeus.

Passamos a abordar aqui, prezado estudante, a criação do sistema colonial espanhol na América. Mas como esse genocídio poderia ser justificado em sua época? Como os nativos resistiram?

O sistema colonial espanhol

Você se lembra do documento que narra a primeira expedição oficial de Portugal às terras que hoje chamamos de Brasil? A famosa carta de Pero Vaz Caminha, escrivão que acompanhou Pedro Álvares Cabral em sua chegada, termina com a afirmação de que o melhor fruto que se poderia tirar dessa terra seria “salvar esta gente”. Os indígenas americanos não tiveram que lidar somente com a sistematização de sua mão de obra a partir dos interesses europeus, mas com uma dominação mais ampla e complexa. A dominação do indígena como força de trabalho dependeu também da posição adotada pela Igreja Católica e pelos religiosos ibéricos em relação aos nativos. A inclusão ou não do indígena como criatura a ser salva determinou os modos de opressão e violência aos quais ele foi submetido. Num período anterior à noção de “humanidade” ou “direitos humanos”, que os iluministas consolidariam no século XVIII, a relação com o outro estabelecida por espanhóis e portugueses se dava a partir dos critérios religiosos católicos. A possibilidade de igualdade ou defesa dos indígenas passaria pela comunhão cristã. Seu extermínio, por outro lado, estava baseado nas noções de guerra justa e na crença da sua impossibilidade de conversão.



Exemplificando

A alma e a escravidão indígena

Em 1537 o papa Paulo III reconheceu, após décadas de debate, a liberdade e a capacidade dos “índios” para receber o Evangelho:



[...] e querendo prover nestas coisas um remédio conveniente, com autoridades apostólicas (...) determinamos e declaramos, que os ditos índios e todas as demais gentes que daqui em diante viessem ao conhecimento dos cristãos, mesmo estando fora da fé de Cristo, não estão privadas, nem devem sê-lo, de sua liberdade, nem do domínio de seus bens, e não devem

ser reduzidas à servidão , declarando que os ditos índios e as demais gentes devem ser atraídas e convidadas à fé de Cristo, com a prédica da palavra divina e com o exemplo da boa vida. (BRUIT, 1995, p. 119)

Em 1550 dois dos principais teólogos católicos discutiram a legitimidade da escravidão indígena em Valladolid, Espanha:

Juan Ginés de Sepúlveda, teólogo e cronista oficial da Espanha;

É justo e útil que os índios sejam servos, e vemos que isso é sancionado pela própria lei divina, pois está escrito no livro dos provérbios: 'o tolo servirá aos sábios'. Assim são as nações bárbaras e desumanas, estranhas à vida civil e aos costumes pacíficos. E sempre será justo e de acordo com o direito natural que essas pessoas sejam submetidas ao império de príncipes e de nações mais cultivadas e humanas [...]. E se recusam esse império, é permissível impô-lo por meio das armas e tal guerra será justa [...]. Concluindo: é justo, normal e de acordo com a lei natural que todos os homens inteligentes, virtuosos e humanos dominem todos os que não possuem essas virtudes. (PIRES, 1998, p. 70)

Frei Bartolomé de Las Casas, dominicano, bispo de Chiapas e famoso opositor da servidão indígena;

A causa pela qual os espanhóis destruíram tal infinidade de almas foi unicamente não terem outra finalidade última senão o ouro, para enriquecer em pouco tempo, subindo de um salto a posições que absolutamente não convinham a suas pessoas; enfim, não foi senão sua avareza que causou a perda desses povos, que por serem tão dóceis e tão benignos foram tão fáceis de subjugar; e quando os índios acreditaram encontrar algum acolhimento favorável entre esses bárbaros, viram-se tratados pior que animais e como se fossem menos ainda que o excremento das ruas; e assim morreram, sem Fé e sem Sacramentos, tantos milhões de pessoas.[...]. (LAS CASAS, 1985, p. 30)

Com a proibição da escravidão indígena, algumas regiões dominadas adotaram o trabalho de africanos escravizados, em especial a América Portuguesa, mas também as Antilhas, a região de Veracruz no México e o Vice-reino de Nova Granada (atuais Colômbia, Equador e Panamá). Esse processo deu origem ao lucrativo tráfico negreiro para os europeus e à trágica diáspora para diversos povos africanos durante os séculos seguintes.

Na maior parte da América Espanhola, no entanto, os colonizadores espanhóis buscaram outras formas de explorar a mão de obra indígena: algumas vezes adaptando as normas religiosas sobre a liberdade dos indígenas, e, outras, burlando as regras estabelecidas pelo Vaticano. O caso mais exemplar foi a instituição da **encomienda**. Essa criação colonial dava direito a conquistadores espanhóis e seus descendentes sobre a exploração do trabalho indígena e da cobrança de tributos – em parte repassados à Coroa Espanhola – e, em troca, cabia aos *encomenderos* zelar pela segurança e cristianização dos nativos sob sua tutela. Apesar do trabalho compulsório, os indígenas que estavam sob o jugo do *encomendero* não eram considerados escravizados e, assim, a utilização da mão de obra destes povos podia ser justificada teologicamente em acordo com a bula papal que vimos acima.

Especificamente na região dos Andes, nos domínios incas, uma antiga prática local foi atualizada para os interesses dos colonizadores. A **mita** era uma forma de trabalho compulsório exigida pelo *Sapa Inca* em que habitantes de determinados vilarejos eram selecionados para trabalhar para o império durante alguns meses na colheita, na construção de estradas, templos e demais obras. Com o domínio dos espanhóis a *mita* foi utilizada para explorar grandes contingentes populacionais como mão de obra nas minas de ouro e prata, em condições desumanas de trabalho que resultaram na morte de milhões de indígenas nos primeiros séculos da colonização.

Os povos nativos, no entanto, não aceitaram passivamente o domínio espanhol. Em muitas regiões as guerras de conquista seguiram por décadas. Os araucanos, na região do atual Chile, só passaram a negociar com os colonos espanhóis a partir do

século XIX. Na região do Peru diversos levantes se sucederam após a Conquista e séculos depois foram a inspiração para a grande rebelião de Tupac Amaru II, no século XVIII. O historiador Héctor Hernan Bruit nos informa que “o século XVI americano foi sacudido por umas catorze revoltas indígenas que provam suficientemente que a conquista hispânica não foi tão tranquila” (BRUIT, p. 152).

Entretanto, nem todas as formas de resistência foram tão explícitas. Você, prezado estudante, quando se confronta com uma autoridade que considera injusta, sempre adota uma postura explícita de descontentamento? Provavelmente busca estratégias de questionamento mais sutis e nem tão diretas, correto? Os historiadores têm se dedicado ao estudo de complexos artifícios ocultos utilizados por grupos em situação de opressão para resistir de maneiras indiretas – que vão do silêncio à simulação de comportamentos esperados e manipulação dos símbolos do universo cultural do opressor. Entender esse processo de resistência negociado por diversos caminhos é compreender também um dos elementos característicos da cultura latino-americana até os dias de hoje.

A negociação da opressão colonial entre diferentes grupos indígenas e espanhóis se deu em muitos aspectos. Algumas vezes, tanto na região dos Andes quanto na Mesoamérica, nobrezas indígenas negociaram com os conquistadores europeus a manutenção de suas terras e seus privilégios em troca dos tributos cobrados pela Coroa e da conversão – ainda que com interpretações nativas próprias – de seus grupos ao cristianismo. Se, por um lado, encontramos diversos relatos de uma rápida aceitação do cristianismo por parte de muitos ameríndios, por outro, temos muitos elementos que apontam para diferentes significados dessa “conversão”. Ao contrário do que esperavam os padres jesuítas, a aceitação de Cristo como uma nova divindade não significava necessariamente para os indígenas a exclusão de suas antigas crenças, que muitas vezes se rearticulavam no novo culto. Enquanto os padres buscavam entender os universos religiosos indígenas para auxiliar o processo de conversão, associando elementos das divindades locais à narrativa cristã – o dominicano Bartolomé de Las Casas, por exemplo, refletiu sobre os rituais antropofágicos a partir da comunhão com o corpo de

Cristo no catolicismo – os nativos faziam o mesmo com os padres e o cristianismo. “Aceitar” o cristianismo dos colonizadores poderia, portanto, significar muitas coisas diferentes para os indígenas mais do que simples submissão à vontade da **metrópole**. Como relatado por Las Casas em *Historia de las Indias*, quando ele perguntou a um indígena se ele era cristão, o nativo respondeu-lhe “Sim senhor, eu já sou um pouquinho cristão, porque eu sei um pouquinho mentir; amanhã eu saberei muito mentir e serei muito cristão” (LAS CASAS, v. 3, LIII, p. 331).

E o que podemos dizer da resistência nativa às diferentes formas de exploração de sua mão de obra? Logo após o processo de conquista, podemos encontrar muitos relatos de indígenas que, depois de entenderem o fascínio que o ouro exercia nos espanhóis, criavam histórias de “El Dorados” distantes ou em lugares de difícil e arriscado acesso, como montanhas e vulcões. Muitos documentos da época abordam, em algumas circunstâncias, o silêncio e a dificuldade dos indígenas em entender o que queriam os espanhóis. Hoje os historiadores, cruzando diferentes fontes, apontam para a importância da simulação (seja por meio do silêncio ou fingindo o não entendimento) de uma incapacidade que poderia livrar o indígena de determinadas situações. Onde os espanhóis do século XVI viam ignorância e preguiça, os historiadores têm apontado para a esperteza do oprimido, uma estratégia sofisticada de resistência sem a necessidade de afrontar diretamente o opressor.



Pesquise mais

A rebelião de Tupac Amaru II foi uma das maiores rebeliões coloniais registradas, mobilizando milhões de indígenas e *criollos*. Que tal saber um pouco mais sobre esse importante movimento? Leia o artigo: **A morte de Tupac Amaru II**. Disponível em: <<http://anphlac.fflch.usp.br/morte-tupac-amaru-ii>>. Acesso em: 9 maio 2017.



Atenção

O termo “*aculturação*” deve ser usado com cautela, pois na contemporaneidade ele é utilizado como estratégia que reforça a supremacia ocidental, com o intuito de se referir àquilo que com o passar dos anos sofreu uma diluição das tradições em prol de uma cultura dita “universal”, como é proposto pela ideia de homogeneidade advinda com a globalização.



Adelantado – nome que se dava aos primeiros conquistadores espanhóis que chegavam à América.

Metrópole – Na história da América Colonial este nome se refere à potência europeia colonizadora.

Mesoamérica – termo usado para designar a região em que se encontram os territórios da Costa Rica, do México, de Honduras, da Nicarágua, da Guatemala, do Belize e do El Salvador.

Sapa Inca – nome dado ao imperador *Tahuantinsuyu*, por conta deste título, o nome Inca foi associado ao próprio império indígena.

Diáspora africana e criação de um mundo atlântico

Você, prezado aluno, deve ter percebido que muitos religiosos europeus defendiam os indígenas da escravidão e já ouviu falar, na história do Brasil, de importantes jesuítas que fizeram o mesmo, como o Padre José de Anchieta e Manuel da Nóbrega. Tais padres, porém, apresentavam à Coroa portuguesa uma outra proposta de escravidão: a dos povos africanos, considerados amaldiçoados por alguns teólogos da época.

A violência do projeto colonial europeu não se estendeu somente aos nativos americanos, portanto. Com o interesse de espanhóis, portugueses, ingleses e franceses nas riquezas do Novo Mundo, criou-se um sistema de produção a partir da exploração da mão de obra de trabalhadores distantes da Europa que atingiu também a diferentes povos africanos. Aos poucos, o Atlântico, que antes era visto como o limite do mundo pelos europeus, se tornou o centro do surgimento de um “mundo atlântico” dominado pelas potências colonialistas, no qual circulavam mercadorias, pessoas (muitas vezes também tratadas como mercadorias) e ideias. A criação deste sistema atlântico integrou, violentamente, a história destes continentes desde então. A partir do século XVI não é possível compreender plenamente muitos dos processos históricos vividos na Europa, América e África sem considerar a integração dessas histórias.

O caso que tratamos aqui é exemplar: com a proibição da escravidão indígena em muitas das regiões do *continente americano*,

a partir de debates religiosos na *Espanha*, as potências europeias passaram a utilizar a mão de obra escravizada *africana*.

A escravidão – forma de trabalho em que o trabalhador se tornava uma propriedade que poderia ser vendida/comprada – não era uma novidade em quase nenhuma região do planeta desde a Antiguidade. Existia entre europeus, africanos e nativos americanos. Entretanto, cada povo via essa mão de obra à sua maneira: a desumanização destes trabalhadores e os castigos físicos variavam de acordo com a cultura e a época.

Nesse sentido, o projeto colonial europeu criou um processo massivo de escravização e tráfico transatlântico, tão violento quanto lucrativo para as metrópoles:



A África conheceu dois tipos de tráfico: o interno, concernente às sociedades africanas e seus potentados locais. E o externo, inicialmente voltado para o Mediterrâneo e posteriormente para o Atlântico. (..) O segundo, contudo, responsável por um comércio lucrativo, estruturado e organizado, contribuiu para mudar definitivamente a economia do mundo ocidental. Ele também deu lugar a um dos maiores deslocamentos populacionais forçados de que a humanidade jamais teve notícia. Sabemos o quanto traços e marcas da cultura africana ancestral perduram, até hoje, nas sociedades americanas.

De forma evidente, disfarçada, deliberada, tendo em vista a preservação de práticas proibidas ou decorrentes de sua própria transformação do outro lado do Atlântico, tais traços constituem-se em aportes e continuidades que hidratam, incessantemente, o tecido cultural de nosso país. (PAIVA, 2001, p. 19)

Acredita-se que por volta de 11 milhões de pessoas foram escravizadas e vendidas em condições sub-humanas na América entre os séculos XVI e XIX. Assim como abordamos no caso das diferentes nações indígenas, as distintas culturas africanas que aqui se encontraram, suas crenças, costumes e suas formas de resistência à opressão também se tornaram traços marcantes de muitas regiões, em especial no Brasil e nas Antilhas.

No caso do litoral da América portuguesa e das colônias inglesas e francesas nas Antilhas, o desenvolvimento do *plantation* (a produção

em latifúndio, com uso de mão de obra escravizada, monocultura e voltada para a exportação) da cana-de-açúcar foi baseado quase que exclusivamente na escravidão africana. No caso brasileiro, a mão de obra indígena continuou sendo explorada no interior, aprisionada por bandeirantes ou utilizada nas missões jesuíticas, na extração de madeira e drogas do sertão.

Para a historiadora Maria Lígia Prado, o sistema colonial português tem especificidades muito particulares na América Latina, sendo que a importância da produção açucareira não pode ser comparada ao ouro e à prata, explorados nas regiões mexicanas e peruanas, o que garantiu à Espanha um maior enriquecimento. Por outro lado, a complexidade da organização social e cultural dos Incas e Astecas exigiu um maior investimento na conquista e na evangelização desses povos do que nas terras de Santa Cruz.

No campo da economia, o processo de conquista e colonização se justificava pela **doutrina mercantilista**, que associava a riqueza das nações à quantidade de metais preciosos e pregava a necessidade de colônias para garantir ouro, prata e uma balança comercial favorável. Na associação entre o poder do rei e os projetos comerciais da burguesia, surgia na política o **absolutismo**, favorecendo os interesses dos burgueses ao unificar a moeda, as fronteiras e facilitar o comércio ultramarino. Além disso, com as colônias, os reis poderiam distribuir novas terras e títulos aos seus nobres. Do ponto de vista religioso, o catolicismo também buscava justificar o projeto colonizador e a conquista de “novas almas” em um momento em que a Igreja perdia milhões de fiéis na Europa da Reforma Protestante.

Sem medo de errar

Prezado aluno, retomemos os questionamentos levantados com base no contexto de vida de Teçá, analisando possíveis respostas.

O encontro de duas ou várias culturas diferentes ao longo do tempo tem demonstrado que há a possibilidade de gerar situações contraditórias, pois pode haver uma aceitação e uma incorporação dessas produções ou surgimento de um efeito contrário de resistência e rejeição ao que é diferente. Os fatos

históricos acontecidos nos primórdios da América com os nossos antepassados mostram esses dois lados. Houve europeus que protegeram os povos e sua cultura, como também colonizadores que assumiram a tarefa de destruição.

Nesse contexto, os Parâmetros Curriculares Nacionais de História apresentam propostas para que você, como futuro professor da área, reflita sobre os vários povos organizados em “tempos e espaços diferentes”, analisando as “contradições” e as “regularidades históricas”:



[...] propõe-se, para o ensino de História, conteúdos e situações de aprendizagem que possibilitem aos alunos refletir criticamente sobre as convivências e as obras humanas, ultrapassando explicações organizadas a partir unicamente de informações obtidas no presente e a partir unicamente de dados parciais. Propõe-se, assim, que os alunos conheçam e debatam as contradições, os conflitos, as mudanças, as permanências, as diferenças e as semelhanças existentes no interior das coletividades e entre elas, considerando que estão organizadas a partir de uma multiplicidade de sujeitos, grupos e classes (com alguns interesses comuns e outros diferentes), de uma multiplicidade de acontecimentos (econômicos, sociais, políticos, culturais, científicos, filosóficos) e de uma multiplicidade de legados históricos (contínuos e descontínuos no tempo). (BRASIL, 1998, p. 76)

O professor de História deve ter uma visão crítica da realidade e também dos fatos históricos que já aconteceram, para que possa escolher conteúdos e temas que demonstrem essa criticidade e produza em seus alunos habilidades que condizem com uma mentalidade reflexiva dos acontecimentos.

É fundamental, para uma análise histórica, que se parta de variadas fontes, pois o alargamento de documentos ajudará a enxergar vários pontos de vista, fazendo que você, como professor de História, estimule seus estudantes a pesquisarem em vários canais, tanto impressos quanto digitais.

Somente um olhar minucioso sobre a realidade fará que você perceba as mudanças e as permanências, os conflitos e as contradições, as diferenças e as semelhanças presentes no ambiente em que se vive ou em sociedades ou fatos históricos que se propõe a estudar.

O anacronismo deve ser evitado, pois toda cautela se faz necessária para que se evitem comentários do senso comum. Por isso, perceber as causas políticas, econômicas, sociais, culturais, científicas, e até mesmo filosóficas, é pertinente para evitar uma análise superficial de um determinado acontecimento.



Vocabulário

Anacronismo: anacronismo, que pode também ser chamado de anticronismo, pode ser entendido basicamente como uma forma de analisar acontecimentos históricos de uma determinada época, embasando-se em valores e conceitos de outra. Seria como tentar avaliar, por exemplo, a violência urbana de hoje utilizando-se de conceitos e valores do século XV; como são períodos históricos distintos não podem explicar um ao outro. (Disponível em: <<http://www.o-que-e.com/o-que-e-anacronismo/>>. Acesso em: 11 set. 2016).

Diacrônico: considerado o ponto de vista dinâmico da sucessão no tempo. (Disponível em: <<http://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/diacr%C3%B3nico>>. Acesso em: 11 set. 2016).

Há também os legados históricos. No caso de Teçá, encontram-se naquilo que ele aprendeu por meio da tradição e daquilo que herdou de seus pais e que continuou ou deixou de existir. Além disso, muitas vezes, por mais que se tente retomar isso, torna-se impossível por causa da criação de hábitos novos e costumes que vão substituindo outros e caindo em desuso. Porém, isso não é motivo para que o legado deixe de ser analisado, isto deve ser feito com cuidado de não julgá-los retrógrados ou sem valor e sentido.

Num resgate histórico, faz-se importante realçar as mudanças e as permanências que a todo momento são construídas em muitos aspectos e se prestam para perceber que os povos vivem em constante intervenção na natureza, produzindo diversos bens culturais.

Os Parâmetros Curriculares de História trazem importantes apontamentos sobre essa questão:



Em uma outra perspectiva, pode-se dizer que é somente no alargamento de fronteiras temporais e espaciais que os sujeitos históricos podem dimensionar a sua inserção e a sua identidade com os grupos sociais maiores, como no caso das classes sociais, das etnias, dos gêneros, das culturas ou das nacionalidades. (BRASIL, 1998, p. 65)

Mesmo sendo ícones da diversidade, quantos povos no Brasil e em outro lugar da América conseguem manter sua identidade, como as várias tribos que ainda sobrevivem às transformações e mantêm viva a memória de seu povo?



Atenção

"Os traumas da Conquista"

Essa foi uma expressão usada pelo historiador e filósofo mexicano Miguel León-Portilla ao se referir aos relatos de astecas considerados "historiadores indígenas" por esse autor. Acompanhe e sinta a melancolia com que foi produzido o *Manuscrito Anônimo de Tlatelolco*, de 1528, citado no livro *A conquista da América Latina vista pelos índios*:



As lutas posteriores da Conquista, registradas pelos historiadores indígenas, testemunham o heroísmo da defesa. Mas a derrota final, ao ser narrada nos textos astecas, já é depoimento de um trauma profundo. A visão final é dramática e trágica. Pode-se ver isto claramente no seguinte 'canto triste' ou *icnocuicatli*:

Nos caminhos jazem dardos quebrados;

Os cabelos estão espalhados.

Destelhadas estão as casas,

Incandescentes estão seus muros.

Vermes abundam por ruas e praças,

e as paredes estão manchadas de miolos arrebetados.

Vermelhas estão as águas, como se alguém as
tivesse tingido,
e se as bebíamos, eram água de salitre.
Golpeávamos os muros de adobe em nossa
ansiedade
e nos restava por herança uma rede de buracos.
nos escudos esteve nosso resguardo,
Mas os escudos não detêm a desolação...
(LEÓN-Portilla, 1984, p. 30)

O trauma da conquista é parte integrante da história americana. Mas isso não significa que as culturas nativas vivam deste trauma ou tenham sido exterminadas: muitos outros descendentes de povos ancestrais ainda persistem reproduzindo sua cultura por meio de vestimentas, roupas, ritos, idiomas, organização espacial e política e, claro, a religiosidade.

Faça valer a pena

1.

[...] Domingo 13 dias do mês de março pela manhã éramos de terra quatro léguas: e como nos chegamos mais a ela reconhecemos ser a Baía de Todos-os-Santos; e ao meio-dia entramos nela... Aqui estivemos tomando água e lenha, e corrigindo as naus, que dos temporais que nos dias passados nos deram, vinham desaparelhadas. Nesta baía achamos um homem português que havia vinte e dois anos que estava nesta terra; e deu razão larga do que nela havia. Os principais homens da terra vieram fazer obediência ao Capitão I e nos trouxeram muito mantimento, e fizeram grandes festas e bailes; mostrando muito prazer por sermos aqui vindos. O Capitão I lhes deu muitas dádivas. A gente desta terra é toda alva; os homens mui bem dispostos, e as mulheres mui formosas, que não hão nenhuma



inveja as da Rua Nova de Lisboa... Aqui deixou o Capitão I dois homens, para fazerem experiência do que a terra dava, e lhes deixou muitas sementes [...]. (CASTRO, [1980?], [s.p.]

No século XVI, especificamente no ano de 1530, o português Martim Afonso de Sousa comandou a primeira expedição à parte sul do Novo Continente, sendo que seu irmão, Pero Lopes de Sousa, escreveu os relatos anteriores. Pelos seus escritos e estudos realizados pela tradição histórica, é correto afirmar que:

- a) Os povos moradores do novo continente aceitaram pacificamente a presença dos portugueses.
- b) Não houve rejeição dos portugueses por parte de tribos que não aceitaram a imposição de uma cultura diferente.
- c) O texto de Pero Lopes de Sousa é um indicativo de que a troca de mercadorias era uma forma de conquista velada para se atingir a exploração e o domínio dos moradores do novo continente.
- d) A impressão que o escrito do texto teve sobre os moradores do novo continente foi a mesma que todos tiveram e reproduziram nos diversos documentos dessa época.
- e) Por todo o litoral brasileiro foram instaladas fortificações na qual marcaram a instalação da administração colonial do novo continente.

2. As duas imagens abaixo são de uma famosa obra chamada *Primeira nova crônica e bom governo* de Felipe Guamán Poma de Ayala (1534 – 1615). Este autor era descendente da nobreza inca, mas, criado por espanhóis, se considerava também latino. Escreveu sua monumental obra na região do Peru como aviso ao governo espanhol a respeito das injustiças e violências sofridas pelos indígenas da região. Na primeira imagem temos um *quipucamayoc*, figura do mundo inca responsável pela leitura e produção dos quipos, forma de registro tridimensional utilizada no reino do *Tahuantinsuyu*. Na segunda, temos o primeiro encontro de um Sapa Inca e um conquistador espanhol.



Fonte: <<https://goo.gl/PWD58q>>. Acesso em: 5 out. 2017.

Observando as imagens e a partir do conhecimento da história da conquista no Peru, podemos afirmar que:

a) Descendentes da nobreza inca, como Poma de Ayala, jamais aceitaram a conquista espanhola, como podemos ver na valorização das tradições incas (como o *quipu*) e na posição de subalterno do espanhol ajoelhado diante do soberano indígena.

b) Poma de Ayala busca conciliar as tradições incas e espanholas, na medida em que valoriza as tradições indígenas locais e, ao mesmo tempo, tenta mostrar uma visão pacífica da Conquista, como o diálogo entre espanhóis e nativos da imagem que mostra a igualdade da sociedade colonial.

c) A chegada dos espanhóis a região do Peru foi marcada pela derrota de Francisco Pizarro (como vemos, ajoelhado, na segunda imagem) e por um longo período de negociações entre Império Inca e governo espanhol.

d) A vitória dos espanhóis no processo de Conquista do Império Inca foi realizado violentamente e a aculturação dos indígenas com o catolicismo foi profunda, na medida em que antigos registros coloniais como o livro de Guamán Poma de Ayala são os únicos fragmentos restantes da cultura nativa.

e) A sociedade colonial que se formava no período de Guamán Poma de Ayala era marcada por graves injustiças e violências

contra os grupos indígenas, mas também por diferentes formas de resistência nativa, que incluíam, como no caso acima, a assimilação de alguns valores e códigos do conquistador.

3. Brasil colônia, Brasil colonial ou América portuguesa? Esses três termos têm conotações bem diferentes, caracterizando a época em que as terras da parte sul do continente americano eram dominadas por Portugal, incluindo os trinta anos em que houve somente a exploração do pau-brasil e não se efetivou a instalação de um poder administrativo na colônia.

Fundamentado no conceito de “América portuguesa” criado pelo historiador Fernando Novais, é correto afirmar:

- a) Há um anacronismo e um etnocentrismo explícitos nos termos “Brasil colônia” e “Brasil colonial”.
- b) Há um anacronismo e um etnocentrismo implícitos nos termos “Brasil colônia” e “Brasil colonial”.
- c) Não há um anacronismo e um etnocentrismo explícitos nos termos “Brasil colônia” e “Brasil colonial”.
- d) Não há um anacronismo e um etnocentrismo implícitos nos termos “Brasil colônia” e “Brasil colonial”.
- e) Não há um anacronismo e um etnocentrismo no termo “América portuguesa”, pois ele se refere à ausência de uma consciência de Brasil na sociedade dependente de Portugal.

Referências

- BARROS, J. D. **O campo da história**: especialidades e abordagens. Petrópolis: Vozes, 2008.
- BLAINEY, G. **Uma breve história do mundo**. São Paulo: Fundamento Educacional, 2009.
- BLOCH, M. **Apologia da história ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: história. Brasília: MEC/SEF, 1998.
- BRASILIENSE, R. De como os norte-americanos massacraram seus índios. In: PROJETO ARARIBÁ. **História**. São Paulo: Moderna, 2006.
- BROWN, D. M. (Dir.). **O esplendor dos maias**. Rio de Janeiro: Abril Livros/Time Life, 1999.
- BRUIT, Hector Hernán. **Bartolomé de las Casas e a simulação dos vencidos**: ensaio sobre a conquista hispânica da América. Campinas; São Paulo: Editora da UNICAMP: Iluminuras, 1995.
- CARVALHO, J. M. de. **A formação das almas**: o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- CASTRO, T. de. **História documental do Brasil**. Rio de Janeiro: Record, [1980?].
- CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 2002.
- CORTEZ, H. **A conquista do México**. Porto Alegre: L&PM, 1986.
- ESCALANTE GONZALBO, Pablo. **Nueva história mínima de México**. México: Colégio de México, 2007.
- FRAZER, J. G. **La rama dorada**. México: Fondo de Cultura Económica, 1969.
- GUIMARÃES, M. Populações pré-colombianas podem ter domesticado a Amazônia: árvores e palmeiras usadas pelos índios são mais abundantes em sítios arqueológicos do que em áreas remotas. **Pesquisa Fapesp**, n. 254, abr. 2017. Disponível

em: <<http://revistapesquisa.fapesp.br/2017/03/02/populacoes-precolombianas-podem-ter-domesticado-a-amazonia/>>. Acesso em: 9 maio 2017.

LAMBERT, C.; BARCELLOS, L. Entrevista com Eduardo Viveiros de Castro por Cleber Lambert & Larissa Barcellos. **Revista Primeiros Estudos**, São Paulo, n. 2, p. 251-267, 2012.

LAS CASAS, B. de. **O paraíso destruído**. Tradução de Heraldo Barbuy. Porto Alegre: L&PM, 1985.

LEITE, J. C.; GALVÃO, W. N. A invenção do Brasil. **Teoria e Debate**, 1 abr. 2000. Disponível em: <<http://www.teoriaedebate.org.br/materias/nacional/invencao-do-brasil?page=full>>. Acesso em: 29 dez. 2016.7

LEÓN-PORTILLA, M. **A conquista da América Latina vista pelos índios**. Petrópolis: Vozes, 1984.

LUNA, S. Sobre as origens da agricultura e da cerâmica pré-histórica no Brasil. **CLIO - Arqueológica**, UFPE, Pernambuco, p. 67-77, 2003. Disponível em: <https://www.ufpe.br/cliaraq/images/documentos/2003-N16/2003a4.pdf>. Acesso em: 9 maio 2017.

NEVES, A. M. B.; HUMBERG, F. R. **Os povos da América**. São Paulo: Atual, 2005.

NOVAIS, F. A. **Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)**. São Paulo: Hucitec, 1989.

O'GORMAN, E. **A invenção da América**. São Paulo: USP, 1992.

PAIVA, E. F. **Escravidão e universo cultural na colônia: Minas Gerais, 1716-1789**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2001

PINSKY, J. et al. **História da América através de textos**. São Paulo: Contexto, 1994.

PIRES, S. L. F. O aspecto jurídico da conquista da América pelos espanhóis e a inconformidade de Bartolomé de Las Casas. In: WOLKMER, A. C. (Org.). **Direito e justiça na América indígena: da conquista à colonização**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1998. p. 55-74.

PROJETO ARARIBÁ. **História**. São Paulo: Moderna, 2006.

VICENTINO, C.; DORIGO, G. **História geral e do Brasil**: atlas. São Paulo: Scipione, 2010.

Colonização e independência nas Américas Espanhola e Inglesa

Convite ao estudo

Prezado aluno, seja bem-vindo à segunda unidade da disciplina História da América que possui como tema os diferentes processos de colonização da América Espanhola e Inglesa, assim como seus distintos projetos de independência. Na unidade anterior, você analisou como ocorreu o povoamento do continente americano, quais foram os primeiros moradores do novo continente e a vida cultural e social de diversos povos. Nesta unidade, você compreenderá os marcos históricos referentes à formação da região Norte do continente americano, analisando a vida social, política, econômica e religiosa de povos que produziram culturas diferentes e diversificadas.

Por meio desta unidade, espera-se que você desconstrua a hegemonia que os Estados Unidos têm sobre os demais países da América. Por isso, usaremos a palavra “estadunidense” ao invés de “americanos”, pois refere-se a todos nós. Além disso, almeja-se que você também compreenda os fatos históricos desencadeados em redes, pois o processo de colonização do Norte da América, apesar de diferente, também teve consequências de acontecimentos europeus.

Este contexto de aprendizagem tem como objetivo aproximá-lo da conjuntura em que se organizaram a sociedade e a cultura no Norte da América. Atente-se a ele:

Sut-Lut é uma jovem Skwxwú7mesh Úxmumixw, ou seja, ela é da nação Squamish. A garota nasceu no Canadá, mas sua mãe casou-se com um estadunidense descendente da

tribo Powhatan, e eles se mudaram para os Estados Unidos, quando Sut-Lut tinha dez anos.

Às vezes ela pensa que se tivesse mudado de país recém-nascida, teria sua adaptação teria sido mais fácil, pois ela sempre se sente num mundo em que não é seu, não se identificando com o estilo de vida que a norsteia. A crise de identidade que ela está vivendo nessa transição da adolescência para a juventude é amenizada no movimento "Unindo a Diferença", do qual fazem parte outros descendentes de povos nativos da América. Ela e os outros membros têm as mesmas incertezas: como melhorar a condição de vida de seu povo e ser mais valorizado na sociedade?

Essa situação fictícia servirá para que você, aluno, analise outros desafios que serão apresentados em cada seção desta unidade. Você também deve se sentir um estrangeiro e pensar em soluções para que se estabeleça um resgate de identidade e de cidadania de povos que não foram respeitados no passado e que repercute em seus descendentes na contemporaneidade.

A trajetória dos descendentes de Sut-Lut será abordada nas três seções desta unidade, sendo que, na primeira, você estudará o surgimento das treze colônias inglesas a partir de mudanças religiosas na Europa, constituindo, assim, uma Nova Inglaterra nas Américas. A Revolução Americana será contemplada na seção seguinte, momento em que as colônias se unem pela independência, formando, desse modo, os Estados Unidos da América. Na última seção, você terá sua atenção voltada para as terras canadenses, analisando seu processo de colonização bem como as influências francesa e inglesa no país.

Seção 2.1

As treze colônias inglesas

Diálogo aberto

A proposta da situação-problema exige que se faça uma análise histórica, compreendendo os fatos passados que foram responsáveis pela desestruturação das sociedades dos ancestrais de Sut-Lut e de vários outros povos da América.

Sut-Lut tem presente em sua memória as várias histórias contadas por sua mãe e seu pai sobre a vida de seus ancestrais, passadas de geração a geração para que eles nunca se esqueçam de suas origens. O que mais a chateia é saber que, quando os ingleses chegaram às terras de seu pai, eles destruíram tudo o que seus ancestrais tinham construído. A garota questiona: quais são as estratégias necessárias para recuperar a dignidade de um povo? Como resgatar a história do passado a partir da memória das pessoas no presente?

Sut-Lut, por ter recebido uma formação de duas culturas diferentes (pois seu pai era um Powhatan e sua mãe uma Squamish), tornou-se sensível a vários problemas que envolviam esses grupos étnicos e que aconteciam tanto na sociedade estadunidense quanto na canadense.

Na contemporaneidade, várias são as etnias que se veem excluídas socialmente, vivendo em condições precárias de sobrevivência e enfrentando duras lutas para se manter vivas sua memória e tradição.

Não pode faltar

Prezado aluno, para compreender o processo de colonização no Norte da América, é preciso retomar a compreensão da Reforma Protestante europeia, uma das causas da formação das treze colônias inglesas.

Com a reforma estabelecida por Martinho Lutero no século XVI, surgiram várias denominações religiosas, dentre elas os puritanos. João Calvino recebeu influências das doutrinas protestantes de Lutero e, em Genebra, como também na Inglaterra, influenciou grupos religiosos que passaram a se intitular de Calvinistas e puritanos.

A Inglaterra também foi palco da Reforma. O rei Henrique VIII, em conflito com a Igreja Católica, havia criado uma nova denominação cristã: a Igreja Anglicana, a qual ele seria o líder. Ao mesmo tempo, o calvinismo tornou-se popular, em especial entre os comerciantes. Sucessivamente, a dinastia Stuart representou um favoritismo aos burgueses anglicanos, desfavorecendo os seguidores das doutrinas de João Calvino, os quais eram os puritanos e os presbiterianos.

Com Jaime I organizaram-se as Companhias Privilegiadas de Comércio, estabelecendo que os comerciantes londrinos (Cia. de Londres) ficassem responsáveis por ocupar o Sul do litoral da América do Norte e os que tinham ação e eram de Plymouth, de Bristol e outras regiões explorariam a parte Norte, conhecida como Nova Inglaterra.

Com a Revolução Puritana, comandada por Oliver Cromwell, uma república foi instalada. Os relatos do escritor e jornalista Jacques-Francis Rolland ilustram como a sociedade inglesa estava dividida entre puritanos, católicos e anglicanos:



Sem se apressar, Carlos I reuniu seu exército no norte da Inglaterra. Em torno dele agruparam-se os grandes senhores anglicanos e católicos. Enquanto isso, os parlamentares punham-se em movimento. Um exército foi rapidamente levantado nas regiões do sul da Inglaterra. Os pequenos senhores e os puritanos formaram o núcleo desse exército da liberdade. Oliver Cromwell, da pequena nobreza rural, puritano fanático, desenvolveu uma especial atividade. [...] Os próprios soldados converteram-se em pregadores e a mística e a fé foram as forças de choque daqueles soldados. [...] Em seguida, os soldados de Cromwell serviam de paradigma a todo o exército que apoiava os parlamentares. Os que

defendiam o Parlamento ganharam logo o apelido de 'cabeças redondas'. Eram chamados assim porque, opondo-se ao luxo da corte simbolizado pelas perucas, raspavam a cabeça para afirmar sua humildade. (ROLLAND, 1972, p. 25)

Entre a Revolução Puritana, a Restauração da (Católica) família Stuart e a Revolução Gloriosa no final do século XVII, a Inglaterra passou por uma série de conflitos e perseguições religiosas.

Com o intuito de ter liberdade religiosa e de melhorar as condições econômicas, vários puritanos e quakers começaram a imigrar para as terras do Norte do Novo Continente, produzindo, assim, condições sociais, econômicas e políticas que favoreceram a colonização do litoral.



Refleta

Considerando esses processos migratórios, criou-se, séculos atrás, a crença de que os EUA são uma terra promissora e de liberdade para os recém-chegados. Reflita sobre as condições dos imigrantes nos EUA de hoje e pense se essa crença ainda faz sentido atualmente.

Em 1799, os imigrantes ingleses receberam o nome de "peregrinos" ou "país peregrinos", por terem sido os primeiros europeus a estabelecerem uma colônia em terras da América Inglesa.



Assimile

Como foi o **achamento** das terras no Norte do Novo Continente? Ocorreu ao acaso, quando a rainha Elizabeth I financiou a viagem do pirata Francis Drake, que saqueou e roubou várias embarcações na costa americana. Sua expedição saiu do porto inglês de Plymouth e retornou à Inglaterra no ano de 1580. Desde as primeiras tentativas inglesas de povoamento da costa leste do Atlântico, passaram-se mais de 35 anos.

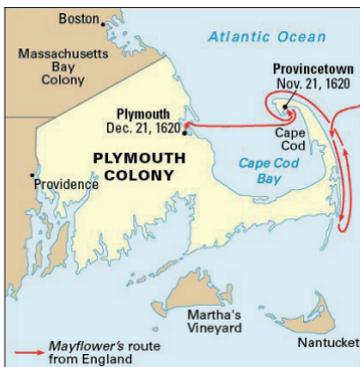
Como você já sabe, o Tratado de Tordesilhas (1494) tinha dividido a América entre portugueses e espanhóis. As colônias francesas, holandesas e inglesas foram, portanto, uma resposta a essa divisão considerada injusta pelas demais potências europeias. Enquanto a

Espanha, principal potência colonial, concentrava seus esforços no domínio das ricas regiões do México e do Peru, os demais reinos europeus expandiram suas terras no Novo Mundo. Os territórios hoje em grande parte ocupados por Estados Unidos e Canadá não eram, deste modo, uma grande preocupação da Coroa Espanhola. Durante quase dois séculos, essas terras também não interessavam ao reino inglês, pois estava mais preocupado com o comércio que vinha das Índias orientais e com o ouro que os **galeões** espanhóis levavam para a Europa.

Muitos foram os episódios das disputas entre Espanha e Inglaterra nos séculos XVI e XVII pelo domínio dos mares e do comércio atlântico. Regiões do Caribe, como a Jamaica, foram tomadas pelos ingleses e serviram de base para seus corsários e piratas que atacavam os navios espanhóis. Durante os reinados de Filipe II e Elizabeth I o conflito teve seu ápice: a chamada "Invencível Armada" espanhola foi derrotada e, assim, a marinha inglesa assumiria o controle do comércio ultramarino. O comércio atlântico – que incluía a venda de negros escravizados – enriquecia a Inglaterra que, preocupada com outras riquezas, não buscava estabelecer um forte domínio sobre suas 13 colônias na América do Norte.

Após algumas expedições comerciais inglesas para a região da Virgínia, chegava a região da futura "Nova Inglaterra" o famoso navio Mayflower, com calvinistas vindos da Europa. Os chamados peregrinos - os "pais peregrinos" são usados quase mitologicamente como os fundadores da nação - se instalaram em 1620, primeiramente no povoado de Jamestown, para depois fundarem Plymouth.

Figura 2.1 | O "achamento" das terras do Norte da América



Fonte: <<https://sites.google.com/a/wornickjds.org/plymouth-colony/home/moving-around>>. Acesso em: 7 set. 2016.

A palavra "achamento" pode ser substituída por "descobrimto", além de ser considerada sinônimo de "encontro". O contexto em que ela está sendo utilizada é o mesmo, pois os peregrinos também encontraram vários povos residentes da região na qual eles desembarcaram: "Apaches, Comanches, Navajos, Dakota, Sioux, Soshones, Pawnees, Hunkpapa, Seminole, Miccosukee e centenas de nações indígenas dominavam o território, vivendo como seus ancestrais milenares" (BRASILIENSE, 1999, s.p.).

Nos primeiros assentamentos ingleses na Virgínia e na Nova Inglaterra, a sobrevivência dos colonos era precária. Essa sobrevivência dependeu da relação com os nativos americanos, como o povo Powhatan (Virgínia), que trocava alimentos por produtos trazidos pelos europeus. Essa associação relativamente diplomática permaneceu durante algumas décadas nas regiões em que os colonos tinham produtos interessantes para os indígenas – ferramentas de metal, armas – e os Powhatan conseguiam oferecer alimentos, peles e produtos de caça aos ingleses. Com o passar do tempo, no entanto, esse contato assumiu formas mais violentas.

Os crescentes ataques de colonos à vilarejos indígenas e a tomada de suas terras, em um contexto no qual diferentes povos nativos se enfrentavam buscando melhores produtos para negociar com os ingleses, deram origem a uma série de guerras entre indígenas e europeus. Na Virgínia, ficava mais claro para os grupos ameríndios que os colonizadores estavam interessados em suas terras e, assim, em 1622 e 1644, grandes rebeliões nativas destruíram cidades e mataram milhares de colonos. Apesar da violenta repressão inglesa, a rebeldia de diferentes povos locais passou a ser um entrave para a empresa colonial.



Exemplificando

Na região de Massachusetts, as rebeliões nativas somadas ao interesse puritano na conversão dos indígenas e no fortalecimento das colônias deram origem ao selo abaixo:

Com características mais voltadas para o comércio com a metrópole do que com as trocas locais, foram fundadas as colônias da Virgínia, Maryland, Carolina do Norte e do Sul e Geórgia. A região Sul tinha um clima mais ameno, o que fez que a Inglaterra incentivasse mais seu desenvolvimento com produção de gêneros tropicais incomuns na Europa, como tabaco e algodão, dando origem a uma economia de *plantation*, com extensas propriedades rurais (os chamados "latifúndios"), exportando alimentos e utilizando o trabalho escravo. Em 1619, houve a chegada de negros na região de Jamestown, na Virgínia, roubados por holandeses de uma embarcação espanhola que ia para a Colômbia. Dois anos depois, em 1621, um outro grupo de negros foi trazido por portugueses, iniciando, dessa forma, o uso de trabalho de africanos escravizados no Norte da América.

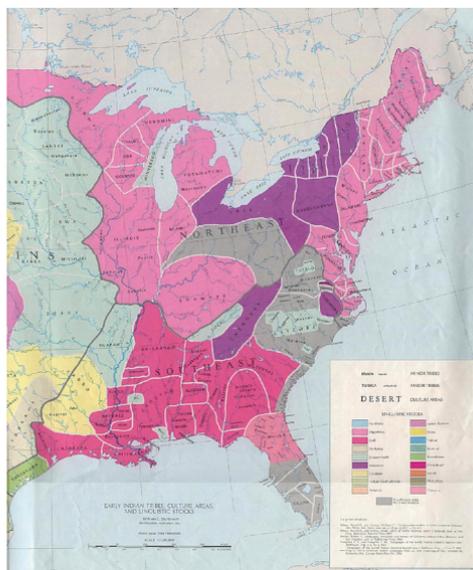
Pesquise mais

Você já ouviu falar do Dia de Ação de Graças? Ele é um dos feriados mais importantes do ano nos EUA. Apesar de ter sido estabelecido pelo presidente Abraham Lincoln no século XIX, sua origem se relaciona com o encontro entre indígenas e peregrinos. Se aprofunde no tema nesse canal de história dos EUA: Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=o69TvQqyGdg>>. Acesso em: 10 abr. 2017.

Na região central desenvolveram-se as colônias de Nova Jersey, Delaware, Maryland, Nova York e Pensilvânia, nas quais se destacaram as atividades comerciais (de peles com os índios) e manufatureiras.

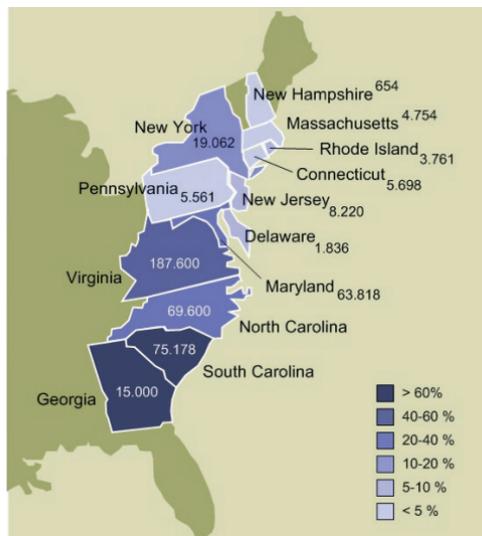
Politicamente, caro aluno, como estavam organizadas essas colônias? Entre elas, havia uma diversidade de administrações políticas entre elas, sendo que, a partir do século XVIII, elas se tornaram régias, ou seja, controladas pelo rei inglês que enviava um governador para administrá-las, fato este que não diminuiu a autonomia de gestão dos colonos que tinham entre si um acordo que lhes dava liberdade política por meio das Cartas Constitucionais e garantias à liberdade.

Figura 2.3 | Diferentes grupos linguísticos que viviam no Leste atual dos Estados Unidos



Fonte: <https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/9/93/Early_indian_east.jpg>. Acesso em: 11 out. 2016.

Figura 2.4 | Porcentagem da população escravizada



Fonte: <https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/1/1d/Slavery_in_the_13_colonies.jpg>. Acesso em: 14 jul. 2017.



Corsário – nome dado aos piratas que recebiam uma carta de corso, ou seja, estavam autorizados por um reino (neste caso, a Inglaterra) a saquear navios de reinos inimigos.

Plantation: foi um sistema econômico baseado na existência de grandes propriedades agrícolas – os latifúndios – na produção de um só produto – unicultura ou monocultura –, na utilização de mão de obra escrava para trabalhar nas plantações e cujas relações comerciais focavam-se na exportação para a metrópole e não para o mercado interno.

Invencível Armada – nome dado à gigantesca esquadra espanhola que atacou a Inglaterra no final do século XVI.

Uma das especificidades da colonização do Norte da América foi a autonomia que essas colônias tiveram em estabelecer comércio com outras regiões do mundo e, principalmente, no uso de impostos coletados dessas transações, diferentemente do que acontecia em outras regiões americanas, pois tanto na colonização espanhola quanto na portuguesa havia uma dependência autoritária da metrópole.

Os diferentes processos de colonização deram origem à noção historiográfica de que nas colônias inglesas da América do Norte teria acontecido uma "colonização de povoamento", em oposição a "colonização de exploração" das Américas Espanhola e Portuguesa. Deste modo, em partes, alguns historiadores justificaram a riqueza de países como Estados Unidos e Canadá a partir dessa origem mais igualitária, menos predatória dos recursos locais e da mão de obra. Em resumo: enquanto ingleses vieram para povoar, portugueses teriam vindo para explorar, afirma essa visão. Mais do que isso, essa perspectiva afirma um subdesenvolvimento quase insuperável a partir destas origens. No entanto, as coisas não são tão simples. Como afirmou o historiador Leandro Karnal:

No século XVII, quando a América espanhola já apresentava universidade, bispados, produções literárias e artísticas de várias gerações, a costa inglesa da América do Norte era um amontoado de pequenas aldeias atacadas por índios e rondadas



pela fome. [...] Decorridos cem anos do início da colonização, caso comparássemos as duas Américas constataríamos que a ibérica tornou-se muito mais urbana e possuía mais comércio, maior população e produções artísticas e culturais mais 'desenvolvidas' que a inglesa.

Nesse fato vai residir a maior facilidade dos colonos norte-americanos em proclamarem a sua independência. [...] a falta de um efetivo projeto colonial aproximou os EUA de sua independência. As 13 colônias nascem sem a tutela direta do Estado. Por ter sido 'fraca' a colonização inglesa deu origem à primeira independência vitoriosa da América. (KARNAL, 2011, p. 28-29)



Refleta

É comum ouvir nas ruas pessoas que afirmam que as origens de todas as mazelas sociais do Brasil estão na colonização portuguesa. Do mesmo modo, atribuem a riqueza dos EUA à colonização inglesa. Se lembrarmos que, além das Treze Colônias, a Inglaterra estabeleceu colônias no Caribe, como Granada e Jamaica – um dos principais entrepostos para o comércio da população escravizada africana – poderíamos repensar esse argumento do senso comum?

A diversidade econômica das colônias e a relativa autonomia de seus colonos deram origem a um crescente comércio interno e atlântico no século XVII e XVIII. Nas colônias do Sul, o plantation criava uma demanda por mão de obra escrava, produtos manufaturados e alimentos. As colônias centrais e do norte, abasteciam esse mercado interno e faziam o mesmo no Caribe, onde trocavam seus produtos por melão e rum. Estes comerciantes negociavam os derivados da cana-de-açúcar nos portos africanos em troca de negros escravizados que, por sua vez, eram revendidos no Caribe e nas colônias inglesas do sul. Este comércio recebeu o nome de Comércio Triangular e, aos poucos, fortaleceu a autonomia da economia local em relação à Inglaterra, criou uma importante camada comercial colonial no centro-norte e aumentou significativamente a população negra escravizada ao sul.

Figura 2.5 | Comércio triangular



Fonte: <https://en.wikipedia.org/wiki/Triangular_trade#/media/File:Triangular_trade.jpg>. Acesso em: 18 jul. 2017.

Como veremos na próxima seção, tal liberdade econômica e política dos colonos ingleses será questionada – e tributada – pela Coroa Inglesa na segunda metade do século XVIII e é esse conflito de interesses o tema central do processo de Independência dos EUA.

Sem medo de errar

Retomemos agora a nossa situação-problema, lembrando que Sut-Lut tem dupla cidadania, americana e canadense, e que seus pais são descendentes de povos autóctones, e o quanto fere sua identidade ver seu povo desrespeitado em sua tradição e história. Seu principal problema gira em torno de como manter vivas a memória e a tradição de seu povo.

O primeiro passo importante a ser construído nessa direção é apontado pelos Parâmetros Curriculares Nacionais de História:

Intervenções pedagógicas específicas, baseadas no trabalho de pesquisa histórica, provocam significativas mudanças nas compreensões das crianças pequenas sobre quem escreve a História. Por exemplo: passam a considerar a diversidade de



fontes para obtenção de informações sobre o passado, discernindo sobre o fato de que épocas precedentes deixaram, intencionalmente ou não, indícios de sua passagem que foram descobertos e conservados pelas coletividades. Podem compreender que os diferentes registros são fontes de informação para se conhecer o passado. (BRASIL, 1998, p. 49-50)

Imagine que Sut-Lut fosse sua aluna, o que você proporia de concreto para ela registrar a memória de seu povo e não deixar que a tradição de tantos costumes caísse em desuso? Portanto, a preocupação dessa menina é muito importante e deve ser considerada como um desafio contemporâneo.

No entanto, muito além dessa prática individualizada, está a inserção em movimentos ou grupos sociais que têm o propósito de oferecer aos responsáveis práticas inclusivas concretas, resgatando a identidade desse povo, tirando-o da situação de vulnerabilidade e restituindo a ele a dignidade de cidadão. Por isso, os PCNs de História pontua no eixo temático "História das organizações sociais", indicando temas que devem ser estudados pelos alunos:



Na localidade onde as crianças moram, existem problemáticas que só podem ser entendidas na medida em que elas conhecem histórias de outros espaços e de outros tempos: populações que chegam de outros lugares, com outros costumes, outras línguas, outras religiões, em diferentes momentos; êxodos de pessoas de sua coletividade que ocorrem por diferentes razões; completo ou parcial desaparecimento de populações nativas, provocado por questões históricas nacionais e internacionais [...]. (BRASIL, 1998, p. 63)

Conscientizar os alunos da importância de valorizar e respeitar a cultura do outro é uma prática importante, apresentando os canais de participação que legitimam a soberania e a representação de um determinado povo na atualidade, como a luta dos negros e dos índios.



Atenção

Práticas de inclusão na atualidade devem perpassar a garantia de direitos e de uma vida digna e com qualidade, seja na moradia, na escola, na saúde ou no lazer. Deve-se, por meio de associações e movimentos, pressionar o bem público para que mais políticas públicas sejam criadas com o intuito de preencher as lacunas do lugar em que o poder estatal se ausentou por anos e aumentou, assim, a desigualdade econômica, política e social de homens e mulheres que residem na América.

Avançando na prática

Uma questão sócioeconômica presente na escola brasileira

Descrição da situação-problema

A escola municipal "Convivendo com a Diversidade" fica localizada numa região da zona Norte de São Paulo, num bairro de classe média alta, próxima a uma periferia. A professora Helena, recentemente aprovada em um concurso público, leciona a disciplina de História. Em sua fase de adaptação, ela tem analisado o perfil socioeconômico dos alunos, que são filhos de migrantes de várias partes do Brasil e de imigrantes de italianos e africanos. Sua sala de aula representa a heterogeneidade que reflete a própria sociedade brasileira.

De uns tempos para cá, ela tem percebido uma divisão entre os estudantes na sala de aula, formando dois grupos: os que moram numa região de classe média alta e os que residem na parte mais pobre da cidade.

Helena tem analisado essa realidade pensando em como intervir nessa situação, pois, como professora de História, ela não pode se omitir diante desses fatos; o que ela deve fazer para que essa divisão seja superada? Como elaborar atividades concretas para que esses dois grupos se respeitem e se valorizem?

Resolução da situação-problema

Prezado aluno, qual seria a orientação dos Parâmetros Curriculares Nacionais de História para esse problema enfrentado por Helena? Veja o que ele prescreve:



Nesse sentido, propõe-se, para o ensino de História, conteúdos e situações de aprendizagem que possibilitem aos alunos refletir criticamente sobre as convivências e as obras humanas, ultrapassando explicações organizadas a partir unicamente de informações obtidas no presente e a partir unicamente de dados parciais. Propõe-se, assim, que os alunos conheçam e debatam as contradições, os conflitos, as mudanças, as permanências, as diferenças e as semelhanças existentes no interior das coletividades e entre elas, considerando que estão organizadas a partir de uma multiplicidade de sujeitos, grupos e classes (com alguns interesses comuns e outros diferentes), de uma multiplicidade de acontecimentos (econômicos, sociais, políticos, culturais, científicos, filosóficos) e de uma multiplicidade de legados históricos (contínuos e descontínuos no tempo). (BRASIL, 1998, p. 76)

Foi nesse contexto em que a professora Helena construiu sua prática, inserindo atividades que faziam que os alunos interagissem nos trabalhos em grupos, além de várias visitas a locais tanto da parte mais rica quanto da pobre do bairro. No trabalho de valorização da identidade e da história de cada um, houve momentos para cada um contar sua história, apresentando fontes históricas sobre sua vida, sua família e seu antepassado. Essas oficinas foram encerradas com a vinda dos membros das famílias dos estudantes, momento este em que ocorreram apresentações culturais e um lanche comunitário.

Faça valer a pena

1. A Reforma Protestante pode ser um exemplo de como um fato histórico tem uma consequência e desencadeia em rede outros acontecimentos. Muitos desses fatos influenciaram direta ou indiretamente a colonização americana, sendo a imigração uma das particularidades do Norte da América.

De acordo com essa linha de pensamento, é correto afirmar que um dos fatos históricos que produziu transformações na Inglaterra foi:

a) O surgimento da religião anglicana.

- b) A reforma protestante na França.
- c) O distanciamento dos puritanos do cenário político.
- d) A tolerância dos reis da dinastia Stuart.
- e) O domínio político dos protestantes.

2. As características de ocupação da América do Norte pelos ingleses se estenderam de maneira diversa pelas colônias do Sul, do Centro e do Norte:

- a) No centro preponderava o plantation, assim como no norte.
- b) Nas colônias do Sul o plantation utilizou de mão de obra escrava nativa, diferentemente do que acontecia nas colônias do centro.
- c) Nas colônias do norte, as pequenas propriedades rurais e a forte presença puritana não significaram menor violência contra os nativos.
- d) Na região da Virgínia e nas demais colônias do sul o fracasso da monocultura do tabaco afetou gravemente a economia local.
- e) Nas colônias do centro e sul foi impossível implementar o latifúndio devido o número de rebeliões indígenas.

3. Os holandeses investiram na ocupação territorial do Norte da América, mas suas colônias não se desenvolveram por causa da falta de interesse econômico na região. O contrário aconteceu com os franceses que, por meio da Guerra dos Sete Anos, foram expulsos do Vale do Rio Mississipi, na região da Louisiana.

A estratégia de domínio do Norte da América pode ser considerada pela localização das treze colônias inglesas que ocuparam:

- a) O interior.
- b) Mais a região Norte.
- c) O litoral.
- d) Somente a região Sul.
- e) Os vales.

Seção 2.2

A Revolução Americana

Diálogo aberto

Prezado aluno, nesta seção, você continuará estudando a criação dos Estados Unidos, que se iniciou com a formação das treze colônias inglesas, tema da primeira seção que você estudou na anteriormente.

Neste momento, você estudará os movimentos revolucionários desencadeados entre essas colônias e a Inglaterra, compreendendo como elas se tornaram independentes e criaram um novo país: os Estados Unidos da América. Espera-se também que você analise como as ideias iluministas foram importantes para os processos de independência de outras partes da América, ou seja, que você entenda a independência americana como o primeiro fato que impulsionará os outros projetos de liberdade. Entender as causas e as consequências da intervenção da metrópole na vida econômica das treze colônias inglesas será relevante para que você estabeleça uma comparação com outras partes das Américas Portuguesa e Espanhola, percebendo como essas se organizaram em prol de mais autonomia.

Nesse contexto, você conheceu, na última seção, Sut-Lut, que nos apresentou alguns problemas relacionados ao desenvolvimento dos descendentes dos povos ancestrais dessa parte da América. Muitos desses conflitos são semelhantes a outras partes do continente, principalmente, o que Sut-Lut apresentará nesta seção.

Sut-Lut, em sua estada temporária nos Estados Unidos, pois iria passar um tempo com sua família no Canadá, ficou muito abalada com os acontecimentos recentes. Um membro da tribo Iroquesa foi brutalmente espancado nas ruas de Nova York pela polícia, quando, após um encontro, transitava da sede do grupo "Unindo a Diferença" para sua casa. Uma onda de protestos esparramou-se

pelos dois países, pois esse povo também viveu na fronteira entre o Canadá e os Estados Unidos. Nas manifestações, vários cartazes com trechos da Declaração de Independência dos Estados Unidos foram mostrados e, em seu grupo, iniciou-se um estudo para analisar o que seria independência e o que isso implicaria na vida do cidadão.

O início das revoltas nas treze colônias americanas ocorreu por falta de liberdade, principalmente, econômica, o que ficou expresso na Declaração de independência dos Estados Unidos, que até os dias de hoje se consolida fundamentada na democracia; tópico que você estudará nos conteúdos intitulados *A era das revoluções e a independência americana*, e *A Declaração de Independência dos Estados Unidos*.

Estudar essa parte do nosso continente continuar exercitando seu olhar crítico ao analisar a ideologia presente em vários acontecimentos históricos, certo de que muito já foi feito, muitas interpretações ainda são possíveis e várias leituras com diferentes vieses ainda se farão pertinentes.

Não pode faltar

Para compreender o processo de independência das treze colônias inglesas e das demais colônias hispânicas e portuguesas, é necessário que nos reportemos às ideias iluministas, que, fundamentadas nos ideais de liberdade, propunham uma outra configuração de poder. Foi na Inglaterra e na França, entre os séculos XVII e XVIII, que se elaboraram as primeiras correntes liberais, tendo como um dos representantes o filósofo inglês John Locke.



Exemplificando

A Europa da Idade Moderna vivia o domínio das monarquias absolutistas. Nesses regimes, o poder político estava concentrado nas mãos dos reis, que podiam legislar, julgar e executar. A sociedade era vista como o corpo do rei e não existia, portanto, a ideia da lei como a expressão da vontade popular. Não existia a ideia de cidadania na medida em que os habitantes do reino eram súditos e deviam obediência à família real, não a alguma noção de nacionalidade.

Tampouco se argumentava em termos de direitos: tratava-se de uma sociedade dividida entre aqueles que possuíam privilégios e aqueles que não. As sociedades como a França da época eram estamentais, ou seja, divididas em estamentos: clero, nobreza e terceiro estado (estes últimos camponeses, burgueses e todos os que não possuíam os privilégios de pertencer à Igreja ou à nobreza e por isso pagavam tributos).

Por que e como essas ideias foram essenciais para mudar as estruturas sociais da época? Ao longo da Idade Moderna, profundas mudanças econômicas e sociais marcaram a Europa. Com as Grandes Navegações e a colonização da América, a burguesia de muitas regiões ganhou poder econômico. As cidades – nesse momento, sinônimo de centros comerciais – prosperavam e, especialmente onde a Reforma Protestante crescia, essa classe comercial gozava de relativa importância. E é justamente o conflito entre os interesses das realidades, apoiadas pelas nobrezas, e essa elite comercial que dará origem a uma série de processos revolucionários do qual a Independência dos EUA e a Revolução Francesa são os pioneiros.

Na medida em que esses conflitos se davam, também se formulava uma nova visão de mundo. Até o século XVIII ainda predominava na Europa uma série de concepções tipicamente medievais sobre a sociedade: em última instância tudo poderia ser explicado pela vontade divina. Foi durante estes séculos (XVII e XVIII) que passou a se consolidar uma perspectiva mais racionalista, valorizando a ação humana, a explicação científica e valores como a liberdade e a igualdade.

No século XVIII, pensadores franceses associaram luz ao conhecimento e à racionalidade, em oposição as trevas da ignorância: daí a denominação iluminismo para esse movimento. Estes filósofos foram ao mesmo tempo espectadores e produtores das transformações sociais do “século das luzes”. Pioneiros como John Locke na Inglaterra inspiraram Voltaire, Montesquieu e Jean Jacques Rousseau em seus questionamentos contra o absolutismo e o poder da Igreja Católica na França. Já na economia, autores como Adam Smith questionavam o controle do estado sobre a economia dando origem ao *liberalismo econômico*. Em resumo: a crítica destes pensadores consolidou ideias

básicas do mundo contemporâneo, que vão da divisão dos três poderes e da democracia representativa à economia capitalista contemporânea.

Pesquise mais

Que tal, prezado aluno, conhecer os estudos que alguns desses filósofos elaboraram para entender como surgiu a transferência de poderes para um ou alguns homens? A teoria de John Locke (1632-1704) fundamentou as teses liberais e legitimou a propriedade privada como um direito jus-naturalista. Descubra o que isso significa acessando este interessante artigo da revista de filosofia da Unesp *Transformação*. Disponível em: <<https://goo.gl/VC68OC>>. Acesso em: 16 abr. 2017.

Para a teoria e a vida de Adam Smith, veja esse interessante vídeo-biografia produzida pela TV Unesp:

Disponível em: <<https://goo.gl/OFgcxl>>. Acesso em: 16 abr. 2017.

Observação: atente-se às datas de nascimento e morte desses filósofos e veja quão rápida foi a aceitação de suas teorias e a difusão bem como a influência nos projetos de busca pela independência.

No livro didático da última seção você aprendeu que havia uma certa autonomia comercial nas treze colônias inglesas, o que favoreceu um comércio triangular. O desejo liberal de venda e compra de produtos e do controle dos lucros ficou mais comprometido a partir da Guerra dos Sete Anos, que aconteceu entre os anos de 1756 a 1763.



Assimile

A interferência da metrópole inglesa no desenvolvimento comercial de algumas colônias era praticamente inexistente ou não tinha uma rígida fiscalização e controle. O autogoverno (*self-government*) foi uma prática comum entre os novos ingleses, que respeitavam as regulações jurídicas da Inglaterra, mas nunca se sentiram totalmente dependentes ou limitados pela Monarquia ou pelo Parlamento inglês.

Houve por parte da Inglaterra uma “negligência salutar”, sendo o triângulo comercial uma expressão liberal das práticas comerciais, que demonstra que o comércio não era monolítico ou que havia um monopólio (nas colônias hispano-portuguesa o monopólio existiu desde o começo), permitindo, assim, que os ingleses das treze colônias comercializassem com outros povos.

Porém, essa “negligência comercial” deixou de existir a partir dos conflitos comerciais e políticos entre a França e a Inglaterra.



[...]os conflitos envolveram a Europa, a Índia (onde os dois países concorriam pelo domínio de mercados) e a América do Norte, onde os colonos ingleses, em processo de ocupação territorial cada vez mais em direção ao centro do continente, estavam entrando em conflito com colonos franceses que desciam, do atual Canadá (área de Quebec) de colonização francesa, em direção ao vale do rio Mississipi, para ocupar uma extensa faixa territorial pretendida pela França, a região de Louisiana. Caso os franceses tivessem sucesso nesta ocupação, a possibilidade de avançar no continente estaria para sempre fechada aos ingleses e o desenvolvimento das colônias ficaria bastante comprometido. (COSENTINO; MESQUITA; FILHO, 1997, p. 92-93)

Os ingleses ganharam essa guerra, o que, na perspectiva do autores da citação anterior, teve dois significados importantes:

1. A metrópole inglesa percebeu que não tinha uma política econômica de subordinação, e estava deixando as práticas comerciais das treze colônias sem controle.
2. As terras ganhas na guerra ficaram sobre o domínio dos povos autóctones da região, causando descontentamento e revoltas nos colonos.

Por volta do período que antecedeu ao conflito, várias práticas mercantilistas e absolutistas começaram a ser impostas pela Inglaterra às treze colônias. Com a vitória, essas políticas se tornaram mais enfáticas, indicando uma tentativa de controle semelhante a um pacto colonial.



Assimile

A **Lei do Açúcar** (1746): determinava que os colonos deveriam pagar impostos sobre todo o açúcar e melão que compravam, bem como impunha taxas sobre a importação de vinhos, seda, café e artigos

considerados de luxo.

A **Lei da Moeda** (1746): proibia às colônias a emissão de papel moeda, limitando-lhes o crescimento econômico.

A **Lei do Aquartelamento** (1765): obrigava os colonos a pagarem a manutenção de tropas inglesas no meio colonial.

A **Lei do Selo** (1765): obrigava os colonos a selarem com estampilhas especiais, compradas do governo inglês, documentos legais, como escrituras e contratos, jornais, livros, panfletos etc.

A **Lei do Chá** (1773): estabelecia o monopólio de comercialização do chá nas colônias para a privilegiada "Companhia das Índias Ocidentais".

Fonte: Consetino, Mesquita e Filho (1997, p. 93).

Por que essas leis desencadearam revoltas entre a população? Principalmente, porque causaram prejuízos financeiros em muitos setores econômicos e por serem absolutistas, desrespeitando os acordos firmados na Carta Magna e não considerando os colonos ingleses como cidadãos, pois eles não tinham representantes no Parlamento.

A reação dos colonos ingleses às leis impostas pela Coroa deu origem a um famoso episódio que levaria a independência das Treze Colônias. Lutando contra o monopólio estabelecido pela Lei do Chá, colonos - fantasiados de indígenas – atacaram navios ingleses e lançaram todo o carregamento de chá ao mar no porto de Boston. Após o ocorrido, a Inglaterra iniciou uma série de políticas ainda mais restritivas do comércio colonial como punição. Entre outras medidas, o porto de Boston seria controlado completamente pela Coroa até que os prejuízos causados pela rebelião fossem pagos. A elite comercial americana chamou esse novo conjunto de imposições inglesas de "leis intoleráveis": se iniciava aí, mais claramente, a ruptura entre colonos ingleses e Coroa. Impedidos de manter as antigas práticas comerciais e em contato com as ideias iluministas que afirmavam a necessidade de um contrato justo entre governantes e governados, os homens livres das Treze Colônias consideraram o reinado de George IV uma ameaça à sua liberdade política e econômica.



Revolução ou manutenção da ordem social? Independência para quem? Quem participou desses projetos de independência?



O significado da independência dos Estados Unidos é um tema polêmico entre historiadores. Sobretudo os norte-americanos defendem que o movimento teve caráter revolucionário e inaugurou uma onda de revoluções que derrubou o Antigo Regime. Outros acreditam que foi de natureza conservadora, já que visou romper com a metrópole para manter uma ordem social que a Coroa começava a ameaçar. Essa ordem favorecia às camadas mais ricas das treze colônias, proprietárias de terras e, em muitos casos, de escravos. Por isso, embora inspirados em ideias de liberdade, os fundadores do Estado norte-americano se recusaram a abolir a escravidão negra. Assim se a jovem república foi idealizada como o governo do povo, nem todos foram considerados parte desse povo. (APOLINÁRIO, 2006, p. 90)



Nos Estados Unidos a visão dominante sobre a história nacional é a de um passado heroico, iniciado pelos peregrinos protestantes e de uma nação criada pelos "pais fundadores" em nome da justiça e da liberdade. George Washington, Thomas Jefferson e Benjamin Franklin são figuras quase inquestionáveis no imaginário estadunidense e a Guerra de Independência seria o ápice desse heroísmo. Um exemplo de como esse passado ainda é presente: no ano de 2010, em oposição às medidas do governo Obama, uma ala do Partido Republicano criou um movimento chamado *Tea Party* (Festa do Chá). O movimento prega uma menor participação do Estado na economia e se saiu vitorioso na votação de 2016 com a eleição de Donald J. Trump à presidência. Confira a notícia a seguir reproduzida no jornal O Estado de São Paulo.

Disponível em: <<http://internacional.estadao.com.br/noticias/geral,longe-do-lider-ideal-tea-party-adotou-trump,70001637051>>. Acesso em: 16 abr. 2017.

Várias estratégias foram criadas para fortalecer os projetos de independência, como o primeiro e o segundo Congresso Continental, realizados na cidade de Filadélfia, que trataram desde a organização armada até a elaboração da Declaração de Independência, escrita pelo jovem Thomas Jefferson, da Virgínia. Nesse documento ficaram expressas as ideias de igualdade e de liberdade que deveriam garantir a felicidade humana e sua segurança, sendo que os governantes deveriam assegurar esses direitos, caso contrário, deveriam ser trocados. As ideias iluministas e a própria declaração estadunidense passaram a ser lidas nas outras colônias americanas, acenando a possibilidade de quebra do pacto colonial e legitimando a independência.



Exemplificando

A declaração de independência dos Estados Unidos da América (1776)

Quando, no curso dos acontecimentos humanos, se torna necessário a um povo dissolver os laços políticos que o ligavam a outro, e assumir, entre os poderes da Terra, posição igual e separada, a que lhe dão direito as leis da natureza e as do Deus da natureza, o respeito digno para com as opiniões dos homens exige que se declarem as causas que os levam a essa separação. Consideramos estas verdades como evidentes por si mesmas, que todos os homens são criados iguais, dotados pelo Criador de certos direitos inalienáveis, que entre estes estão a vida, a liberdade e a procura da felicidade. Que a fim de assegurar esses direitos, governos são instituídos entre os homens, derivando seus justos poderes do consentimento dos governados; que, sempre que qualquer forma de governo se torne destrutiva de tais fins, cabe ao povo o direito de alterá-la ou aboli-la e instituir novo governo, baseando-o em tais princípios e organizando-lhe os poderes pela forma que lhe pareça mais conveniente para realizar-lhe a segurança e a felicidade.

[...] quando uma longa série de abusos e usurpações, perseguindo invariavelmente o



mesmo objeto, indica o desígnio de reduzi-los ao despotismo absoluto, assistem-lhes o direito, bem como o dever, de abolir tais governos e instituir novos Guardiães para sua futura segurança. Tal tem sido o sofrimento paciente destas colônias e tal agora a necessidade que as força a alterar os sistemas anteriores de governo.

[...] Um príncipe cujo carácter se assinala deste modo por todos os atos capazes de definir um tirano não está em condições de governar um povo livre. [...] Nós, por conseguinte, representantes dos ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, reunidos em CONGRESSO GERAL, apelando para o Juiz Supremo do mundo pela retidão das nossas intenções, em nome e por autoridade do bom povo destas colônias, publicamos e declaramos solenemente: que estas colônias unidas são e de direito têm de ser ESTADOS LIVRES E INDEPENDENTES; que estão desobrigados de qualquer vassalagem para com a Coroa Britânica, e que todo vínculo político entre elas e a Grã-Bretanha está e deve ficar totalmente dissolvido; e que, como ESTADOS LIVRES E INDEPENDENTES, têm inteiro poder para declarar a guerra, concluir a paz, contrair alianças, estabelecer comércio e praticar todos os atos e ações a que têm direito os estados independentes. E em apoio desta declaração, plenos de firme confiança na proteção da Divina Providência, empenhamos mutuamente nossas vidas, nossas fortunas e nossa sagrada honra. (ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, 1776 apud SANCHEZ, 2017, [s.p.])

George Washington, Benjamin Franklin e o Marquês de La Fayette foram os responsáveis por encerrar, com a ajuda dos franceses, após mais de oito anos de negociação, a independência, que teve seu reconhecimento obtido pelos tratados de Versalhes no ano de 1783, surgindo, assim, um novo país: os Estados Unidos da América (1787 foi o ano em que uma constituição geral uniu todas as colônias na formação de uma única nação).



Pacto colonial – ideia resultante do conjunto de práticas mercantilistas a qual afirmava que a colônia deveria servir para enriquecer a metrópole, fornecendo exclusivamente riquezas e mercadorias exóticas e consumindo os manufaturados produzidos pela potência colonizadora.

Inalienável – que não pode ser vendido, tirado, cedido. Que não pode ser transferido.

Usurpar – tomar para si sem legitimidade ou direito. Tomar o poder pela força.

Despotismo – tirania, forma de poder concentrado nos desejos de um governante.



“Eu não conheço nenhum outro homem no mundo que tenha exercido maior influência nos últimos trinta anos do que Tom Paine”. Essa frase foi proferida pelo segundo presidente dos EUA, John Adams. Mas quem foi Thomas Paine? Quais as suas ideias? Autor de um famoso panfleto iluminista chamado *Senso Comum*, teve suas ideias usadas como base do movimento revolucionário das Treze Colônias. Saiba mais sobre ele no artigo do professor Modesto Florenzano da USP disponível em: <<http://www.iea.usp.br/publicacoes/textos/florenzanthomaspain.pdf>>. Acesso em: 6 abr. 2017.

Qual seria o significado da independência do Norte da América para o mundo? Os autores Cosentino, Mesquita e Filho pontuam dois aspectos importantes, o primeiro foi que se adotou uma Constituição Política, definindo os poderes do Estado, os limites da autoridade e “os direitos dos cidadãos, inclusive separando os poderes da Igreja dos poderes do Estado”; e o segundo foi que “instituiu-se um regime republicano, fundamentado nas ideias liberais de regime representativo e de soberania popular” (CONSENTINO; MESQUITA; FILHO, 1997, p. 94-95).

O sistema político criado foi o da república federalista, no qual cada estado tem relativa autonomia em relação ao poder do presidente. No debate sobre os limites dessa autonomia surgiram dois partidos políticos, ancestrais dos atuais partidos dos EUA: o partido federalista e o partido republicano. Enquanto um defendia a descentralização do poder, o outro, apesar de respeitar a relativa liberdade dos estados,

pregava a importância de um poder centralizado.

E quem votava nessas eleições? Você já deve supor: apenas os homens brancos podiam participar dos pleitos. Como foi analisado, alguns historiadores não consideram todo esse processo como uma revolução, principalmente na perspectiva de que não se alterou a ordem social. Um fato histórico que ilustra como na sociedade estadunidense nem todos eram cidadãos, foi a manutenção da escravidão negra. Do mesmo modo, na Constituição dos EUA de 1787 os nativos indígenas não eram considerados habitantes do território nem mesmo para efeitos de censo populacional, sendo citados como parte da natureza encontrada em cada estado. Por um lado, esse dado mostra a já abordada exclusão de negros e indígenas daquela sociedade, mas, por outro, isso não esgota a importância daquele momento político e mais aspectos dessa cidadania limitada precisam ser considerados. A exclusão das mulheres, por exemplo, não era um dado exclusivo da política nos EUA, pois elas permaneceram excluídas da participação política oficial até o século XX em todo o mundo ocidental – situação combatida pelas sufragistas desde fins do século XVIII. Outro ponto importante para reflexão: é preciso lembrar que, apesar de todas essas limitações na cidadania, o simples direito ao voto para grande parte da população masculina era algo revolucionário no século XVIII. Não à toa, os EUA serviram de exemplo para outros processos revolucionários e independências ao longo do século XIX.

Com o estabelecimento da independência, em apenas algumas décadas, os EUA conseguiram conquistar novos territórios a oeste das Treze Colônias por meio da diplomacia, de guerra e da tomada de terras indígenas. No final do século XIX, o país já possuía seu tamanho atual – não sem grandes conflitos, como veremos na próxima unidade. A Doutrina Monroe que defendia o lema de “a América para os americanos” contra novas pretensões colonialistas, também teve conotações imperialistas reforçando a supremacia estadunidense na América. Ao mesmo tempo, a doutrina do “Destino Manifesto” justificava esse domínio e expansão sobre outros territórios com a crença de que os Estados Unidos seriam um país escolhido para comandar o restante do mundo.

Finalmente, consolidada a nação, além do debate entre o federalismo e o centralismo, outro tema que ainda dividiria profundamente a política do país em nascimento eram os distintos interesses econômicos entre as colônias do Norte e as do Sul. Apesar de não haver um consenso entre os historiadores de uma distinção exata entre essas regiões, o uso de escravos no Sul era bem mais acentuado, pois a agricultura

de *plantation* era a principal atividade econômica. O Norte, com um campo industrial e com um mercado interno com atividades comerciais fundamentadas no trabalho livre, era a favor do abolicionismo. Como veremos na próxima unidade, essa cisão será aprofundada e levará a uma das guerras mais violentas do século XIX: a Guerra Civil (ou de Secessão) Americana.



Pesquise mais

E o Canadá?

O primeiro europeu a reivindicar o território canadense foi o navegador italiano Giovanni Caboto (em inglês John Cabot), em 1497, a serviço da Coroa Britânica. A colonização da região só foi iniciada de fato em 1554, pelos franceses, quando Jacques Cartier desembarcou no golfo de São Lourenço. A região ficou conhecida como Nova França. À procura de um novo caminho para os ricos mercados do oriente, os exploradores franceses e ingleses navegaram pelas águas da América do Norte. Construíram vários postos - os franceses ficavam, na sua maioria, às margens do Rio São Lourenço, Grandes Lagos e do Rio Mississipi. Os ingleses, por sua vez, ficavam em torno da Baía de Hudson e na costa atlântica. Essas duas regiões ficaram conhecidas como Nova França e Nova Inglaterra, estabelecendo uma economia dependente das Metrópoles e dominando os povos nativos, além de competirem entre si o domínio por outras partes das regiões que norteavam a área de povoamento. Isso provocou vários conflitos entre esses dois países.

Em 1774, a Grã-Bretanha aprovou o Ato de Quebec, que reconhecia oficialmente os direitos civis franceses e garantia liberdade religiosa e linguística. (CANADÁ, 2016, [s.p]) Um tratado final de apaziguamento só foi possível com a assinatura do Ato da América do Norte Britânica, que foi assinado pelo Parlamento do Reino Unido, no ano de 1867, criando, assim, um domínio canadense que já se encontrava com uma outra organização após o Tratado de Paris.

Você deve estar se perguntando como teria ficado, no entremeio dessa briga entre franceses e ingleses, os povos autóctones dessas regiões? Vários foram os conflitos entre eles e os descendentes de europeus, sendo que o mais complexo aconteceu a partir da expansão para o Oeste.

Caro aluno, que tal você conhecer como aconteceu o processo de tentativa de dominação cultural dos povos autóctones canadenses? Acesse o link a seguir e pesquise sobre as 'Escolas Residenciais'.

Disponível em: < <https://goo.gl/mVNUFJ>>. Acesso em: 24 nov. 2016.

Sem medo de errar



[...] Consideramos estas verdades como evidentes por si mesmas, que todos os homens são criados iguais, dotados pelo Criador de certos direitos inalienáveis, que entre estes estão a vida, a liberdade e a procura da felicidade. Que a fim de assegurar esses direitos, governos são instituídos entre os homens, derivando seus justos poderes do consentimento dos governados; que, sempre que qualquer forma de governo se torne destrutiva de tais fins, cabe ao povo o direito de alterá-la ou aboli-la e instituir novo governo, baseando-o em tais princípios e organizando-lhe os poderes pela forma que lhe pareça mais conveniente para realizar-lhe a segurança e a felicidade [...]. (JEFFERSON, 1776, p. 1)

Prezado aluno, Sut-Lut e seu grupo, a partir do problema vivenciado iniciaram um estudo sobre a Declaração de Independência dos Estados Unidos, recordando como todos os povos ansiavam por um governo que promovesse a liberdade como fator intrínseco para uma participação cidadã. As sociedades devem expurgar de seu interior qualquer tipo de coação, principalmente aquelas provindas do preconceito e do racismo.

Infelizmente, não foi isso o que aconteceu com seus antepassados que tiveram suas tradições sufocadas e seu território violado e dominado por interesses capitalistas. Além disso, o menosprezo pelas sociedades indígenas e suas culturas veio perpassando os séculos e ainda persiste em pleno século XXI.

Ao discutir com o grupo essas teorias e esses documentos, Sut-Lut e seus colegas traçaram estratégias importantes para que o estudo e o conhecimento não viessem depois das reivindicações, mas que caminhassem lado a lado, sustentando as passeatas e a luta por mais respeito e igualdade de direitos.

Nesse contexto, os Parâmetros Curriculares Nacionais de História (PCNs), orienta aos professores em seus trabalhos com alunos em sala de aula que:

[...] é importante que o professor crie situações rotineiras, nas suas aulas, de atitudes questionadoras diante dos acontecimentos e das ações dos sujeitos históricos, possibilitando que sejam interpretados e compreendidos a partir das relações (de contradições ou de identidade) que estabelecem com outros sujeitos e outros acontecimentos do seu próprio tempo e de outros tempos e outros lugares, isto é, relações que estabelecem por suas semelhanças, suas diferenças, suas proximidades, suas dependências, suas continuidades. As explicações dos alunos para os questionamentos devem considerar, assim, uma multiplicidade de entendimentos, de abrangências, de confrontamentos e de relações, revelando tramas conflituosas para a história estudada. (BRASIL, p. 78, 1998)

O foco do professor de História deve ser formar sujeitos críticos com autonomia para analisar e agir em prol do bem comum. O docente deve, com base em dados do passado, analisar o presente e perceber o que dele ainda está influenciando nossas práticas, elaborando reflexões com os estudantes que apontem as continuidades e as rupturas ainda presentes na contemporaneidade. As relações de contradição devem também ser analisadas, sabendo compreender o motivo da contradição que pode estar voltado às questões de exclusão, principalmente nas análises dos conflitos religiosos, étnicos-raciais, políticos e classistas.

Quais materialidades deve o professor usar em sala de aula para que o aluno conheça as diferenças e semelhanças no mundo que o cerca ou em outras regiões do planeta?

Os PCNs de História apontam que o manuseio de diversas materialidades e práticas se faz pertinente para aguçar no educando o desejo de intervir na realidade.

São favorecidos, assim, as diferentes leituras de jornais e revistas, o debate sobre problemas do bairro ou da cidade e as pesquisas de cunho social

e econômico entre a população; a identificação de diferentes propostas e compreensões defendidas na sociedade para solucionar seus problemas; as situações em que as crianças organizam as suas próprias soluções e estratégias de intervenção sobre a realidade (escrever cartas às autoridades, fazer exposições para informar a população); o aprendizado de como ler documentos variados, tanto aqueles que podem ser encontrados na realidade social (construções, organização urbana, instrumentos de trabalho, meios de comunicação, vestimentas, relações sociais e de trabalho) como também produções escritas, imagens e filmes. (BRASIL, p. 78, 1998)

As estratégias criadas por Sut-Lut e seu grupo estão em sintonia com as que foram apontadas pelos Parâmetros Curriculares de História, pois ajudar os seres humanos a intervirem na realidade é um desafio na contemporaneidade.

O desafio do docente contemporâneo é criar canais que sirvam para criticar e analisar a realidade e, muito mais do que isso, fazer que a apatia com os problemas sociais, econômicos e políticos se transforme em um compromisso com a sociedade, fazendo o aluno refletir e buscar soluções para vários problemas da atualidade.

Avançando na prática

Uma história irônica

Descrição da situação-problema

Patrick Brown, membro do grupo "Unindo a Diferença", surpreendeu-se com a notícia de que iria atuar como soldado estadunidense na guerra do Iraque. Jamais passou pela sua cabeça tal compromisso, mas, como cidadão, teria de representar seu país nessa intervenção que os Estados Unidos estavam realizando nessa região.

Passados mais de um ano, ele já estava de volta, após ter atuado

no exército como soldado. Patrick voltou muito arrependido de suas ações e a de seus colegas em relação aos prisioneiros de guerra no Iraque. Várias foram as torturas e os objetos usados para que homens e mulheres, na maioria das vezes inocentes, confessassem o que eles mesmos nem sabiam do que se tratava.

Resolução da situação-problema

Este é um exemplo fictício que foi escrito a partir de depoimentos de soldados de guerra que atuaram no Iraque. Veja que há uma contradição entre o que rege a Declaração dos Direitos Humanos dos Estados Unidos e o tipo de barbárie a que eram submetidos estadunidenses quando eram colonos da Inglaterra. Entretanto, o que diriam as centenas de homens e mulheres que foram vítimas dessas torturas sobre a atuação dos soldados estadunidenses no Iraque?

A supremacia de uma nação não pode prevalecer sobre o respeito humano, por isso, é imprescindível que se criem canais de diálogo e de discussão quando a tortura e a violência fazem parte de vários cenários nacionais e internacionais. Recentemente, no Brasil, diversos professores foram vítimas de violência física porque protestavam por condições melhores de trabalho, e muitos deles saíram machucados, mas com uma dor maior na alma por perceber a falta de dignidade e respeito com que foram tratados.

Muitos fatores têm produzido cenas de violência e desrespeito aos direitos humanos, desconsiderando que somente eles devem certificar uma sociedade mais justa, pois o sistema capitalista já legitimou as injustiças que são reproduzidas pela divisão de classe social, pela cor da pele e até mesmo por bens culturais que são consumidos em espaços privilegiados.

No entendimento de Marcelo de Souza Guimarães, doutor em História, os Parâmetros Curriculares de História têm o propósito de auxiliar na efetivação do direito do cidadão por meio de uma série de fundamentos democráticos, estando a educação comprometida com:



- A dignidade da pessoa humana – respeito aos direitos humanos, repúdio à discriminação, acesso a condições de vida digna e respeito nas relações interpessoais;
- A igualdade de direitos – 'considerar o princípio da equidade, isto é, que existem diferenças (étnicas, culturais, regionais, de gênero, etárias, religiosas etc.) e desigualdades (socioeconômicas) que necessitam ser levadas em conta para que a igualdade seja efetivamente alcançada';
- A participação – 'noção de cidadania ativa, isto é, da complementaridade entre a representação política tradicional e a participação popular no espaço público'; e
- A co-responsabilidade pela vida social – 'partilhar com os poderes públicos e diferentes grupos sociais [...] a responsabilidade pelos destinos da vida coletiva'. (ABREU; SOIHET, 2003, p. 177)

Os mesmos direitos defendidos pela Declaração de Independência dos Estados Unidos também estão presentes em várias constituintes, principalmente na Constituição Brasileira, sendo os PCNs de História um instrumento de estudo para o professor dessa área, pois o ensino dessa disciplina deve ter como foco principal a formação para a cidadania.

Faça valer a pena

1.



Nenhum cidadão será compelido a frequentar ou apoiar qualquer crença religiosa [...] mas, ao contrário, todos terão direito de professar e, por meio de argumentos, manter suas opiniões em matéria de religião, e, por isso, não terão seus direitos civis de maneira alguma diminuídos, ampliados ou afetados. (APOLINÁRIO, 2006, p. 92)

O Estatuto da Liberdade Religiosa, escrito por Thomas Jefferson três anos antes do surgimento dos Estados Unidos da América, prefigura um documento que foi a base da independência estadunidense:

- a) O Tratado de Versalhes, que confirmou os Estados Unidos como um país independente.
- b) O primeiro Congresso Continental que aprovou a escrita da Declaração de Independência.
- c) O documento com as Leis Intoleráveis, representando os ideais de liberdade controlada.
- d) A negligência salutar que favoreceu a autonomia das treze colônias do norte da América.
- e) A Declaração de Independência dos Estados Unidos da América.

2. Ao longo de muitos anos as treze colônias inglesas desfrutaram de muita autonomia, desenvolvendo atividades econômicas com vários países (comércio triangular), o que fez que ela tivesse liberdade até na regulação dos impostos.

O fato histórico que deu início a uma ruptura entre as treze colônias e a Metrópole inglesa foi:

- a) A Lei do Açúcar.
- b) A Lei do Ventre Livre.
- c) A Lei do Selo.
- d) A Guerra dos Sete Anos.
- e) A Guerra pela Independência.

3.

Algumas colônias foram formadas por companhias inglesas concessionárias, criadas por burgueses ricos e representantes da nobreza [...]. Muitos colonos vieram para a América na esperança de conseguir terra em quantidade para si e para os



seus filhos na época em que, na Europa, a expansão agrícola diminuía a oportunidade de se ter grandes propriedades [...]. Os colonos pobres chegavam a se submeter ao trabalho obrigatório, de natureza servil, por um período determinado de tempo, para conseguir chegar à América. (CONSENTINO; MESQUITA; FILHO, 1997, p. 92)

Várias foram as causas que contribuíram para que o desenvolvimento colonial da América do Norte fosse muito diferente da evolução das demais colônias, sendo possível afirmar que foram fatores determinantes para essa diferença:

- a) O controle administrativo colonial, a localização litorânea e por estar na parte Norte da América.
- b) A intervenção constante da Inglaterra, favorecendo o comércio triangular, respeitando as diferenças religiosas e fiscalizando as práticas agrícolas.
- c) A autonomia, "negligência salutar", a diversidade religiosa (puritanos, católicos etc.) e as diferentes produções de bens culturais com comércio triangular.
- d) O clima ameno que existia em todas as colônias, as terras férteis e a convivência pacífica com os povos autóctones.
- e) A união dos colonos em projetos econômicos e sociais, o investimento no comércio triangular intermediado pela Metrópole e o crescimento urbano.

Seção 2.3

As independências na América Espanhola

Diálogo aberto

Prezado aluno, seja bem-vindo à Seção 2.3 da Unidade 2. Aqui você estudará os processos de independência de várias regiões da América Latina, tomando conhecimento de diversos sujeitos sociais que se empenharam na luta pela independência das colônias espanholas. De forma geral, você analisará o que significou a demarcação do território intitulado América Latina e quais foram os motivos para isso ter acontecido. Especificamente, espera-se que você compreenda como estava organizada a sociedade colonial espanhola e portuguesa antes da independência.

Para a análise dessa complexidade cultural, apresentamos Policarpa, uma personagem fictícia que representa os descendentes daqueles que perderam suas vidas em defesa de projetos de independência. Ela é uma jovem que vive na Argentina e enfrenta vários problemas econômicos e sociais, buscando, a partir de seus estudos, uma compreensão do presente.

Ela não gosta muito de seu nome, pois o acha feio. Mas, ao mesmo tempo, ela tem orgulho dele, porque foi uma homenagem que seus pais fizeram a uma mulher colombiana, a qual, no século XIX, lutou pela independência de seu país. Quando criança, ela ouvia muito sobre a história de "Policarpa Salvarriata" e, atualmente, ela se identifica muito com essa mulher e com tantas outras que defenderam os interesses das populações locais. Para compreender melhor a contextualização histórica de como tudo aconteceu e os motivos dos quais o presente apontava mais para permanências do que mudanças, Policarpa resolveu prestar exames para um curso superior de História, pois sempre gostou da área de humanas. Será que este curso a ajudará a compreender melhor o presente e a entender as causas dos problemas enfrentados por ela e por tantos outros latino-americanos?

No primeiro dia de aula, ela se sentiu um pouco deslocada, pois a maioria dos alunos era branca e parecia ter um nível econômico bem mais elevado do que o dela. Apesar dessa sensação, ela gostou da universidade, em especial dos professores e as explicações que eles deram para as disciplinas que ministrariam.

A partir do pronunciamento deles, o leque de questões que ela tinha aumentou ainda mais: por que tanta desigualdade social entre os descendentes indígenas, negros e os brancos? Por que após a independência as novas repúblicas não garantiram uma distribuição justa de renda?

Não pode faltar

Como vimos na seção anterior, o final do século XVIII foi marcado por importantes transformações. Iniciava-se, a partir da Independência dos EUA e da Revolução Francesa, um ciclo de Revoluções Burguesas que marcaria o século XIX. Inspirada no ideário iluminista, essa nova elite comercial questionava o modelo absolutista e mercantilista. Veremos, nesta seção, como os fatores responsáveis pela desestruturação do absolutismo e mercantilismo europeu influenciaram as elites latino-americanas a reagir contra o colonialismo (FILHO, 1997).



Refleta

Uma América Latina homogênea?



A denominação América Latina integra nosso vocabulário cotidiano. Mas sua historicidade precisa ser lembrada. Esse termo foi inventado no século XIX, carregando desde suas origens disputas de ordem política e ideológica. Os sentidos que lhe foram atribuídos estão vinculados às polêmicas que envolveram, de um lado, franceses e ingleses (século XIX) e, de outro, latino-americanos e norte-americanos (séculos XIX e XX).[...]

A argentina Monica Quijada apresentou

recentemente uma boa síntese dos debates sobre a questão da origem do termo. Refletindo sobre sua criação e difusão, a historiadora critica a primeira interpretação (a autoria francesa) e endossa a segunda (a latino-americana). Afirma que 'América Latina não é uma denominação imposta aos latino-americanos em função de interesses alheios, e sim um nome cunhado e adotado conscientemente por eles mesmos e a partir de suas próprias reivindicações'. A partir daí, foi se construindo uma identidade latino-americana em oposição aos anglo-americanos dos Estados Unidos.

Não se pode negar que tal denominação, no presente, é hegemônica, sendo adotada internacionalmente por historiadores, cientistas sociais e pela imprensa em geral [...]. (PRADO; PELLEGRINO, 2014, p. 8-9)



Assimile

O que eram os vice-reinos?

Foram as divisões feitas no território colonial dominado pelos espanhóis, com o intuito de organizar a exploração das terras. Existiram quatro vice-reinos:

Figura 2.6 | Vice-reinos espanhóis



Fonte: <<https://goo.gl/S3cRhj>>. Acesso em: 17 abr. 2017.

Prezado estudante, a tabela abaixo organiza dados sobre a população que habitava a América Espanhola no início do século XIX e às vésperas das independências. Vamos observá-la com atenção:

Tabela 2.1 | População da América Espanhola no início do século XIX

População Total	18 milhões
Indígenas	8 milhões
" Mestiços " (filhos de indígenas e espanhóis)	5 milhões
Criollos (filhos de espanhóis nascidos na América)	3,6 milhões
Negros	1 milhão
Chapetones (espanhóis)	400 mil

Fonte: adaptada de Neto (2007).

Perceba que, apesar do genocídio indígena, a maioria da população ainda era nativa. Mestiços, negros (em menor número) entre outros compunham a base da sociedade colonial na América Espanhola. A maior parte da elite rural e comercial era composta pelos chamados *criollos*, que, apesar de serem brancos, filhos de espanhóis e terem nascido em terras coloniais espanholas, não possuíam o mesmo status daqueles nascidos na metrópole, os *chapetones*. Enquanto *criollos* podiam prosperar economicamente e obter alguns cargos pequenos e médios no governo colonial, apenas os *chapetones* poderiam ter os postos mais destacados da Coroa espanhola na América, contando com uma série de privilégios sociais e políticos.

Mesmo assim, o desenvolvimento das colônias espanholas favorecia os *criollos*.



A produção econômica, as vias de comunicação (estradas, portos, correios), a população das cidades, tudo cresceu. No século XVIII, o México produzia mais da metade da prata de todo o mundo [...]. Outras regiões exportavam açúcar, cacau, algodão, tabaco, couro. Com isso, as elites coloniais conseguiram ampliar suas riquezas. Ou

seja: durante três séculos, o Antigo Sistema Colonial favoreceu a Metrópole, mas também atendeu aos interesses dos *criollos* (a elite colonial: brancos, grandes proprietários, nascidos nas colônias). (SCHMIDT, 1999, p. 135)

Todavia, será precisamente essa elite comercial *criolla* - inspirada nos ideais iluministas, descontente com os privilégios dos *chapetones* e com as restrições da Coroa Espanhola ao comércio local - que liderará os processos de independência na maior parte dos casos.

Na segunda metade do século XVIII os reis da dinastia Bourbon adotaram uma série de medidas econômicas e administrativas que, com o propósito de racionalizar a produção, a administração e aumentar os lucros da metrópole, enfatizaram o controle espanhol na colônia e agravaram o descontentamento da elite *criolla*. Esse conjunto de medidas - conhecidas como Reformas Bourbônicas - criaram menores unidades administrativas (as capitânicas), atuaram contra o poder da Igreja Católica nos vice-reinados e aumentaram a fiscalização e a tributação sobre o comércio local. Além de deixar *criollos* insatisfeitos, essas reformas permitiram a integração deles às altas patentes do exército espanhol, criando meios para a insurgência de um exército colonial.

Considerando as motivações dessa elite insatisfeita, não será difícil entender como os processos de independência na América Espanhola, em geral, não estabeleceram transformações estruturais na desigualdade social presente no período em que vigorou o sistema colonial. A historiadora Maria Lígia Coelho Prado definiu muitíssimo bem como cada grupo social via diferentemente o projeto de independência e a noção de liberdade:

Para os escravos, a liberdade se traduzia pelo rompimento das cadeias que os ligavam aos seus senhores; para mestiços e indígenas indicava a possibilidade de abolição das discriminações das chamadas castas. Para os liberais (comerciantes,



funcionários, proprietários de terra etc), a liberdade significava o fim dos laços com a metrópole. Além disso, os despossuídos queriam terra, enquanto os proprietários e comerciantes desejavam liberdade para produzir e comerciar. (PRADO, 1983, [s.p.]

Diferentemente do que aconteceu nos EUA, no caso da América Hispânica a elite comercial seria obrigada a negociar politicamente com as grandes populações indígenas e, nesse caso, a criação das diferentes nações latino-americanas envolveu processos simbólicos complexos para a elaboração das identidades nacionais multiétnicas, como veremos.

As Guerras Napoleônicas e os processos de independência

Ao final da Revolução Francesa, Napoleão Bonaparte, importante general do período revolucionário, triunfou como cônsul único e, mais tarde, Imperador da França. O conflito iniciado durante a Revolução, quando os reinos absolutistas enviavam suas tropas no intento de estancar as radicais transformações propostas pelo Terceiro Estado daquele país, terminava com uma vitória francesa. As tropas napoleônicas se expandiam triunfantes por toda a Europa continental entre os anos de 1805 e 1814. Naquele momento, com a invasão francesa, o rei Fernando VII da Espanha foi deposto por Napoleão, que passou a Coroa espanhola a seu irmão, José Bonaparte.



Atenção

Caro aluno, apesar da importância das Guerras Napoleônicas para as independências, lembre-se de que não se pode entender a história da América unicamente a partir dos processos ocorridos na Europa.

No entanto, muitos súditos do antigo rei não aceitaram a nova realeza e passaram a se rebelar, inclusive na América. Como forma de resistência, se organizou na cidade espanhola de Cádiz uma reunião das lideranças políticas das Juntas de Governo do Império Espanhol: foram as chamadas Cortes de Cádiz. Durante a reunião, parte das lideranças criollas ampliou sua insatisfação devido à pequena representação dada aos territórios americanos nas reuniões. A cisão, porém, foi agravada por outro motivo: a liberal Constituição produzida nas Cortes de Cádiz em 1810 foi completamente ignorada por Fernando VII quando ele voltou ao trono após a derrota de

Napoleão em 1814. Entre os anos de 1810 e 1820, diferentes projetos de independência eclodiram por toda a América Espanhola e, ao final da década de 1820, o processo de expulsão do domínio espanhol já era quase completo.



Pesquise mais

A revolução de São Domingos

O caso do Haiti é um dos mais excepcionais dos processos de emancipação. Trata-se da segunda região a conseguir sua independência (após apenas dos EUA) estruturando um Estado Nacional com uma população de maioria negra e ex-escrava. Toussaint Louverture, o líder do movimento, era feitor, alfabetizado e desencadeou uma revolução que dominou a Ilha do Haiti em 1801. Sob domínio francês e comandada por Napoleão Bonaparte, a ilha sofreu com a repressão vinda de Paris, mas em 1804 conseguiu romper definitivamente seus laços coloniais. A respeito do movimento, afirmaram Prado e Pelegrino:

A revolta dos escravos em São Domingos está associada aos acontecimentos revolucionários na França de fins do século XVIII, que ocasionaram, em 1794, a proclamação do fim da escravidão nas possessões francesas no ultramar. [...] Em São Domingos, como em outras ilhas francesas, formaram-se no mesmo ano Assembleias coloniais para pressionar por maior liberdade econômica e política. Paralelamente, negros e mulatos livres, numerosos em São Domingos, articularam-se para defender a ampliação de seus direitos de participação política. Os anos 1790 e 1791 assistiram ao agravamento das tensões entre as elites senhoriais e os homens livres não proprietários da colônia. (PRADO, 2010, p. 17)



Que tal saber um pouco mais a respeito com esse artigo do site da Associação Nacional de Pesquisadores de História Latino Americana e Caribenha (ANPHLAC)? Disponível em: <<http://anphlac.fflch.usp.br/indep-haiti-apresentacao>>. Acesso em: 17 abr. 2017.

Na América do Sul, em geral, os processos de independência estiveram integrados sob a liderança de duas figuras em especial: San Martín e Simón Bolívar participaram das lutas que envolveram os vice-reinos da Nova Espanha e do Rio da Prata, as capitânias do Chile e da Venezuela contra os espanhóis. Bolívar e Martín eram de famílias ricas, a única diferença entre ambos era que o primeiro tinha uma mãe negra e a expressiva semelhança era a vontade de independência de toda a América Espanhola. Para a realização de tal objetivo, eles empenharam a própria vida, montando exércitos e conseguindo a autonomia de muitas regiões da parte Sul da América.

Simón Bolívar, o mais famoso dos “libertadores da América”, nasceu em Caracas em 1783 e, ao entrar em contato com o ideário iluminista a partir de seus estudos na Europa e nos Estados Unidos, tornou-se fervoroso defensor da emancipação americana.



Exemplificando



As novas ideias que estimularam a independência foram divulgadas por um grupo considerável de letrados provenientes das diversas partes da América. Nos muitos escritos desse período – panfletos, memórias, discursos, jornais – defendiam a independência, demonstrando sólido conhecimento das ideias liberais. Fundamentaram-se nelas para armar suas plataformas de ação e sua justificativa da ruptura com a metrópole. Um belo exemplo desses letrados é Francisco José de Caldas (1771-1816), nascido em Popayán, atual Colômbia. Geógrafo, astrônomo e naturalista, fez coexistir sua fé católica com a adoção do método experimental em ciência, aliadas à firme defesa da independência política da Nova Granada. Foi diretor do Observatório Astronômico de Bogotá – criado pouco tempo antes – e editor do *Semanario del Nuevo Reino de Granada*. Quando a guerra começou, assumiu a causa da

independência e criou um jornal, *Diario Político*. Em 1816, as forças realistas do general Morillo o aprisionaram. Julgado, foi fuzilado em Bogotá junto com um grupo de liberais, colaboradores do *Semanario* e do *Diário*. (PRADO; PELLEGRINO, 2014, p. 34)

Nas Províncias Unidas do Rio da Prata, da Nova Espanha, e nas capitanias da Venezuela e do Chile, entre 1810 a 1815, ocorreram vários movimentos contra a Espanha, mas todos foram controlados pelos espanhóis que tinham um exército mais organizado. Bolívar esteve envolvido nessas revoltas e teve que se exilar. Ao retornar, em 1818, voltou a liderar regiões que já estavam controladas pelos *criollos*:

Do mesmo modo que San Martín, Bolívar atravessou os Andes para lutar contra os espanhóis, tomando Bogotá. No final de 1819, foi proclamada a independência do Vice-reinado de Nova Granada e a união de todas as províncias na república da Grã-Colômbia, sendo Bolívar o primeiro presidente.

Pouco tempo depois, em 1821, a Venezuela conquistava a independência depois da vitória na famosa batalha de Carabobo. A saga militar bolivariana só terminaria após a intervenção de seus exércitos nas lutas pela independência do Vice-reinado do Peru, que haviam sido conduzidas anteriormente por San Martín.

As batalhas finais pela libertação da América do Sul aconteceram na serra peruana, sendo a última delas, a de Ayacucho, comandada pelo general José Antônio de Sucre, em 1824, o mesmo que libertara o Equador da Batalha de Pichincha, dois anos antes. [...] (PRADO; PELLEGRINO, 2014, p. 32)

Que tal você conhecer a história de Policarpa Salavarrieta, vulgo Pola? Seu fuzilamento gerou muitas reações entre os Colombianos, sendo que após sua morte, várias foram as obras que a retrataram:

Figura 2.7 | Pintura do fuzilamento de Policarpa Salavarrieta



Fonte: <<http://www.banrepcultural.org/node/32482>>. Acesso em: 20 dez. 2016.

O desejo de Simón Bolívar era a constituição de uma grande nação americana, fortalecendo-se não só em tamanho, mas também em posicionamento político e econômico. Por que seu sonho não foi realizado? Por que a América Espanhola se fragmentou em vários países? Acompanhe a resposta com o historiador Mario Schmidt:



Havia inúmeros centros administrativos autônomos. No fundo, era como se houvesse muitas colônias espanholas, uma do lado da outra. Portanto, não foi simples coincidência o fato de esses centros coloniais terem se tornado as novas capitais dos países independentes.

Outro motivo importante para a divisão política da América espanhola foram as rivalidades entre os

líderes criollos. Eles não admitiam se submeter a um poder central. Preferiam manter seu domínio no próprio país. (SCHMIDT, 1999, p. 141)

Pesquise mais

Você já ouviu falar em "Bolivarianismo"? O termo foi utilizado pelo ex-presidente venezuelano Hugo Chavez para se referir ao tipo de ideologia que ele pretendia implantar no país. Mas será que as ideias de Chavez e demais bolivarianos são coerentes com aquilo que Simon Bolívar pensava? Pesquise mais a partir da notícia a seguir. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/10/141007_ted_bolivarianismo_rb>. Acesso em: 17 maio 2017.

E na Nova Espanha (atual México)? Como se deu o processo de independência daquela que era a mais rica das colônias americanas? Aliás, talvez por isso este seja o caso mais complexo, pleno de idas e vindas.

O primeiro a propor a independência da Nova Espanha foi o padre Miguel Hidalgo y Costilla. Em 1810 o chamado "Grito de Dolores" foi o início da rebelião liderada por Hidalgo e seguida por uma multidão de indígenas e mestiços que desejavam expulsar os espanhóis do México aos gritos de "morte aos espanhóis" e "viva a Virgem de Guadalupe". O movimento popular assustou a elite *criolla* e a Igreja Católica que se opuseram ao movimento. No ano de 1811, o padre foi preso e fuzilado. Mas isso não impediu que lutas isoladas se iniciassem e continuassem existindo durante dez anos. Com as reviravoltas na política espanhola e as demais independências pela América, a elite *criolla* mexicana - agora com o apoio da Igreja - articulou um processo de independência mais conservador do que aquele que se vislumbrava anteriormente, coroando Agustín de Iturbide como imperador mexicano no ano de 1822.

Todo esse processo de independência que levou dezoito anos e que fez surgir, aproximadamente, onze países, teve o total apoio da Inglaterra, que via nessas terras a oportunidade de fornecimento de matéria-prima para suas indústrias e parceiros comerciais para o consumo de suas manufaturas.

Sem medo de errar

Autonomia e liberdade, qual seria a diferença entre essas duas palavras? Você é uma pessoa livre ou autônoma? Paulo Freire foi um pedagogo, um filósofo e um educador brasileiro, escrevendo uma obra intitulada 'Pedagogia da autonomia'. Ele considera que a formação de um indivíduo deve lhe proporcionar uma autonomia para que ele, por si próprio, consiga ser dono de suas iniciativas, reflexões e ações; a pedagogia da autonomia deve produzir sujeitos históricos críticos e que construam uma sociedade livre de todo autoritarismo e controle político. Infelizmente ainda há países na América Latina que não desfrutam, na contemporaneidade, nem de liberdade e muito menos de autonomia. Muitos deles construíram os seus projetos de independência a partir de interesses de classe e depois conduzirão a construção de regimes autoritários e não democráticos. Muitas regiões latino-americanas não se desenvolveram economicamente, sufocadas por políticas neoliberais e por influência externa do capital estrangeiro, o que as fez dependentes financeiramente, principalmente dos Estados Unidos, fator que contribuiu com o enriquecimento dessa nação.

Os movimentos sociais e as ações coletivas do passado ainda configuram a alma do regime democrático. Como atuaram Policarpa Salavarrieta, San Martín, Simón Bolívar, Miguel, José Maria e Joaquim José, ainda, na atualidade, há a atuação de inúmeros grupos e movimentos sociais lutando pelos direitos humanos. Há muitos países na América Latina que ainda possuem uma dependência econômica e há ainda outros que não tem autonomia política, havendo retrocessos e avanços na construção de estruturas e práticas democráticas. Esse processo às vezes poderá ser de longa ou curta duração, pois houve e sempre haverá vários fatores, forças e jogos de interesses nas articulações sociais, políticas e econômicas.

Faça valer a pena

1.



Os vice-reis eram membros da nobreza ou da burguesia espanhola. Eles representavam o rei da

América, e, portanto, eram as mais altas autoridades coloniais. Os vice-reis cuidavam dos assuntos administrativos, militares e religiosos. Eles ainda presidiam as audiências, em que exerciam o papel de autoridade judicial. A audiência era a instância administrativa mais elevada do poder metropolitano na colônia. (PROJETO ARARIBÁ, 2006, p. 158)

Um outro órgão muito essencial, responsável pela administração e pelo fornecimento de alimentos às vilas e às cidades, sendo um tipo de conselho municipal, ficou conhecido por:

- a) Cabildo.
- b) Casa de Contratação.
- c) Prefeituras.
- d) Audiências.
- e) Câmara.

2. Após as independências, Simón Bolívar viu seu sonho de um pan-americanismo se fragmentar juntamente com o território Americano. Nesse contexto, no ano de 1830, ele escreveu a seguinte carta a um de seus generais:

Carta ao general Juan José Flores

Barraquilla, 9 de novembro de 1830.

A S. Ex.^a o General Juan José Flores

Meu querido General:

V. Ex.^a sabe que governei durante vinte anos e deles tirei apenas poucos resultados certos: 1.^o) a América é ingovernável para nós; 2.^o) aquele que serve a uma revolução ara no mar; 3.^o) a única coisa que se pode fazer na América é emigrar; 4.^o) este país cairá infalivelmente em mãos da multidão desenfreada, para depois passar a pequenos tiranos quase imperceptíveis, de todas as cores e raças; 5.^o) devorados

por todos os crimes e extintos pela ferocidade, os europeus não se dignarão a nos conquistar; 6.º) se fosse possível que uma parte do mundo voltasse ao caos primitivo, este seria o último período da América.

A primeira revolução francesa degolou as Antilhas e a segunda causará o mesmo efeito neste vasto continente. A súbita reação da ideologia exagerada vai nos encher de tantos males quanto nos faltavam, ou melhor, os vão completar. V. Ex.^a verá que todo o mundo vai se entregar à torrente da demagogia, e desgraçados dos povos! E desgraçados dos governos! [...] (Disponível em: <<http://lemad.fflch.usp.br/node/1640>>. Acesso em: 11 out. 2017)

A respeito dos processos de independência na América Espanhola e da frustração do sonho bolivariano, podemos afirmar que:

- a) As independências foram lideradas por chapetones como Bolívar, grupo que não aceitava mais o domínio e privilégio espanhol na América.
- b) A fragmentação dos territórios americanos se dá pela influência da Igreja Católica e seus bispados como vemos no caso mexicano e a atuação do padre Hidalgo.
- c) *Criollos*, como Bolívar, questionaram a maior parte dos processos de independência e seus próprios interesses locais em uma autonomia econômica e política, também dificultaram a integração latino-americana.
- d) Na carta acima podemos ver que, para Bolívar, existe uma associação entre o processo revolucionário francês e aquele ocorrido na Revolução haitiana.
- e) A partir da carta e das independências hispano-americanas fica evidente a inexistência de participação popular nas lutas contra os espanhóis em todo o continente.

3.



Entretanto, não apenas o gênero masculino marcou sua presença no período. A participação das mulheres

foi significativa e se deu em diversos níveis: como acompanhantes dos exércitos, como soldados, como mensageiras ou como animadores da causa da independência. (PRADO, 2010, p. 38)

Referências

BEIRED, J. L. B.; BARBOSA, C. A. S. **Política e identidade cultural na América Latina**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.

CONSENTINO, F. C. C. **História**. Belo Horizonte: Cultura; Editora Universidade, 1997. (Coleção Pitágoras).

COSENTINO, F. C. C.; MESQUITA, R. R.; FILHO, J. B. da S. **História: 3ª Série – Ensino Médio**. Belo Horizonte: Editora Universidade, 1997.

FILHO, J. B. S. **A Hispano-América no século XIX: política, economia e sociedade**. Belo Horizonte: Cultura; Editora Universidade, 1997. (Coleção Pitágoras).

NETO, J. A. de F. **História Geral e do Brasil**, São Paulo: Harbra, 2007

PRADO, M. L. **A formação das nações latino-americanas**. São Paulo: Atual, 1994.

PRADO, M. L. C. Bolívar, Bolívars. **Folha de S. Paulo**, 24 jul. 1983.

PRADO, M. L.; PELLEGRINO, G. **História da América Latina**. São Paulo: Contexto, 2014.

PROJETO ARARIBÁ. São Paulo: Moderna, 2006.

SANCHEZ, L. A. **Cinema e história: o uso de filmes nas aulas de História**. 2017. Disponível em: <<http://lemad.fflch.usp.br/node/514>>. Acesso em: 6 out. 2017.

SCHMIDT, M. F. **Nova história crítica**. São Paulo: Nova Geração, 1999.

POZO, J. del. **História da América Latina e do Caribe: dos processos de Independência aos dias atuais**. Petrópolis: Vozes, 2009.

QUIJANO, P. **Policarpa Salavarrieta conducida al cadalso**. 1944. Pintura a óleo.

A formação das nações americanas

Convite ao estudo

Caro estudante, nesta unidade trataremos alguns dos assuntos básicos para o entendimento da formação dos Estados Nacionais no continente americano. No século dos processos de independência, mais do que se separar das metrópoles inglesa e espanhola, os projetos locais se articularam para criar novos sistemas políticos: tratava-se de inventar a nação.

Portanto, estudaremos como as diferentes nações americanas se constituíram, seus projetos nacionais, as diferentes formas de exclusão de indígenas e negros, as identidades locais a partir de uma simbologia *criolla* e como a economia dos diferentes países independentes se estruturou a partir da manutenção dos interesses e privilégios da antiga elite colonial.

Todos esses temas são essenciais para pensar o continente hoje, cotidianamente. Grande parte dos problemas levantados nos projetos de construção de uma identidade nacional ainda estão em aberto. Somos parte da história ocidental? Indígenas? Africanos? Qual é o lugar da América na história? Existe algo que nos define enquanto “latino-americanos”, além do idioma latino?

Como professor de história, você se deparará cotidianamente com grandes questões do mundo atual que apresentam profundas raízes históricas – e o mesmo acontece em sala de aula, nas perguntas levantadas por seus estudantes. Muitas questões que, aos olhos de um jovem, podem parecer banais, estão envoltas em relações de poder desenvolvidas ao longo dos últimos séculos em nosso continente. E, por isso, atentos às transformações recentes e tentando entender as manchetes

dos noticiários, seus alunos perguntarão sobre as polêmicas deste nosso mundo tão complicado. O cabelo *black power* da colega, uma artista popular, um discurso presidencial: situações distintas que podem trazer reflexões profundas sobre as mudanças políticas na América Latina e nos Estados Unidos do último século.

Os estudantes recorrem, assim, ao professor com muitas dúvidas que só poderão ser explicadas se tomarmos por base a história das formações dos países neste continente. A capacidade de refletir sobre a estética *black power* e a música R&B envolve alguns dos conceitos necessários para responder questões como “Por que a eleição de Donald Trump em 2016 foi tão polêmica?”. Pensar sobre essas situações passa pelo entendimento de princípios essenciais da identidade daquele país, a escravidão e a luta dos negros pelos direitos civis, o sistema político estadunidense e a relação histórica entre Estados Unidos e México, por exemplo. Do mesmo modo, quando um estudante questiona sobre ditaduras militares e democracia, sobre o que é “populismo”, “bolivarianismo”, ou quem foram figuras populares, como Frida Kahlo e Martin Luther King, o educador entende que esses conceitos e personagens só podem ser entendidos à luz da história americana dos séculos XIX e XX.

Seção 3.1

EUA no século XIX: Guerra Civil, industrialização e imperialismo

Diálogo aberto

Nesta primeira seção da unidade pensaremos a respeito da formação dos EUA como nação e como potência econômica capitalista. Estudar o crescimento deste país é também refletir a respeito da exclusão e do genocídio indígena com a expansão para o Oeste, aprofundar a temática da exploração do trabalho negro escravizado e entender as dinâmicas sociais e culturais que constituirão a nação mais poderosa do século XX. A crença no Destino Manifesto e, portanto, na superioridade dos EUA diante do resto do mundo é tão importante para entender esse processo quanto para pensar a sociedade dos EUA atual, inclusive, nos debates políticos do presente.

Em 2015, no discurso inaugural de sua candidatura à presidência, Donald J. Trump afirmou a respeito dos imigrantes no país: “Os EUA se tornaram um lixão para os problemas dos outros países. (...) [Os mexicanos] Estão enviando gente que tem muitos problemas, estão nos enviando seus problemas. Eles estão trazendo drogas. Eles estão trazendo crimes. Eles são estupradores. E alguns, eu suponho, até podem ser boa gente. Mas eu falo com agentes da fronteira e eles me contam a verdade. E isso é apenas bom senso, é de conhecimento de todos. E isso não está vindo apenas do México: está vindo de toda a América do Sul e Latina [sic] e está vindo provavelmente – provavelmente – do Oriente Médio.”

Esse tipo de declaração xenofóbica ganhou rapidamente espaço na imprensa estadunidense e foi replicada pelo jornalismo brasileiro. Logo, trechos do discurso de Trump estavam nos jornais, na TV e nas redes sociais. É nesse contexto que os alunos buscam seu professor e questionam: as afirmações do atual presidente dos EUA estão corretas? De onde vem esse sentimento de superioridade? Por que a relação entre Estados Unidos e México é tão complicada? Por que essa visão sobre os latino-americanos?

Não pode faltar

Como vimos na unidade anterior, as Treze Colônias inglesas conquistaram sua independência da Inglaterra ainda no século XVIII em uma luta pela autonomia política e comercial dos colonos ingleses. Com inspiração iluminista, esse movimento pró-república e pró-federalismo influenciou uma série de revoluções e independências dos dois lados do Atlântico. A Constituição dos EUA de 1787 – a mesma utilizada até os dias de hoje – delimitou os poderes do executivo e legislativo e criou um estado com pequena centralização política, respaldado na aversão dos primeiros estadunidenses ao que eles consideravam como tirania inglesa. Desse modo, a câmara dos deputados passaria a ser a representação do poder dos cidadãos:



Será da competência do Congresso: Lançar e arrecadar taxas, direitos, impostos e tributos, pagar dívidas e prover a defesa comum e o bem-estar geral dos Estados Unidos; mas todos os direitos, impostos e tributos serão uniformes em todos os Estados Unidos; (...) Declarar guerra, expedir cartas de corso, e estabelecer regras para apresamentos em terra e no mar; Organizar e manter exércitos, vedada, porém, a concessão de crédito para este fim por período de mais de dois anos; (...) e Elaborar todas as leis necessárias e apropriadas ao exercício dos poderes acima especificados e dos demais que a presente Constituição confere ao Governo dos Estados Unidos, ou aos seus Departamentos e funcionários. (EUA, 1787)

Os poderes do presidente da república, senado e congresso foram tão limitados inicialmente que uma série de reformas e emendas foram utilizadas nas décadas seguintes para permitir que, apesar dos princípios federalistas, o país tivesse, de fato, um governo capaz de atuar mais diretamente nos rumos da nação.

Mas, no que se refere às dinâmicas internas deste processo, é importante lembrar, caro aluno, que as aspirações iluministas eram apenas parte do ideário das elites locais, escravocratas, mergulhadas também em um discurso religioso essencialmente puritano que pregava a excepcionalidade dos descendentes dos calvinistas ingleses. Portanto, o discurso de igualdade e liberdade que marcou a revolução de independência não se aplicava aos indígenas e negros. Mesmo os progressistas mais destacados do período, como Thomas

Jefferson, possuíam uma postura ambígua em relação à escravidão e à inferioridade de nativos e africanos.



Pesquise mais

O caso de Thomas Jefferson talvez seja um dos mais interessantes para refletirmos a respeito da relação entre a elite iluminista dos EUA e a escravidão: autor da Declaração de Independência dos EUA, em sua versão original tinha incluído severas críticas à escravidão. No entanto, era, ele próprio, senhor de escravos na Virgínia. Aprofunde-se no tema com o artigo *Thomas Jefferson e o problema da escravidão*, de William Cohen. Disponível em: <<https://goo.gl/YY6X4q>>. Acesso em: 2 ago. 2017.

Com a presidência de Jefferson, buscava-se consolidar um projeto político baseado em cidadãos livres a partir da posse de pequenas propriedades rurais. Entretanto, em meio a conflitos políticos e econômicos com a Inglaterra, e com o boicote de diversos de seus produtos, incentivou-se – ao contrário do que se esperava – a manufatura local. Em especial, nos estados do Norte, surgiria nas décadas seguintes o que ficou conhecido como “Revolução Comercial”. Sobretudo, pequenos e médios produtores locais, utilizando mão de obra assalariada, constituíam a nascente indústria do jovem país. Enquanto a produção de manufaturados crescia no Norte, no Sul, a escravidão e a monocultura se consolidavam como base da economia. O algodão, utilizado tanto nas manufaturas do Norte quanto nas máquinas da Revolução Industrial inglesa, e o tabaco, eram seus principais produtos de exportação. Dessa forma, é possível perceber algumas das divergências iniciais entre os estados mais predominantemente industrializados e aqueles marcados pelo latifúndio:

*para os aristocratas do Sul a manutenção da escravidão era considerada essencial;

*assim como eram interessantes taxas alfandegárias que colaborassem com a exportação de seus produtos e de ferramentas e manufaturados ingleses;

*parte da elite das colônias do Norte e do Centro tornou-se cada vez mais abolicionista e valorizava o trabalho assalariado;

*a prosperidade do Norte esteve associada à restrição do comércio com a Inglaterra em especial.

Como resolver esse dilema? Se, por um lado, algumas medidas foram tomadas para permitir que as metades do país conseguissem manter relativa harmonia – como uma linha divisória entre estados que permitiam a escravidão, a organização de representantes dos estados com e sem escravidão proporcionalmente no congresso e senado – por outro, a expansão do país acirrou os conflitos.

Como sabemos, o território do atual EUA era ocupado por diversos povos nativos que tiveram sua população drasticamente reduzida com os séculos de dominação dos colonos europeus. Este processo de genocídio indígena, no entanto, acentuou-se com a independência do país e seu movimento de expansão para o Oeste.

Após a derrota dos EUA na guerra contra o Canadá, em 1812, o país passou por um reavivamento religioso e nacionalista que pregava a necessidade de expandir os territórios da nação. Parte dos territórios a Oeste das Treze Colônias já haviam sido negociados com a Inglaterra em 1783. No início do século XIX, os EUA compraram a Louisiana junto a Napoleão. Pouco depois, a Flórida seria comprada da Espanha. Aos poucos, diferentes leis davam aos descendentes dos ingleses direitos às antigas terras dos povos indígenas, que eram levados ao mais distante Oeste. O discurso do ex-pastor metodista e coronel do exército John Milton Chivington (1821-1894) é exemplar da violência contra os povos nativos:



Amaldiçoe qualquer homem que simpatize com os índios! ... Eu vim para matar índios, e acredito que é certo e honrado usar qualquer meio, debaixo do céu de Deus para matar índios... Matar e escalar todos, grandes e pequenos; lândeas fazem piolhos. (KEENAN, 2016, p. 150)

Nos anos 1840, surgiria a expressão "**Destino Manifesto**", na imprensa estadunidense, para batizar a ideia de que era um direito divino deste povo dominar aquele território de costa a costa e submeter as populações supostamente inferiores em seu caminho. O indígena era visto como um entrave para o progresso e parte da natureza selvagem do território.



Figura 3.1 | O Destino Manifesto



Fonte: <<https://goo.gl/NHAAgy>>. Acesso em: 2 ago. 2017.

A imagem anterior, *O espírito da fronteira*, foi pintada em 1872 por John Gast e se tornou um dos símbolos da expansão dos EUA para o Oeste, guiados pelo princípio do Destino Manifesto. No centro, a figura de Columbia, inspirada nas musas gregas, divide a pintura entre luz e trevas. Ela traz a luz, representada também pelo livro escolar em suas mãos, pelos fios de energia elétrica que ela carrega e pelos colonos brancos que a acompanham com suas ferramentas e armas. Do outro lado, indígenas e animais selvagens correm para a obscuridade. Ao fundo, vê-se ainda os navios e a locomotiva, símbolos da “civilização”. Essa noção de progresso e civilização, reproduzida de diferentes maneiras, justificou nos séculos seguintes o extermínio de grupos indígenas não apenas nos EUA.

O processo de expulsão dos indígenas de seu território, porém, não foi simples e sem resistência dos nativos. Uma série de guerras indígenas se iniciaram contra a ocupação dos proprietários estadunidenses – disputas que só terminariam na virada para o século XX. Diferentes nações indígenas utilizaram estratégias para resistir ao opressor: do conflito aberto até ações na suprema corte dos EUA

para a manutenção de contratos realizados ainda no período colonial. O interesse capitalista na expansão dos territórios, a superioridade de suas armas e as doenças trazidas pelos descendentes de ingleses, porém, resultaram no extermínio de centenas de milhares entre os povos nativos. “Trilha das lágrimas” foi como ficou conhecido o processo de remoção forçada desses povos para territórios a Oeste, com a morte de milhares de indígenas durante o violento êxodo. Em um século, a população indígena do Oeste dos EUA era 1/5 daquela que vivia nessas terras até o século XVIII.

Mas, como você sabe, o território dos EUA seguiu em expansão. Na metade do século XIX, o México era um grande e instável país governado pelo ditador António Lopez de Sant’anna. A região do Texas, então pertencente ao país, estabelecia uma relação cada vez mais próxima com os EUA e, inicialmente, declarou sua independência do México – em uma guerra contra Sant’anna – para mais tarde ser anexada pelo vizinho do Norte. Na década seguinte, utilizando o discurso do Destino Manifesto e com a falsa acusação de uma agressão por parte do México, os EUA anexariam ainda os territórios da Califórnia, Novo México, Arizona, Nevada e Utah: o equivalente à metade do território do vizinho do Sul. O governo estadunidense ocupava o Oeste com grandes fluxos migratórios vindos da Europa. Com a descoberta do ouro na Califórnia e a chamada “Corrida do Ouro” ainda nos anos 1840, houve a progressiva intensificação da invasão europeia em territórios indígenas e outrora mexicanos.



Refleta

Henry Thoreau, a contestação da escravidão e da Guerra contra o México

Um dos pensadores políticos mais instigantes do século XIX – e que serviu de inspiração para Gandhi e Martin Luther King – Henry Thoreau defendeu a chamada Desobediência Civil dos cidadãos estadunidenses contra seu país na injusta guerra contra o México:



Desta forma, a massa de homens serve ao Estado não na sua qualidade de homens, mas sim como máquinas, entregando os seus corpos. Eles são o exército permanente, a milícia, os carcereiros, os policiais, (...). Na maior parte dos casos não há qualquer

livre exercício de escolha ou de avaliação moral; ao contrário, estes homens nivelam-se à madeira, à terra e às pedras; (...) Não são mais respeitáveis do que um espantalho ou um monte de terra. (...). No entanto, é comum que homens assim sejam apreciados como bons cidadãos.

Que comportamento digno deve ter um homem perante o atual governo vigente nos Estados Unidos? A minha resposta é que ele inevitavelmente se degrada pelo fato de estar associado a ele. Nem por um minuto posso considerar o meu governo uma organização política que é também o governo do escravo (...)

Em outras palavras, quando um sexto da população de um país que se elegera como o refúgio da liberdade é composto de escravos, e quando todo um país é injustamente assaltado e conquistado por um exército estrangeiro e submetido à lei marcial, devo dizer que não é cedo demais para a rebelião e a revolução dos homens honestos. E esse dever é tão mais urgente pelo facto de que o país assaltado não é o nosso, e pior ainda, que o exército invasor é o nosso. (...)

O povo norte-americano tem que pôr fim à escravidão e tem que parar de guerrear com o México, mesmo que isso lhe custe a existência enquanto povo
(THOREAU, [s.d.], [s.p.])

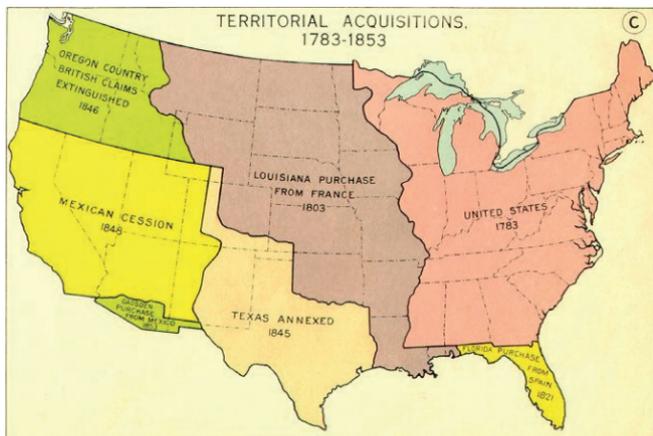
Considerando as injustiças cometidas pelo estado em nome do suposto interesse público, como poderíamos utilizar a reflexão de Henry Thoreau como inspiração para nossa participação política nos dias de hoje? Será que fazemos o "livre exercício de escolha ou de avaliação moral" em nossas ações? Ou ao contrário, apenas aceitamos a situação e ficamos nivelados "à madeira, à terra e às pedras"?



Assimile

Perceba como, a partir de 1783, a expansão aconteceu com a compra da Louisiana junto à França (1803), da Flórida junto à Espanha (1821), negociação do Oregon com a Inglaterra (1846) e anexação de territórios outrora mexicanos, como Texas (1845) e Califórnia, Novo México, Arizona e Nevada (1848).

Figura 3.2 | Mapa da expansão territorial dos EUA



Fonte: <<https://goo.gl/0T0jQW>>. Acesso em: 2 ago. 2017.

Você se lembra da discrepância de interesses entre as elites do Norte e do Sul aqui abordada? Com a expansão dos territórios nos EUA, outra divergência se adicionou àquelas já retratadas: os novos Estados permitiriam ou não a escravidão? Se um fazendeiro do Sul expandisse suas terras para um dos novos estados, ele poderia manter seus escravos?

Ao mesmo tempo, a resistência dos negros à escravidão com as rebeliões escravas – como a grande revolta liderada por Nat Turner, em 1831, na Virgínia – e com as constantes fugas para o Canadá e para os estados do Norte deixaram a aristocracia escravocrata ainda mais assustada e violenta. Na medida em que a violência da escravidão se tornava mais marcada, outras formas de resistência surgiam: a formação de famílias, a busca pela alfabetização, as interpretações abolicionistas a partir da religião dos senhores, enfim, diversas tentativas de manter a humanidade e a dignidade em um sistema que pretendia desumanizar a população negra escravizada.



Exemplificando

A elite sulista e a defesa da escravidão

John C. Calhoun foi um senador, secretário de guerra e vice-presidente dos EUA. Em 1837, ele dirigiu sua defesa da escravidão ao Congresso dos EUA.

A abolição e a União [Federação] não podem coexistir. Como um amigo da União eu o proclamo abertamente – e quanto antes, melhor. Nós sulistas não vamos e não podemos abandonar nossas instituições. Para manter as relações existentes entre as duas raças, habitantes daquela região da União, é indispensável a paz e a felicidade de ambas. Isso não pode ser subvertido sem embebedar o país em sangue e extirpar uma ou outra raça. Seja boa ou ruim, [a escravidão] cresceu com a nossa sociedade e instituições e está tão entrelaçada com elas que destruí-la seria nos destruir como um povo. Mas não entendam que estou admitindo, mesmo que implicitamente, que as relações existentes entre as duas raças nos estados escravocratas são um mal: de outro modo; Eu acredito ser um bem, já que até agora se mostrou assim para ambas, e continuará a prová-lo se não for perturbado pelo espírito abolicionista. Eu apelo aos fatos. Nunca antes a raça negra da África Central, desde o início da história até o presente, atingiu uma condição tão civilizada e tão melhorada, não só física, mas moralmente e intelectualmente. (CALHOUN, 1837, [s.p.])



Pesquise mais

Abolicionismo e sufrágismo

Caro aluno, que tal pesquisar sobre a relação entre o abolicionismo e as sufragistas estadunidenses?

Mulheres negras, como Harriet Tubman, que escapou da escravidão e depois liderou a fuga de centenas de outros negros, manifestando-se tanto pelo abolicionismo quanto pelo direito ao voto feminino. Apenas para ter uma ideia de sua importância: ela se tornará a nova face na nota de 20 dólares nos EUA a partir de 2020. Disponível em: <<http://epoca.globo.com/tempo/noticia/2016/04/quem-foi-harriet-tubman-nova-cara-da-nota-de-20-dolares.html>>. Acesso em: 2 ago. 2017.

Procure também pela *Declaração dos Sentimentos*, uma versão sufragista da Declaração de Independência dos EUA:



A história do homem é uma história de usurpação e danos repetidos cometidos contra a mulher pelo homem, com o objetivo direto de estabelecer a tirania absoluta sobre ela.

(DOUGLASS, 1848, [s.p.] apud ALCÂNTARA, 2014, [s.p.]

Nesse contexto de acirramento das disputas entre Norte e Sul, chegou à presidência, em 1860, o republicano Abraham Lincoln, que obteve a maioria dos votos no Norte, mas praticamente não possuía partidários no Sul. Apesar de Lincoln não ser até esse momento uma figura abolicionista, o Sul viu a eleição como uma ameaça do Norte e do perigo abolicionista. Diversos estados declararam a secessão – a saída da Federação – para, em seguida, formar os chamados Estados Confederados. As hostilidades entre os dois lados deram origem à Guerra Civil americana (1861-1865), umas das primeiras e mais sangrentas guerras modernas. Ao longo do conflito, 700 mil pessoas perderam a vida – mais do que os EUA perderam em todas as guerras que se envolveram no século XX – e cidades foram inteiramente devastadas. O discurso, a seguir, foi feito por Lincoln após uma vitória crítica do Norte em uma incursão das tropas confederadas e se tornou um dos documentos mais famosos da história estadunidense.



Exemplificando

Abraham Lincoln

Em 1863, em um cemitério militar, em Gettysburg, Lincoln proferiu um dos discursos mais famosos da história dos EUA:

Há 87 anos, nossos pais deram origem neste continente a uma nova Nação, concebida na Liberdade e consagrada ao princípio de que todos os homens nascem iguais.

Encontramo-nos atualmente empenhados em uma grande guerra civil, pondo à prova se essa Nação, ou qualquer outra assim concebida e consagrada, poderá perdurar. Eis-nos em um grande campo de batalha dessa guerra. Eis-nos reunidos para dedicar uma parte desse campo ao derradeiro repouso daqueles que, aqui, deram suas vidas para que essa Nação possa sobreviver. É perfeitamente conveniente e justo que o façamos. (...)...solenemente admitamos que esses homens não morreram em vão, que esta Nação, com a graça de Deus, renasça na liberdade, e que o governo do povo, pelo povo e para o povo jamais desapareça da face da Terra. (LINCOLN, 1863, [s.p.] apud FILHO [s.d.], [s.p.])



A União tinha mais tropas, mais indústrias – o que significava maior produção de armas, mais ferrovias para transportar suas tropas – e, ao final do conflito, o resultado foi a vitória do Norte, de Lincoln, e a abolição da escravidão nos EUA. No entanto, a abolição não aconteceu simplesmente como um ato de boa-fé de Lincoln. Durante a guerra, Lincoln e a União propuseram a liberdade de todos os negros escravizados que viviam *nos territórios dos Confederados e não da União*. Grande parte da população negra conseguiu a própria liberdade através da fuga para o norte, tomando parte no conflito e engrossando as filas do movimento abolicionista. Apenas com a derrota do Sul é que a escravidão seria abolida também em todos os estados da União.

Os Estados Unidos se consolidaram, dessa forma, como um país baseado na mão de obra assalariada e na produção de manufaturas e industrializados. Entretanto, apesar do fim da escravidão, o racismo permaneceu institucionalizado nos EUA e a liberdade do negro era limitada, em especial, no Sul, por instituições segregacionistas que buscavam manter a população negra longe das decisões políticas, da educação, da propriedade da terra e até do simples convívio com a população branca. Organizações, como a Ku Klux Klan, surgiram

logo após o conflito e tinham como objetivo manter os ideais de superioridade branca, exclusão do negro e a xenofobia presente no imaginário dos Confederados derrotados.



Pesquise mais

Um dos maiores clássicos da história do cinema *E o vento levou*, obra de Victor Flemming, se passa durante a Guerra Civil americana. A narrativa acontece a partir da rica aristocracia sulista e é uma ótima fonte de análise da memória estadunidense a respeito do conflito. Disponível em: <<http://www.imdb.com/title/tt0031381/>>. Acesso em: 2 ago. 2017.



Refleta

A polêmica bandeira dos confederados

A bandeira dos confederados é um polêmico símbolo da Guerra Civil. Embora seja considerada um símbolo racista por representar os estados que lutaram pela manutenção da escravidão, alguns a consideram um importante símbolo do passado que não deve ser abandonado. Ela ainda está representada nas bandeiras de alguns estados do Sul dos EUA atualmente. Você acredita que é possível manter um símbolo como esse sem despertar o sentido do ódio racial que ela já representou? Disponível em: <<https://goo.gl/BWdU7k>>. Acesso em: 2 ago. 2017.



O imperialismo dos EUA também nasceu e se consolidou durante o século XIX. Ao afirmar “América para os americanos”, em 1823, o presidente Monroe afirmava que as potências europeias deixaram de influir sobre os destinos políticos dos demais países americanos. No entanto, isso também significava que os EUA é que passariam a ocupar a posição de potência nesse hemisfério. O país atuou diretamente no reconhecimento das independências das diferentes nações americanas, essa ação, porém, era plena de interesses imperialistas. Essa doutrina ficou conhecida como **Doutrina Monroe**.

Ao longo do século XIX, a relação de dominação política e econômica por parte dos EUA apenas se ampliou na América Latina.

Empresas estadunidenses se espalharam pela América, controlando produções diversas que iam do petróleo mexicano às frutas caribenhas. No início do século XIX, o presidente Theodor Roosevelt batizaria essa política de **Big Stick** (Grande Porrete), segundo a qual as negociações dos EUA com os países vizinhos estariam resguardadas pelo seu poderio militar que poderia ser utilizado sempre que conveniente.

De fato, as características dos EUA que saem da guerra e do século XIX ajudam a refletir sobre muito do que veremos nas próximas seções: a economia dinâmica e industrializada, o imperialismo e o militarismo, o nacionalismo e o racismo. Mais do que isso, muitos desses elementos permitem pensar sobre traços da política e da economia do país até os dias de hoje.

Sem medo de errar

O discurso xenofóbico só pode ser pensado a partir de suas longas raízes no passado. Por isso, o professor, quando confrontado com essa situação, mais do que simplesmente adjetivar os argumentos apresentados, deve buscar mostrar as dinâmicas da formação daquele pensamento a partir de seu contexto de enunciação. Trump obviamente não está inventando o preconceito dos EUA contra mexicanos e imigrantes latino-americanos em geral.

Assim, neste caso, o docente pode tratar inicialmente da formação da identidade nacional estadunidense; a visão elaborada por escritores e políticos do país de se tratar de uma nação com uma missão divina e, por isso, superior. Ao explicar a noção do Destino Manifesto, o educador também pode trazer questionamentos a respeito de quais foram suas consequências práticas no século XIX: o genocídio indígena e a tomada de metade do território mexicano.

Desse modo, a presença de “muitos mexicanos nos EUA”, como alega o discurso de Trump, pode ser questionada: parte daquele território não era do México? O território também não pertencia a diferentes povos nativos que foram massacrados? Qual é a legitimidade política e moral daqueles que invadem um território para depois criticarem a imigração?

É importante lembrar que o próprio governo dos EUA financiou imigrantes europeus para tomarem posse daquelas terras, ou seja, mais do que a imigração, o que estava e está em jogo é a cor da pele

do imigrante. O que vimos no discurso de Trump, a associação entre os diferentes povos latino-americanos como uma massa homogênea – e relacionada até aos habitantes do Oriente médio – só pode ser pensada a partir de um discurso racista.

Finalmente, o professor poderia encaminhar a reflexão para as migrações e o racismo na identidade brasileira e relacioná-la com o que acontece nos EUA. De onde as famílias de seus estudantes migraram? Algumas imigrações europeias são narradas com orgulho em detrimento de outras, muitas vezes, internas ao país, são alvo de preconceito? A reflexão dos educandos deve elucidar, de uma maneira mais pessoal, o ponto de todo o exercício: entender que os preconceitos vividos hoje se relacionam com questões históricas complexas e muito anteriores ao debate atual.

Faça valer a pena

1.



Dez anos após deixar a presidência, quando a questão do Missouri dividia a nação, Jefferson ainda demonstrava sua habilidade em misturar vagos sentimentos abolicionistas com uma posição que funcionava em benefício dos estados escravistas. Reconhecendo que a disputa sobre a admissão do Missouri anunciava uma era de crescente divisão nacional acerca da questão da escravidão, comparou a controvérsia a um ‘alarme de incêndio dentro da noite’ e advertia contra o desastre iminente para a União. Falando da escravidão, implicitamente endossava a posição moral do Norte quando descrevia os problemas do Sul: ‘Pegamos o lobo pelas orelhas e não podemos segurá-lo nem, sem risco, deixá-lo escapar. A justiça está num dos pratos da balança e a autopreservação no outro’. E mencionava a disposição de liberar seus cativos se fosse possível encontrar algum modo viável de emancipá-los e expatriá-los. (COHEN, 2000, [s.p.])

De acordo com o trecho anterior e a referência ao pensamento de Thomas Jefferson, podemos afirmar que:

- Para Jefferson, a escravidão era imoral, mas não poderia ser abandonada, pois era economicamente necessária.
- Para Jefferson, o negro era racialmente inferior e, por isso, sua libertação

- traria apenas malefícios à sociedade – em especial, aos próprios negros.
- c) Jefferson compara a escravidão com um lobo por conta da violência com a qual os feitores tratavam os escravos em seu estado natal, a Virgínia.
- d) A proposta de Jefferson era um país agrário, baseado no trabalho escravo e na grande propriedade, sendo ele próprio parte da aristocracia escravocrata.
- e) Para Jefferson, a escravidão era uma instituição ruim, mas a abolição era um processo complexo que colocava em risco a situação social do país.

2. A imagem a seguir se chama *O grande porrete no mar do Caribe* e foi realizada por William Allen Rogers, em 1904. Ela descreve o princípio da política externa de Theodor Roosevelt.

Figura | O grande porrete no mar do Caribe



Fonte: <<https://en.wikipedia.org/wiki/File:Tr-bigstick-cartoon.JPG>>. Acesso em: 2 ago. 2017.

A partir da política externa dos EUA, no século XIX, e da imagem, é correto afirmar que:

- a) A integração americana, proposta pela Doutrina Monroe, é continuada com o presidente Roosevelt, e a imagem corrobora essa ideia ao mostrar o presidente dos EUA liderando a América.
- b) A imagem é ilustrativa das severas críticas sofridas pela política externa dos EUA dentro de seu próprio debate político. Roosevelt é visto como um tirano por intelectuais como H. Thoreau.
- c) A imagem faz referência à guerra dos EUA contra o México, na qual o presidente Roosevelt anexou metade do território mexicano.
- d) A imagem mostra a intervenção dos EUA em diferentes países da América Central como um dos princípios da política de Roosevelt.
- e) A imagem é crítica da Guerra Civil Americana e mostra o presidente com o território dos EUA se fragmentando em meio ao caos da guerra, situação que só seria resolvida por Lincoln.

3.



Frederick Douglass (nascido Frederick Augustus Washington Bayley (c.1818 – 20 de fevereiro de 1895) foi um abolicionista americano, sufragista, editor, orador, autor, estadista e reformista. Denominado 'O Sábio de Anacostia' e 'O Leão de Anacostia', Douglass é uma das mais proeminentes figuras da história dos afro-americanos e dos Estados Unidos. Ex-escravo, ele acreditava firmemente na igualdade de todas as pessoas, fossem elas negras, mulheres, indígenas americanos ou imigrantes recentes. Gostava de dizer: 'Eu me uniria a todas as pessoas que agissem corretamente e a ninguém que agisse erradamente'. (MOURA, [s.d.], [s.p.]

A partir da breve biografia do líder negro Frederick Douglas e do conhecimento da história dos EUA no século XIX, podemos afirmar que:

- a) O impedimento da alfabetização de negros escravizados resultou em poucas lideranças abolicionistas negras de destaque, por isso, alguns personagens, como Lincoln, são mais destacados.
- b) O abolicionismo foi um dos principais fatores da Guerra Civil e muitos negros fugiam do Norte para o Sul buscando princípios de igualdade política.
- c) Essa biografia se relaciona com várias outras de lideranças negras abolicionistas que, décadas antes da Guerra Civil, lutavam pela abolição da escravidão.
- d) Essa biografia é um caso raro de intelectual negro abolicionista, na medida em que esse espaço de debate foi completamente sufocado pela elite escravocrata no país.
- e) Apesar da luta de personagens como Douglas, a escravidão nos EUA seria abolida apenas por conta do interesse econômico da elite local.

Seção 3.2

América Latina no século XIX: identidade e formação dos estados nacionais

Diálogo aberto

Caro estudante, nesta seção, daremos continuidade ao entendimento do processo de construção das nações americanas no século XIX. A noção de nacionalidade será forjada de diferentes maneiras ao longo do século XIX em todo o mundo. Em nosso caso específico, como veremos, o século XIX e o início do XX foram marcados por profundas disputas políticas em nosso continente e pela busca da construção de uma identidade nacional.

Essa identidade tem objetivos e consequências políticas: projetar um passado e um futuro para o país. Um exemplo disso é a noção de mestiçagem. Enquanto alguns países criaram, no século XIX, identidades nacionais baseadas na ideia de pertencerem a um único povo ou a uma única raça (visto normalmente como superior aos demais), outros construíram suas narrativas identitárias a partir da imagem de uma nação mestiça, resultado do encontro de diversos povos – e, portanto, supostamente mais igualitária.

Apesar da desconstrução do discurso racista na segunda metade do século XX, parte dessa lógica permanece entre nós até os dias de hoje. Por isso, é comum que as narrativas mais populares sobre a história – no cinema, jornalistas, guias amadores de história e discursos políticos – se baseiem em uma suposta essência do povo estudado. E é essa noção que, muitas vezes, chega à sala de aula: “o brasileiro é vira-lata”, “somos um país muito misturado” ou os “latinos têm sangue quente”. Além disso, ao debaterem a situação política do Brasil e da América Latina em sala de aula, os alunos dirão coisas como “ah, esse país não tem solução...”.

Todas essas noções estão carregadas de historicidade e foram construídas, em especial, entre os séculos XIX e XX, durante a consolidação dos Estados Nacionais na América e na Europa. Assim, como vimos na seção anterior, quando um estadunidense fala sobre os mexicanos, muitas vezes, ele está se referindo àquilo que ele

chama de “latino”, conceito associado a uma série de valores e de inferioridades no imaginário daquele país.

Como lidar com esses imaginários em sala de aula? Como desconstruir conceitos identitários tão internalizados e naturalizados sobre o que somos enquanto supostamente “latinos”? Pensemos na construção histórica deste cenário para tentar aprofundar o debate.

Não pode faltar

Como vimos ao final da Unidade 2, as independências na América espanhola são marcadas por complexos processos internos e externos. Se, por um lado, é essencial lembrarmos do impacto das ideias iluministas, da Independência dos EUA, da Revolução Francesa e das Guerras Napoleônicas, por outro, as dinâmicas internas de uma sociedade marcada por profundas desigualdades e uma complexa simbologia política não podem ser ignoradas. Desse modo, as sociedades que surgiram da fragmentação do império colonial espanhol são marcadas pelas tensões destes diferentes mundos.

No esforço de pensarmos aqui o que há em comum e o que há de mais local nesses processos, primeiramente, abordaremos elementos mais gerais e, em seguida, alguns casos escolhidos para aprofundar o debate.



Assimile

- A maior parte dos países hispano-americanos se tornou república após sua independência e aboliu a escravidão.
- As elites *criollas* substituíram os *chapetones* como elite local, mas a pressão de mestizos e indígenas constituía uma importante força política.
- As disputas entre as diferentes elites *criollas* de distintos centros causaram guerras civis e a fragmentação dos territórios dos antigos vice-reinos espanhóis.
- A Inglaterra era a grande potência marítima/imperialista e atuou decisivamente na política e economia das jovens nações.
- Com a **Doutrina Monroe** e, mais tarde, o **Big Stick**, os EUA se impuseram como influência política e econômica nessas repúblicas, sobretudo, no México e na América Central.

- A simbologia indígena foi articulada e rearticulada como parte do discurso político nacional, presente nos nomes dos países e nas bandeiras.
- Apesar disso, a situação do indígena se manteve – e, em alguns casos, se agravou – em sociedades profundamente divididas e marcadas pelo eurocentrismo das elites *criollas*.
- As repúblicas não representaram um ideal de democracia como aquele que temos nos dias de hoje, na medida em que foram marcadas pelo surgimento de lideranças centralizadoras, os *caudillos*, e não garantiam a participação direta da maior parte da população.



Pesquise mais

A América Hispânica do século XIX

Nesta interessante entrevista com a historiadora da USP, **Maria Lígia Coelho Prado**, temos os principais pontos da história e historiografia sobre a América do século XIX.

Disponível em: <http://tvcultura.com.br/videos/32683_historia-seculo-xix-na-america-latina-maria-ligia-prado.html>. Acesso em: 2 ago. 2017.

O século XIX, na América, foi o período de consolidação de uma série de projetos nacionais *criollos* em meio a fortes tensões locais. Em outros termos, a ideia de nação e as identidades nacionais estavam ganhando forma. Afinal, como criar uma identidade nacional distinta entre Uruguaios e Argentinos quando as duas regiões compunham o antigo Vice-Reino do Prata? Como criar uma identidade nacional única para países com uma população tão diversa quanto aquela encontrada na antiga Nova Espanha, composta por atuais México, Sul dos Estados Unidos e parte da América Central? Como estabelecer as fronteiras territoriais e culturais que separariam as nações hispano-americanas? Para entender o processo de construção desses países, é preciso antes lembrarmos a ausência do conceito de “nação” durante as lutas de independência:

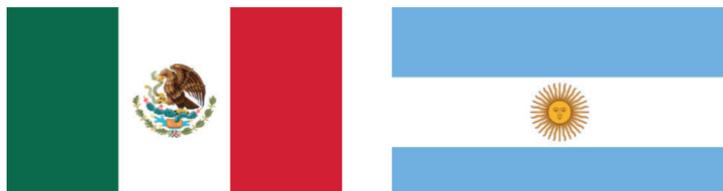


Uma das dificuldades para abordar os significados de nação durante o processo de independência reside exatamente na ausência desse conceito como um mobilizador das ações que puseram fim à antiga ordem colonial. Entretanto, a produção romântica (...) a partir dos anos 1830 buscou fundar um modelo de nação que deveria ser seguido e buscado. Sendo uma produção narrativa posterior, criou-se uma “armadilha” retórica para explicar a criação do Estado. Nesta operação, por exemplo, é recorrente a busca das origens como um lugar privilegiado na elaboração do imaginário que o país cultivaria. Uma cultura política emergia para enaltecer feitos, forjar unidades e aproximar grupos distintos. De forma implícita, pensava-se que a nação “preexistia” (...) tornando-se atemporal e princípio de causa e efeito na forma de narrar. (FREITAS NETO, 2010, p. 5)

Portanto, temos um tema diretamente ligado ao discurso político do século XIX e XX e às bases dos nacionalismos latino-americanos. O século XIX é marcado pelo discurso nacionalista – a noção moderna de nacionalidade surgiria com as revoluções burguesas. Na Itália, o ministro Massimo d’Azeglio cunhou uma famosa frase que se aplica também ao processo de construção da nacionalidade na América Hispânica: “fizemos a Itália, agora temos que fazer os italianos” (HOBSBAWM, 2015, p. 97). De outro modo, falar de uma história da Argentina ou do México a partir de 1810 é reproduzir o mito criado pelo discurso político de que essas nações preexistiam durante o período colonial, que, de alguma maneira, elas são “naturais” ou têm uma “essência”. Assim, para refletir sobre o assunto, é necessário ler esses discursos a contrapelo e nos aprofundarmos em alguns casos para entendermos as especificidades do processo.

A simbologia indígena e a construção da legitimidade

Figura 3.3 | Bandeira do México e da Argentina



Fonte: <<https://goo.gl/DLbKGV>> e <<https://goo.gl/P2Cree>>. Acesso em: 2 ago. 2017.

As bandeiras de México e Argentina representam a utilização da simbologia indígena local na elaboração dos símbolos nacionais. No caso do México, em que a presença da população indígena é massiva, a escolha do nome já demonstra esse uso político. “Mexica” era um dos nomes dos povos Nahua (genericamente chamados de astecas) para si mesmos. O “x” utilizado no nome também, afinal, tal letra não existe no idioma do colonizador. Ao centro da bandeira, a águia e a serpente, símbolos da terra escolhida dos povos *Nahua*. No caso Argentino, o Sol ao centro representa a divindade máxima dos povos do **Tawantinsuyu** (chamados de Incas pelos espanhóis), *Apu Inti*.

Mais do que pensar nas representações indígenas nesses símbolos, importa-nos pensar quem mobilizou essa simbologia. Afinal, não são *criollos*, filhos de espanhóis, as elites que estão liderando os processos de constituição das nações hispano-americanas? Por que esses homens brancos escolhem a cosmogonia nativa para ser representada nos emblemas nacionais? Isso não revelaria a busca – e, portanto, a pressão – para conseguir legitimidade política junto a maioria da população, excluída das entranhas do sistema político?

O Caudilhismo e as “massas”

O termo “caudilho” ou, em espanhol, *caudillo*, é recorrente ao pensarmos a história política latino-americana, em especial, a do século das independências. No entanto, sua definição é múltipla, polêmica e vem sendo debatida pela historiografia ao longo do século XX. No XIX, o nome mais importante a propor essa noção é o intelectual – que mais tarde seria o presidente argentino – **Domingo Faustino Sarmiento**, a respeito do então chefe de estado Facundo Quiroga. Na famosa obra chamada *Facundo*, Sarmiento vê o *caudillo*, tido ali como o líder militar das massas, como a representação de um poder antigo, rural e violento, contrário à civilização, à modernidade e às cidades. A partir daí, consolida-se a visão do *caudillo* na América Latina, o líder (normalmente grande proprietário de terras) autoritário e aclamado pela população, como resultado da fraqueza das instituições democráticas republicanas modernas. A noção de uma imaturidade política das massas latino-americanas, criada pelo discurso das elites liberais do final do século XIX e, mais tarde, reproduzida em inúmeros trabalhos de historiadores e cientistas sociais, consolida-se ao longo do século XX e será retomada com o conceito – igualmente impreciso

e debatido – de populismo. Uma ideia generalizada e idealizada do sistema político e econômico europeu e estadunidense será adotada como modelo a ser seguido – uma vez mais, pelas elites liberais e pelos intelectuais – e a história latino-americana será narrada plena de vazios e incompletudes: nessa interpretação, temos uma democracia e um capitalismo incompletos.

No entanto, historiadores das últimas décadas têm proposto outro olhar sobre o fenômeno da política dos *caudillos*, considerando a ação de diferentes grupos e a pressão popular sobre esses líderes. Diferentemente da visão clássica de uma população dócil e facilmente manipulável, as abordagens de historiadores, como Elias Paltí, vêm mostrando o diálogo e os conflitos nos quais a política do século XIX buscou sua legitimidade (PALTÍ, 2007). Os caminhos da história latino-americana estão conectados à história europeia, mas não podem ser pensados como uma mera reprodução periférica das mesmas trilhas percorridas pelo Velho Continente. Há aqui uma história atlântica em que Europa e América se desenvolveram, um sistema econômico que desenvolverá um centro e uma periferia, mas a história local será desenvolvida também por dinâmicas particulares, por desigualdades e por lutas locais. A “ausência” não está na história de um povo, mas na expectativa projetada por aqueles que buscam um modelo externo.

Os modelos políticos adotados nas repúblicas hispano-americanas não contavam com a participação política da maior parte da população. Mesmo com a abolição da escravidão em todos as repúblicas da América (exceto, os Estados Unidos), as mulheres, a população não alfabetizada, a gigantesca maioria dos trabalhadores rurais e indígenas não tinham participação política. A educação e a manutenção das propriedades eram restritas às elites. Essa realidade, porém, também ocorria nos EUA e na Europa da mesma época. Com o agravante de que a Europa era dominada por monarquias absolutistas e os EUA mantiveram a escravidão até a Guerra Civil.

Ao longo do século, as instituições e os projetos nacionais na América consolidaram formas de exclusão para as populações descendentes dos nativos e africanos. No caso do México, a antiga propriedade *ejidal*, uma forma de posse coletiva da terra herdada dos povos mesoamericanos deixou de ser reconhecida pela constituição liberal de 1857, que dava o direito de ocupação das terras “improdutivas”. Grandes proprietários de terras passaram, dessa forma,

a estender seus domínios por essas terras, gerando inúmeros conflitos. A utilização da noção “moderna” e “civilizada” de propriedade liberal – uma instituição da Europa democrática e capitalista – foi utilizada nesse caso e o resultado foi a concentração de terras para uma pequena elite aristocrática. Grupos indígenas lutavam: reivindicando legalmente, apoiados no uso de cartas de acordos realizados com a Coroa Espanhola durante o período colonial, e também por meio de armas contra grandes fazendeiros e representantes do governo, como as Guerras Yaquis, das décadas de 1860 e 1870. Estamos falando, nesse caso, de indígenas atrasados? As instituições “modernas”, como a Constituição Liberal de 1857, trouxeram uma sociedade mais democrática? As lutas dos grupos rurais, a partir de lideranças locais, são necessariamente retrógradas? É preciso descolonizar nosso olhar para a história latino-americana se quisermos refletir profundamente sobre a história local.

O caso mexicano

No caso mexicano, temos, como já estudamos inicialmente, um complexo processo de independência marcado por reviravoltas, conflito armado e fortes antagonismos, em que a Igreja Católica, os padres, os grupos indígenas, os mestiços e os *criollos* possuíram papéis diversos e uma difícil articulação política. As elites *criollas*, em especial, os conservadores, fortemente apoiados pela Igreja Católica, buscaram criar estruturas de poder a partir do Império de **Iturbide**. Mas as disputas entre liberais e conservadores e os interesses das diferentes elites locais levaram o país a uma série de golpes de estado. A república havia sido proclamada em 1824 e, em duas décadas, **23 chefes de Estado governaram o país**. Entre a instabilidade política e as reformas liberais, **o país seria invadido pelos Estados Unidos e perderia metade de território**, como vimos na seção anterior. O país ainda passaria por uma **Guerra Civil (1847-1851)** entre conservadores (apoiados pela Igreja Católica) e liberais (liderados pelo presidente Benito Juárez). A vitória liberal, expressa pelo governo de **Benito Juárez e a Constituição de 1857**, foi sucedida pelo apoio dos conservadores ao Segundo Império Mexicano, com o imperador Habsburgo Maximiliano no trono e com apoio de tropas francesas. Ao final da década de 1860, os liberais já haviam retomado o poder e os princípios de sua constituição voltariam a vigorar. Iniciava-se

um período presidencial de “*muita administração e pouca política*”, nas famosas palavras do presidente e ditador **Porfirio Díaz** (1876-1910) (AGUILAR CAMÍN, 2000, p. 20). Organizava-se, como em outras regiões do continente, um regime político que reproduzia os interesses das elites rurais (*os hacendados*) e urbanas, do capital estadunidense e europeu a partir da exploração do petróleo e dos minérios e de uma elite intelectual que se baseava em um discurso modernizante positivista.

O caso argentino e a região do Prata

A cidade de Buenos Aires era um dos portos mais importantes do Vice-Reino do Rio da Prata. Ali, uma elite *criolla* havia enriquecido com o comércio e consolidou sua emancipação em oposição ao domínio espanhol nas primeiras décadas do século XIX. A disputa entre os *criollos* de Buenos Aires e a elite das regiões ao redor gerou uma série de idas e vindas políticas entre os chamados unitaristas (que defendiam a preponderância de Buenos Aires) e os federalistas (que defendiam a autonomia das demais regiões do interior) durante décadas. A tentativa de centralização do poder da região acontece na década de 1830 com Juan Manuel de Rosas, que governaria a capital durante duas décadas, estabelecendo políticas de alianças com as elites locais, os grupos indígenas e reprimindo opositores.



Assimile

Guerras e fronteiras

Figura 3.4 | Bandeira da Confederação Argentina



Fonte: <<https://goo.gl/3o5udz>>. Acesso em: 2 ago. 2017.

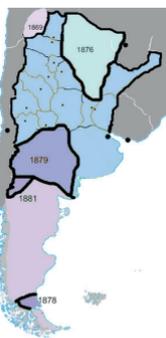
A bandeira da Confederação Argentina, com o símbolo que hoje é o escudo oficial da República Argentina, permite pensar na natureza violenta do conflito entre Unitaristas e Federalistas. Ao mesmo tempo, podemos refletir sobre a circulação das ideias políticas dos séculos XVIII e XIX: observe o uso do barrete frígio, símbolo revolucionário iluminista que representava a igualdade.

Com sua queda, em 1852, o país passou por uma Guerra Civil entre Buenos Aires e a Confederação Argentina (composta pelas demais regiões do futuro país), vencida pelos portenhos. O país passaria a se chamar **Argentina** – em referência ao Rio da Prata, em latim *argentum* – e os governos seguintes, representados pela elite local, lidaram com a consolidação das fronteiras do país em formação. Os limites do território se definiram por meio de disputas diplomáticas com os países vizinhos, como o Brasil, do conflito militar com o Paraguai e a guerra e o extermínio dos grupos indígenas mapuches e tehuelches nos pampas. Consolidada a república, o discurso modernizante que opunha civilização (homens brancos, do mundo urbano) e barbárie (sobretudo indígenas), legitimou as chamadas **Campanhas para o deserto**: incursões militares com o objetivo de exterminar a população indígena dos pampas e dominar todo aquele território. Ao final, dezenas de milhares de indígenas perderam suas vidas e o país seguiria o discurso racista do século XIX com o subsídio para a imigração de milhões de europeus para formar o que se via como uma nação branca, europeizada e “moderna”.



Exemplificando

Figura 3.5 | Mapa da expansão do território argentino e do extermínio indígena



Fonte: <<https://goo.gl/7Mw1B8>>. Acesso em: 8 ago. 2017.



Pesquise mais

Juan Calfucurá

Que tal pesquisar sobre um cacique indígena na região dos pampas, que dominou as demais tribos e se tornou tão poderoso que impediu o

avanço de terras dos *criollos*? Juan Calfucurá liderou o saque de cidades e de centenas de milhares de cabeças de gado, obrigou o governador de Buenos Aires, Juan Manuel de Rosas, a negociar diretamente com ele o controle de terras ao Sul da capital. Esse líder, que constituiu uma poderosa confederação indígena, não costuma ser lembrado como a importante figura política que foi. Saiba mais sobre ele lendo a seguinte obra: PASSETI, G. **Indígenas e Criollos** – política, guerra e traição nas lutas no sul da Argentina (1852-1885). São Paulo: Alameda Editorial, 2012.



Refleta

O mito da mestiçagem



Por motivos variados (...), alguns países criaram uma narrativa fundacional destacando a multiplicidade de peças do mosaico nacional. São os países mestiços, como o México e o Brasil. Melhor: são os países de memória mestiça. (...) Outros países destacaram a unidade notável da sua língua ou ocultaram peças da sua constituição variada. Provavelmente, um chileno ou um argentino acham-se menos mestiços do que um mexicano ou um brasileiro. (...)

A construção de narrativas sobre a mestiçagem ou não de países orienta livros didáticos, eixos de grandes exposições sobre o passado e até políticas afirmativas e criação de leis e institutos para preservar a diversidade ou grupos constitutivos considerados ameaçados. A visão mais sólida de passados vistos como unidade monolítica pode levar, como na Suíça, à proibição de minaretes que poderiam ferir a unidade da paisagem ou a sacralidade da memória. Identidade nacional é uma construção e uma representação, mas circula de forma dialética com leis, medidas, restrições e políticas afirmativas.

Negando ou destacando, podemos dizer que todos os países são mestiços. Todos são frutos de ondas sucessivas de migrações/invasões. Raça pura contém duas coisas improváveis: raça e pura. Não existem raças na espécie humana, mas existem discursos raciais sobre as diferenças fenotípicas, quase sempre muito negativos ou francamente genocidas. (FERNANDES, 2012, p. 13)

É possível reproduzir o discurso da mestiçagem sem um pano de fundo racista, que pressuponha oposição à existência de pureza racial em algum lugar? Como podemos superar o mito da mestiçagem no Brasil?



Pesquise mais

A raça cósmica

José Vasconcelos, destacado intelectual mexicano do século XX, escreveu a obra *A raça cósmica*, que expressa um contraponto às ideias de raça do século XIX, argumentando que no México e na América Latina nascia o futuro, a mistura das “três raças”. Diferentemente das teorias eugênicas que pregavam a pureza racial como ideal a ser seguido, aqui temos a superioridade da mestiçagem e uma reavaliação do destino do México, não mais inferiorizado diante das supostas vantagens dos brancos europeus.

No artigo *A redenção cósmica do mestiço: inversão semântica do conceito de raça na Raza cósmica de José Vasconcelos*, o historiador João Gabriel da Silva Ascenso explica a importância da abordagem de Vasconcelos no contexto do debate sobre raça e identidade nacional no México do início do século XX.

Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/9183>>. Acesso em: 8 ago. 2017.

O caso cubano e o imperialismo dos EUA

Atualmente, a ilha outrora governada por Fidel Castro é normalmente lembrada quando falamos de seu regime socialista, de seu antigo líder e de seu processo revolucionário. Mas, no século XIX, temos ali elementos riquíssimos para pensar sobre a história do continente. Falaremos do caso cubano para entender também um exemplo da ação dos EUA no continente americano na passagem do século XIX para o XX.

Cuba foi o último país das Américas a ficar independente e o último a abolir a escravidão. A ilha caribenha permaneceu como colônia espanhola em meio a todas as revoluções de independência, estruturada nos moldes do *plantation*. Movimentos independentistas surgiram sem sucesso e o principal intelectual e articulador dos movimentos contra a metrópole foi **José Martí**. Esse jornalista, escritor e filósofo é até hoje cultuado como herói pelos cubanos – tanto pelos

apoiadores do regime quanto dissidentes. Escreveu contra o domínio espanhol, sobre o pan-americanismo e participou diretamente da luta armada dos cubanos para a conquista da autonomia, quando foi morto em 1895. Ao mesmo tempo, os EUA viviam, nesse momento, um desdobramento da Doutrina Monroe, que buscava expulsar e substituir o domínio europeu no continente. No início do século XX, como vimos na seção anterior, a política do *Big Stick* legitimava ações violentas do país para conseguir seus objetivos políticos e econômicos. Foi nesse contexto que os EUA declararam guerra à Espanha pela independência de Cuba.

A vitória foi rápida. No entanto, a busca dos cubanos por autonomia foi frustrada com o apoio estadunidense em suas lutas. Inspirados por suas doutrinas imperialistas, os EUA adotaram uma série de medidas para restringir a liberdade política da república recém-surgida. O maior exemplo aqui é a **Emenda Platt**. Assinada em 1903, ela dava ao governo estadunidense o direito de intervir diretamente no governo cubano e aceitar ou não os resultados das eleições naquele país. Cidadãos estadunidenses gozavam de uma série de privilégios na ilha e Cuba passou a desenvolver uma forte relação de dependência e dominação também econômica em relação aos EUA. Além de manter as grandes propriedades como base da economia, com a presença dos interesses da nova potência, hotéis, cassinos e bordéis eram criados para atender à elite estadunidense. A desigualdade social permaneceu, apesar da abolição da escravidão, e a estrutura fundiária atendia aos interesses do capital externo. Diferentes ditadores passariam a governar a ilha em uma sequência de golpes de estado e em uma relação íntima com os EUA. O entendimento desse contexto é necessário para que consigamos refletir sobre o desenvolvimento do movimento revolucionário cubano dos anos 1950, como veremos na próxima seção.

A Revolução Mexicana e a busca por terra e liberdade

Trataremos brevemente do caso mexicano como exemplo dos processos de busca de transformação social e tentativa de superação das injustiças na América hispânica independente, mas dominada por *caudillos*, estrutura fundiária desigual e pelo imperialismo dos EUA.

No início do século XX, o México passava por um processo muito parecido com o de boa parte do continente: a república era controlada

pelas oligarquias locais, grandes senhores de terras e com forte influência do positivismo. Assim como no Brasil e na Argentina, o país se industrializava e as ferrovias cruzavam o território, levando minérios e produtos dos latifúndios. Mais de 90% da terra estava nas mãos de menos de 10% da população. Submetidos à intensa exploração, camponeses eram cobrados pelo uso das ferramentas nas terras de seus patrões e assim perdiam seus salários. Grupos indígenas perdiam suas terras – os *ejidos* – a partir do uso da lei de terras ociosas. O trabalho na mineração e na extração do petróleo era extenuante e explorado por empresas dos EUA, da Inglaterra e da Alemanha.

Durante as décadas do **Porfiriato** (o governo do presidente Porfirio Díaz, quase ininterrupto entre 1876 e 1910) a economia mexicana cresceu, mas a maior parte da população empobreceu. Foi nesse cenário que eclodiu o processo revolucionário mexicano. Liderado por liberais urbanos, como **Francisco Madero**, e por lideranças rurais, como **Emiliano Zapata** e **Pancho Villa**, o movimento depôs Díaz e instaurou uma violentíssima Guerra Civil entre as facções que disputavam o poder – houve até mesmo uma invasão militar dos EUA, em 1915. Após quase uma década de conflito, foi assinada uma **Constituição em 1917** que preservava parte dos princípios liberais da anterior, mas agregava conteúdos sociais, como o reconhecimento das terras *ejidais*, os direitos trabalhistas e a soberania do país sobre suas riquezas naturais.

O México *mergulharia em si mesmo*, nas palavras do escritor Octávio Paz (PAZ, 2014, p. 23). Surgiu do movimento uma profunda reflexão sobre a identidade nacional, liderada por intelectuais como José Vasconcelos. A pintura muralista de Diego Rivera, David Alfaro Siqueiros e José Clemente Orozco era incentivada pelo governo como uma busca da mexicanidade e seu passado. As antigas culturas indígenas foram ressignificadas; artistas e intelectuais como Rivera e Frida Kahlo atuaram para valorizar os traços culturais dos povos nativos, por exemplo, a relação que os grupos mesoamericanos tinham com a morte e o uso que faziam das caveiras para ressignificar o católico Dia de Finados (Dia de los Muertos). Surgiu no México das décadas de 1920 e 1930 – sobretudo no governo progressista do gral. Lázaro Cárdenas – um cenário de efervescência cultural, marcada pelo discurso anti-imperialista em relação aos EUA, pela atuação do Partido Comunista (Trotsky se refugiaria no México com a ajuda de Rivera) e pelo discurso de transformação social do Partido Nacional Revolucionário.

Como veremos nas seções seguintes, esse processo de transformação foi arrefecido de diferentes maneiras nas décadas posteriores pelos mesmos interesses e grupos que antes apoiavam o Porfiriato. A luta contra as desigualdades e por uma república que represente o interesse da maior parte da população seguiria no México e na América Latina do século XX.

Sem medo de errar

Como vimos ao longo da seção, a ideia do que constitui um povo e uma nação foi moldada historicamente, sobretudo no século XIX: as fronteiras nacionais, a moeda e o idioma. Mas também a criação de uma origem e de uma história comum – o folclore, os museus e os arquivos são criações do século XIX – que constituem uma narrativa que cria a nacionalidade: quem somos e o que somos capazes de fazer, para onde vamos e de onde viemos. Acreditar-se, portanto, um “europeu” na América ou um verdadeiro mestiço latino-americano são ambas ficções identitárias criadas com objetivos políticos. Não existe o “europeu”: se mesmo dentro de cada um dos países europeus já existe uma grande variedade de grupos, o que dizer de todo o continente? Ou em outros termos, o europeu existe, mas apenas como um conjunto de associações culturais e projeções construídas historicamente. O mesmo vale para o “indígena”, o “mestiço” e o “latino”. Nesse caso, o “europeu” imaginado por Sarmiento era o moderno, o civilizado; noção que permanece entre nós até os dias de hoje.

No trabalho do historiador e do professor em sala de aula é importante sempre mostrar como essas identidades são construções históricas e, portanto, mutáveis. Apenas assim conseguiremos evitar o fatalismo em relação a nosso cenário político e social. Dessa forma, o primeiro passo é retomar as origens desse processo, mostrar as intenções políticas da associação de valores a uma nacionalidade e que a latinidade como sinônimo de passionalidade é uma criação, tem uma origem.

Outro ponto importante a se destacar com os estudantes é que a noção de mestiçagem ou de origem única de um povo é sempre racista. Todos os grupos humanos estiveram em contato nos últimos séculos e qualquer análise histórica ou biológica mostra facilmente que a associação entre o que se chamava de “raças humanas” no

século XIX e a história ou os valores de um povo é sempre falha. Não existe povo “puro” e, na medida em que somos todos mestiços, a ideia de reafirmar um povo como mestiço também perde o sentido.

Uma atividade a se considerar: traçar árvores genealógicas em sala de aula, muitas vezes, ajuda a entender como os fenótipos dos estudantes não expressa necessariamente toda a variedade ancestral. Quando essa atividade é feita em um grupo maior e mais diverso – com alunos de intercâmbio, por meio da correspondência com escolas de outros países – a resposta para nossa problematização fica ainda mais clara.

Faça valer a pena

1. O trecho a seguir é parte do manifesto do Partido Liberal Mexicano escrito em 1900, durante o Porfiriato:

Ao suprimir as escolas do clero, se impõe imprescindivelmente para o governo a obrigação de supri-las sem tardar, para que a proporção de escolas existentes não diminua e os clérigos não possam ter a responsabilidade de ter prejudicado a educação. A necessidade de criar novas escolas até dotar o país com todas as que exija sua população escolar se reconhecerá ao primeiro olhar para todo aquele que não seja um inimigo do progresso.

Para conseguir que a instrução laica se distribua em todas as escolas sem nenhuma exceção, convém reforçar a obrigação das escolas particulares de ajustar estritamente seus programas aos oficiais, estabelecendo responsabilidades e penas para os professores que faltem a esse dever. (GARCIADIEGO, 2010, p. 67)

De acordo com o trecho anterior e a história mexicana e hispano-americana do século XIX, é correto afirmar que:

- A importância da Igreja Católica é reafirmada o tempo todo pela elite local como fonte da educação e das bases do sistema político em construção.
- O manifesto do Partido Liberal é marcado por um discurso cientificista e anticlerical típico da influência positivista na política das elites do período.
- O trecho mostra o descaso com a educação presente no discurso dos políticos mexicanos da virada do século XX.
- A noção de progresso presente nesse debate é oposta à ideia de anticlericalismo presente no discurso político porfirista.

e) O texto mostra a fraqueza das instituições modernas no México, dominadas politicamente por ideias personalistas e pela tradição católica.

2. O trecho a seguir pertence à famosa obra de Sarmiento Facundo, *Civilização ou Barbárie*, escrita em 1845:



Longe de ter assegurado de uma maneira permanente as fronteiras, os bárbaros têm invadido, desde a época da expedição ao sul, e despovoado toda a região de Córdoba e de San Luis; a primeira, até a margem do Rio Tercero e a segunda até San José del Morro, que está na mesma latitude da cidade. Ambas províncias vivem, desde então, em contínuo alarme, com tropas constantemente em armas, o que, com o sistema de depredação dos governantes, cria uma praga mais desastrosa que as incursões dos selvagens. A criação de gado está quase extinta e os estancieros apressam sua extinção para livrarem-se, enfim, das cobranças injustas dos governantes, por um lado, e das depredações dos índios, por outro.

Por um sistema de políticas inexplicável, Rosas proíbe, aos governos de fronteira, empreender expedição alguma contra os índios, deixando que invadam periodicamente o país e assolem mais de duzentas léguas de fronteira. Isso é o que Rosas não fez, como deveria fazê-lo, na tão apurada expedição ao sul [campanha para expulsar/matar indígenas], cujos resultados foram efêmeros, deixando subsistente o mal, que tomou, depois, maior agravação que antes. (SARMIENTO, 1999, p. 196)

A partir do trecho anterior e da história argentina do século XIX, é correto afirmar que:

- O trecho mostra a ausência de negociação dos políticos argentinos com os indígenas, vistos como selvagens e sem qualquer força política.
- A partir do trecho, podemos refletir sobre seu projeto de nação que visa integrar os indígenas, diferentemente do que a ditadura de Rosas fazia até aquele momento.
- O trecho permite pensar sobre a instabilidade das fronteiras da Argentina naquele momento, causada pela extrema pobreza de sua economia, pautada, sobretudo, na criação de gado.
- No trecho, Sarmiento (1999) mostra algum contentamento com o governo Rosas por não ter exterminado completamente os indígenas ao Sul de Buenos Aires, que ainda subsistem.
- O trecho permite pensar sobre as negociações entre o governo Rosas

e os grupos indígenas ao Sul de Buenos Aires, que pareciam uma real ameaça para os fazendeiros locais.

3. A obra a seguir é um mural de Diego Rivera, representando o mercado asteca de Tlatelolco. Ela se encontra no Museu Nacional do México, na Cidade do México, e foi realizada na década de 1930.



Fonte: <https://es.wikipedia.org/wiki/Diego_Rivera#/media/File:Murales_Rivera_-_Markt_in_Tlatelolco_1.jpg>. Acesso: 8 ago. 2017.

A respeito da obra de Rivera, é correto afirmar que:

- Na pintura de Rivera podemos ver a fusão de elementos hispânicos, como o mercado e o comércio trazidos pelos europeus, e indígenas, como as roupas típicas dos astecas.
- Na pintura de Rivera e na arte muralista temos uma busca pela construção da identidade nacional por meio do uso de um passado nativo generalizado, como podemos ver na homogeneização dos indígenas na pintura.
- Na pintura de Rivera temos a busca por um discurso político que enaltece o passado indígena e sua grandeza, como podemos ver pelo Templo Mayor e pelo mercado, e também destaca a hierarquia social do antigo império indígena.
- Na pintura de Rivera temos a construção de um passado indígena profundamente desigual, o que explica a aposta dos muralistas no hispanismo como base da identidade nacional.
- Na pintura de Rivera e dos muralistas há um discurso antinacionalista, característica do discurso de esquerda do início do século XX em toda a América Hispânica.

Seção 3.3

A América do entreguerras: crescimento, crise e massas na política

Diálogo aberto

Caro aluno, daremos continuidade à reflexão sobre a história de nosso continente, agora, no século XX. Um dos grandes temas para nosso estudo está relacionado com a segregação racial nos EUA. O racismo e as desigualdades sociais entre herdeiros dos colonizadores e daqueles que foram escravizados ainda são temas centrais nas discussões sobre nossas sociedades nos dias de hoje e, para entendê-los, é importante pensar em suas raízes históricas.

Apesar da abolição da escravidão, a população afro-americana seguiu marginalizada nos EUA (e no Brasil também) por políticas que visavam manter as desigualdades entre brancos e negros na sociedade. Mesmo com os sucessos do movimento negro naquele país, sobretudo após a década de 1950, os guetos ainda são uma realidade. Na nação que costuma se pensar como a terra das oportunidades e da liberdade, os índices de pobreza e de violência atingem a população afro-americana de modo profundamente desproporcional.

Pensando nesse cenário, imagine uma situação comum de sala de aula: estudantes discutem o cabelo de uma colega. O estilo *black power* é elogiado por alguns e ridicularizado por outros alunos. Mas a partir do conteúdo que trabalhamos aqui, você resolve intervir. Explica brevemente a questão da luta pelos direitos civis e os movimentos de reafirmação da identidade afro-americana nos EUA, tema de uma aula nos próximos dias. Nesse ínterim, aquela estudante navega na internet e se depara com uma hashtag que ela desconhecia, mas extremamente utilizada nos EUA: #BlackLivesMatter. Aos poucos, dá-se conta que a referência está presente em vídeos de astros da música negra estadunidense, em discursos de políticos e movimentos sociais. Na aula seguinte, ela traz a questão: do que se trata esse movimento? Como isso se relaciona ao que foi trabalhado em sala? O racismo institucionalizado não havia sido superado nos EUA e em

nosso continente? Mobilize os conteúdos apreendidos nesta seção para responder – ou ao menos oferecer caminhos para a resposta – às questões levantadas pela estudante.

Não pode faltar

Pensar os temas desta seção é, em parte, refletir sobre questões ainda não resolvidas em nosso mundo nos dias de hoje. Qual deve ser o papel do Estado na economia? Como o racismo pode subsistir em sociedades supostamente democráticas?

Os Estados Unidos das primeiras décadas do século XX são marcados pelo crescimento econômico e pela industrialização que fizeram o país ocupar o lugar de grande centro capitalista. O fordismo passava a ser adotado massivamente e a produção industrial dos EUA se tornava exemplo para o mundo: o automóvel passou a ser o exemplo da modernidade. Finalmente, com a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), a destruição concentrada em solo europeu, o aumento das exportações e os empréstimos estadunidenses consolidaram o país como a maior potência capitalista do planeta – posição que manteve desde então. A partir da década de 1920, os EUA assumiriam uma postura de liderança global em termos econômicos, políticos e culturais, marca de sua política externa. Os sucessos desse momento histórico geraram, na década de 1920, uma efervescência cultural e uma sensação de progresso inquestionável para a elite local que se tornaram a marca desta década, “os loucos anos 1920”.

O **liberalismo econômico** – marcado pelo *laissez-faire* e pela força dos lobistas na política – permitiu o fortalecimento de grandes conglomerados e os negócios dos especuladores na Bolsa de Valores de Nova York, em *Wall Street*. Uma série de presidentes republicanos governou o país nessas décadas: *politicamente* conservadores, apoiaram a Lei Seca (que impedia a venda e o consumo de bebidas alcoólicas), a manutenção da segregação racial; *economicamente liberais*, esforçaram-se para diminuir a importância dos sindicatos e os impostos e aumentar as liberdades das grandes empresas.



Exemplificando

O **Grande Gatsby** é um dos grandes romances estadunidenses do século XX. A obra de Francis Scott Fitzgerald, publicada em 1925, narra diversos

aspectos da década de 1920 nos EUA: a euforia com o crescimento econômico, a corrupção de empresários e políticos, as leis moralistas e os gângsteres nas ruas. Escrito antes da Crise de 1929, é uma referência interessante para refletir acerca das expectativas daqueles que viviam uma era de aparente riqueza sem fim. A obra de Fitzgerald também ganhou as telas do cinema em diversas ocasiões.

Com o crescimento econômico da década de 1920, os EUA também criaram uma indústria cultural importante: a concentração de estúdios na Califórnia deu origem à indústria cinematográfica de Hollywood, que construiu boa parte do que o resto do mundo passou a entender como cinema. Ao mesmo tempo, esses filmes mostravam um estilo de vida nos EUA – o chamado “*American way of life*” – que tomou lugar em todo o mundo capitalista. O consumo de produtos industrializados e eletrodomésticos recém-inventados era sinônimo de sucesso pessoal. As tendências e as modas vistas nos filmes eram reproduzidas por todo lugar. Do mesmo modo, as liberdades individuais (da população branca) eram exaltadas e danças, como o Charleston, se tornaram símbolos da euforia dessa década.



Assimile

Os anos 1920 foram um momento de profundas transformações e experimentações culturais no mundo ocidental. Na política, o trauma da Primeira Guerra Mundial e a Revolução Russa davam a impressão de que um novo mundo se iniciava. Nas artes, as vanguardas modernistas, como o Futurismo, o Surrealismo e o Cubismo – assim como a consolidação do cinema enquanto gênero artístico – experimentavam estéticas e conteúdos polêmicos e inovadores.

Ao mesmo tempo, dentro dessa elite, as mulheres conquistavam espaços de luta política por igualdade com o sucesso do movimento sufragista. Elas haviam adquirido o direito ao voto no início dos anos 1920, com a liderança de importantes militantes, como **Alice Paul** e **Carrie Chapman Catt**. A liberdade feminina era um tema polêmico na sociedade e na nascente indústria cultural, mas que assumia diferentes formas. A moda era marcada pelos cabelos curtos das mulheres, roupas mais curtas e pelo incentivo da propaganda às liberdades femininas – ainda que, muitas vezes, essa liberdade fosse exaltada a partir do uso e consumo de produtos, como eletrodomésticos, que supostamente ajudariam a mulher a se libertar.

Figura 3.6 | Sufragistas se manifestando em Nova York em 1917 e propaganda da década de 1920, "Onde há fumaça há fogo"



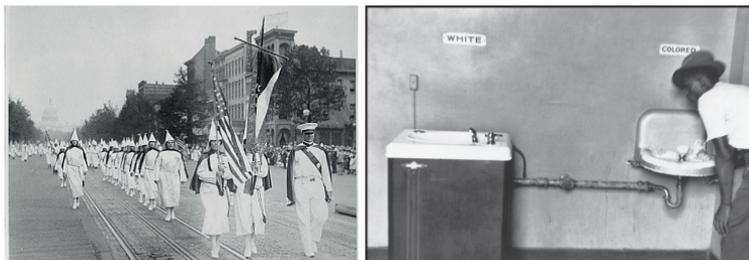
Fonte: <<https://goo.gl/VjgfVZ>>; <<https://goo.gl/MfHdJa>>. Acesso em: 2 ago. 2017.

A luta pelo voto feminino também se relacionava com outras questões, como a exigência de direitos trabalhistas igualitários nas fábricas, vagas nas universidades e, nas décadas seguintes, mulheres brancas dos EUA possuíam importante papel nos sindicatos e conseguiram acesso a empregos mais qualificados. Nesse momento, muitas estadunidenses também conseguiram destaque na vida cultural do país, fotógrafas como Dorothea Lang e escritoras como Hellen Keller se tornaram vozes questionadoras da sociedade patriarcal. No entanto, a situação das mulheres negras ainda não era diretamente atingida por essas transformações iniciais.

Apesar da abolição da escravidão e da Declaração de Direitos Civis de 1866, que supostamente acabava com a segregação legalizada, a situação dos afro-americanos não mudou drasticamente. Em alguns casos, famílias negras conseguiram acesso à propriedade da terra, mas a maior parte daquelas que viviam no Sul ainda trabalhava para antigos senhores, em um regime muito próximo da servidão. Outras milhares de famílias migraram para cidades do Norte em busca de melhores condições de vida. Enquanto instituições de ensino eram criadas pelas comunidades negras e por intelectuais progressistas, a reação da elite branca e racista foi a criação de Black Codes, leis que restringiam as liberdades da população afro-americana e garantia um sistema de segregação. Mais tarde, na década de 1890, as chamadas *Jim Crow Laws* criaram um sistema que segregava institucionalmente brancos e negros em um regime conhecido como "*separate but equal*" (separados, mas iguais).



Figura 3.7 | Imagens da segregação



Do lado esquerdo, desfile da KKK em Washington em 1927. Do lado direito, hotel no Sul dos EUA com a diferenciação de bebedouros para brancos e negros nos anos 1920. Fonte: <<https://goo.gl/gVzqeU>>; <<https://goo.gl/wy47QD>>. Acesso em: 2 ago. 2017.

Figura 3.8 | Placa de restaurante em Dallas, Texas, na década de 1920. “Não – cães, negros, mexicanos”



Fonte: <<https://goo.gl/ZbxrpZ>>. Acesso em: 2 ago. 2017.

Considerando o período em que essas fotos foram realizadas, 60 anos após a Guerra Civil e 90 anos atrás, é possível que esse racismo – na época tão explícito e institucionalizado – ainda permaneça vivo por outros caminhos nos EUA atual?



“Jim Crow”

O conjunto de leis segregacionistas conhecidas como **Jim Crow Laws** tem esse nome em referência aos termos racistas utilizados para os negros escravizados durante o século XIX, a partir de um comediante e sua peça chamada “Jump Jim Crow”, que, utilizando maquiagem

negra – a chamada Black face –, satirizava um negro deficiente. Jim Crow se tornou no discurso das elites brancas o estereótipo do negro malandro e vadio, reproduzido durante muito tempo na indústria cultural. Observe as imagens a seguir:

Figura 3.9 | Capa de um folheto Jim Crow, de 1832, e *frame* da animação Dumbo com um dos corvos (Crow, em inglês), de 1941



Fonte: <<https://goo.gl/h8Hnfq>>. Acesso em: 11 jul. 2017.

Que tal pesquisar sobre outros estereótipos racistas reproduzidos pela indústria cultural no século XX?

A segregação racial nos EUA, nos anos 1920, era uma realidade brutal. A **Ku Klux Klan**, uma organização terrorista cristã e racista surgida nos estados do Sul após a Guerra Civil, contava com milhões de participantes. Com forte discurso nacionalista e anti-imigração, os membros da **KKK** organizaram linchamentos de negros e latinos em diversos estados dos EUA. Em muitas cidades do Sul e do Norte, formavam-se “Conselhos dos homens brancos”, conselhos municipais que decidiam sobre a manutenção da segregação em diferentes aspectos: impediam os negros de votar, decidiam onde poderiam morar, estudar e até mesmo se sua música poderia ser escutada e onde.

Muitas cidades se tornaram epicentros dos conflitos raciais nos EUA: em especial, nas cidades do Norte, com o forte fluxo migratório de famílias negras do Sul, as mudanças eram mais sensíveis. A comunidade do Harlem, em Nova York, assistiu a um movimento conhecido como “Renascimento do Harlem” e, mais tarde, chamado

de “Novo Movimento Negro”, e tinha como um de seus *slogans*: “O novo negro não tem medo”. Músicos afro-americanos traziam para o Norte as influências dos antigos ritmos de suas comunidades originárias e na fusão desses estilos nasciam e se consolidavam o Jazz e o *Blues*. Criou-se um cenário de efervescência cultural riquíssimo, mas com forte conteúdo político.



Exemplificando

Billie Holliday, a grande cantora de Jazz, gravou, em 1939, uma canção em que afirmava que as árvores do Sul dos Estados Unidos tinham um “estranho fruto”, em referência aos corpos dos negros enforcados em seus galhos após os linchamentos.

*As árvores do Sul têm um fruto estranho,
Com sangue nas folhas e sangue nas raízes,
Corpos negros balançando ao vento do Sul,
Frutas estranhas penduradas nos álamos.*

(Tradução do autor. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=h4ZyuULy9zs>>. Acesso em: 2 ago. 2017).

Há ainda uma interessante obra que conta a história da canção e analisa o cenário cultural da música negra dos EUA e o contexto dos linchamentos:

MARGOLICK, D. **Strange Fruit**: Billie Holiday e a biografia de uma canção. São Paulo: Cosac Naify, 2012.

A década de 1920 nos EUA foi, em vários sentidos, uma década de extremos. O moralismo das leis, como a lei seca, foi seguido do aumento do alcoolismo e do surgimento do tráfico de bebidas alcoólicas e do domínio de gangsteres, como Al Capone. Migração massiva e nacionalismo. Ku Klux Klan e movimento negro. A maior das contradições, no entanto, acontecia na economia.

O crescimento econômico e o enriquecimento em Wall Street contradiziam a situação no campo, em que pequenos agricultores faziam grandes dívidas para conseguir manter a produtividade sem subsídio do governo. Muitos perdiam as terras para os bancos, devido aos empréstimos para conseguir maquinário, e iam para as cidades em busca de emprego. Nos centros urbanos, com o passar da década, muitos trabalhadores e empresários utilizavam o crédito bancário

como maneira de manter o consumo e o estilo de vida consumista da década. Não havia regulação para o sistema bancário e boa parte desses bancos era relativamente pequenos e também investidores da bolsa. Por isso, quando muitos de seus clientes precisavam realizar saques, pequenos bancos fechavam. Com isso, muitos trabalhadores não recebiam seus salários e empresas começaram a fechar. Como resultado, após anos de desenvolvimento de um sistema frágil, um processo massivo de falências e dificuldades do sistema bancário em outubro de 1929, a Bolsa de Valores de Nova York teve suas ações desvalorizadas em níveis tão vultuosos que foi obrigada a fechar. Era a “Quebra da Bolsa” e o início do que ficou conhecido como “a Grande Depressão”.

Fortunas feitas por meio da especulação na Bolsa foram desfeitas em poucos dias. Sem empréstimos nos bancos, industriais não conseguiam pagar os salários de seus trabalhadores e o estilo de vida que se consolidou ao longo da década se tornava inviável. No início dos anos 1930, um quarto da população estava desempregada. Multidões de trabalhadores buscavam trabalho em regiões distantes do país, muitas vezes, sem sucesso.

Como o sistema bancário era internacional e os EUA a maior economia do planeta, a crise se tornou mundial. França, Inglaterra e Alemanha utilizavam bancos estadunidenses para realizar empréstimos para pagarem as dívidas da Primeira Guerra Mundial. A Europa foi arrastada para a crise e, com ela, ainda mais países. Produtos de importação, como o café brasileiro, já não eram mais vendidos, gerando problemas para os exportadores. A crise tomou o mundo capitalista e suas antigas crenças.

O governo tinha dificuldade em agir, na medida em que seguia a doutrina liberal que afirmava que o equilíbrio da economia dependia justamente de sua não intervenção. As ações dependeriam de taxaço e regulação do setor financeiro, o que era combatido pela ideologia dominante representada pelo partido Republicano. Assim, entre 1929 e 1932, a crise apenas se agravou. Com isso, os democratas, por meio da figura de **Franklin D. Roosevelt**, conseguiram vencer as eleições com a proposta de um novo pacto: o **New Deal**, que afirmava que era função do estado intervir na economia em tempos de crise e garantir uma qualidade mínima de vida para os trabalhadores. O governo dos EUA aumentou impostos, passou a incentivar grandes obras – pontes,

rodovias – para empregar a multidão de trabalhadores, e criou um sistema de assistência social para pagar bolsas para a população em condições de miséria.

Os efeitos imediatos do *New Deal* foram limitados: apesar da leve melhora na economia, a **Grande Depressão** seria a marca dos anos 1930. Mas, politicamente e ideologicamente, o *New Deal* representa uma grande mudança e os anos 1930 marcam a derrocada do discurso liberal na economia. Visto como causador da crise, a não intervenção dos governos na economia seria repensada na década seguinte, dando origem a uma série de governos que passaram a controlar grandes setores da economia. Roosevelt, nos EUA, **Lázaro Cárdenas**, no México, **Vargas**, no Brasil, mas também Benito Mussolini, na Itália, e Adolf Hitler, na Alemanha, são todos governantes que legitimaram a concentração de poder político a partir da crise econômica.

A gradual participação do Estado na economia se aprofundaria somente com a Segunda Guerra Mundial (Roosevelt governaria seguidamente até 1945), quando a economia dos EUA voltaria a crescer continuamente. A partir daí a diferença entre governos Democratas e Republicanos se reposicionaria: os Republicanos seriam associados ao liberalismo e os democratas a uma maior participação do estado na economia, dicotomia que se mantém até os dias de hoje. Do mesmo modo, como as políticas sociais democratas ajudaram, sobretudo, as comunidades negras, desde os anos 1940 o voto das famílias afro-americanas passou a ser massivamente depositado no Partido Democrata.

Dorothea Lang e as fotos da Grande Depressão

A fotógrafa Dorothea Lang, trabalhando para o governo dos Estados Unidos, produziu um importantíssimo registro iconográfico da Grande Depressão. Juntamente com outros fotógrafos da Farm Security Administration, as fotografias realizadas por Lang deram um sentido profundamente humano para a crise, enfatizando as contradições daquela sociedade.

Figura 3.10 | Fotos da Grande Depressão



Fonte: <<http://foto.espm.br/index.php/sem-categoria/a-grande-depressao-sob-as-lentes-de-dorothea-lange/>>. Acesso em: 2 ago. 2017.

Na primeira foto, trabalhadores rurais caminham ao lado de um *outdoor* que afirma “Na próxima vez, tente o trem - relaxe”. Na segunda, uma fila de trabalhadores negros, após uma enchente, em Louisville – Kentucky, aguarda alimentos em frente a uma placa que diz: “O melhor padrão de vida do mundo – não há caminho/jeito como o americano”.

Foi ainda durante o governo de Franklin D. Roosevelt que os Estados Unidos entraram na Segunda Guerra Mundial. No decorrer de quase todo o conflito, os EUA se mantiveram distantes da luta armada, mas com forte participação na venda de armas e subsídios para os países beligerantes. Apesar do interesse do governo estadunidense em apoiar a Inglaterra, a opinião pública não era favorável à participação direta na guerra – situação que mudou drasticamente com o ataque japonês à base de **Pearl Harbor**. Os EUA entrariam na guerra nos últimos dois anos do conflito, ao lado de Inglaterra, França e URSS (apesar da disputa com essa última ser latente).

O conflito propriamente será estudado na disciplina de História Contemporânea, mas o que nos interessa aqui, caro aluno, é pensar nas mudanças ocorridas nos EUA e na América a partir da Segunda Guerra. Para o conflito, o governo Roosevelt mobilizou um orçamento superior a todos os orçamentos governamentais da história dos EUA somados. A guerra criou milhões de postos de trabalho, acabando com o desemprego e dando fim às mazelas deixadas pela Grande Depressão. Com milhões de homens na Guerra, esses postos de trabalho também foram ocupados massivamente por mulheres, mudando a configuração do mercado de trabalho nas indústrias dos EUA nas décadas

seguintes. O famoso cartaz, apresentado a seguir, é um exemplo da campanha governamental para dar suporte às mulheres na indústria no esforço de guerra.

Figura 3.11 | We can do it!



Fonte: <<https://goo.gl/dtpqyM>>. Acesso em: 8 ago. 2017.

Outro fator importante para pensar a importância da Segunda Guerra para as Américas foi a chamada “**Política da Boa Vizinhança**” dos EUA. Essa campanha consistia em uma aproximação dos EUA junto aos países latino-americanos em troca de apoio na Guerra. Esse foi o caso do Brasil, que, em troca de investimentos do governo estadunidense, enviou tropas para a Itália em auxílio aos Aliados. Outros governos, como o Argentino, permaneceram neutros diante do conflito e, inclusive, flertaram com o Eixo.

Muitos dos governos latino-americanos desse momento lidavam com a pressão popular por reformas sociais e assistiam às disputas das antigas oligarquias com novos poderes em ascensão.

Países como Brasil, México, Peru e Argentina passavam por transformações políticas e econômicas profundas. No caso brasileiro, a figura de Vargas simbolizava, entre outras coisas, a derrota da elite cafeeira paulista, disputa resolvida por meio de uma guerra civil. Processos parecidos de reorganização dos poderes e das legitimidades aconteciam além do Brasil.

No caso mexicano, o governo do **Gral. Lázaro Cárdenas** entrava em conflito com os interesses dos antigos dirigentes do Partido Nacional Revolucionário e centralizava o poder na figura presidencial. Mais tarde, em conflito com as empresas petrolíferas dos EUA e da Europa, iniciou o processo de nacionalização do petróleo e dos minérios mexicanos, ato que mais tarde seria

seguido por Vargas e diversos outros governantes, até o chileno Salvador Allende. **Também realizou uma grande reforma agrária**, valorizando a propriedade *ejidal* e reconheceu o direito dos trabalhadores à greve, colocando em prática princípios antes abandonados da constituição revolucionária de 1917. Ao fim do seu governo, em 1940, reorganizou o partido oficial, incluindo os sindicatos urbanos e rurais na estrutura partidária.

O discurso nacionalista, assim como a centralização política e o controle estatal de grandes setores da economia era, como vimos, uma das características políticas do mundo após a Crise de 1929. O uso do rádio como instrumento de comunicação com as massas também era um fenômeno mundial. Lideranças personalistas e carismáticas eram um dos traços das décadas de 1930 e 1940 em todo o globo, não apenas em nosso continente. No entanto, no caso da América Latina, a partir da Argentina, um conceito se popularizou nas ciências humanas na tentativa de explicar essas lideranças locais: o **populismo**. O conceito que nasceu no século XIX para descrever socialistas russos e lideranças rurais nos EUA do século XIX foi atualizado pelo sociólogo **Gino Germani** para abordar o caso Argentino, com **Juan Domingo Perón** e, mais tarde, diversos outros governantes latino-americanos. Segundo Germani, o populismo seria um momento de transição da sociedade tradicional para a moderna, com a participação das massas na política a partir dessa liderança popular baseada no discurso do cooperativismo, sem um discurso de classe. A interpretação que se consolidava nas ciências humanas dos anos 1960 era de que, pela ausência de uma verdadeira revolução burguesa, as sociedades latino-americanas não teriam desenvolvido plenamente as dinâmicas da sociedade capitalista moderna – o que seria ainda um entrave para a consciência de classe e as aspirações de uma transformação da ordem a partir da abordagem marxista. O governante populista, portanto, seria esse líder resultante do atraso de nossas instituições.

Como dito, o principal governo estudado a partir dessa interpretação foi o presidente argentino, Perón. A figura de Juan Domingo Perón ganhou destaque no início dos anos 1940, quando este ocupou a vice-presidência, o Ministério da Guerra e do Trabalho do governo. Nesses cargos ele organizou e lutou pela legalização de sindicatos e se tornou muito popular entre

os operários de Buenos Aires, em especial. Perón usava o termo “descamisados” para se referir aos pobres trabalhadores que ele tinha o intento de auxiliar. Após uma primeira deposição por um golpe militar, com a pressão popular, o apoio dos sindicatos e da jovem liderança da atriz **Eva Duarte** – sua futura esposa – Perón foi eleito presidente da república em 1946 (reeleito, permaneceria no poder continuamente até 1955).

Seu governo foi marcado por um discurso de cooperação entre as classes, no que ele chamou de uma “Terceira Via” para a Guerra Fria, entre o capitalismo dos EUA e o socialismo da URSS. Os sindicatos foram organizados a partir da estrutura estatal e tiveram sua autonomia limitada. Ao mesmo tempo, a imprensa e as atividades culturais contavam com forte influência estatal. A forte e carismática figura da primeira dama, Evita, aumentava a popularidade do governo.

Figura 3.12 | Evita e Perón



Fonte: <<https://goo.gl/SEuJ9X>>. Acesso em: 2 ago. 2017.

Na interpretação de Germani, os trabalhadores urbanos argentinos – uma massa de imigrantes de áreas rurais – não tinham uma tradição de lutas, o que permitia a manipulação do governo paternalista de Perón. No entanto, o que a historiografia tem enfatizado é o surgimento de vários peronismos diferentes com o passar dos anos e da pressão popular, ou seja, a população também utilizou as políticas de Perón e seu discurso, rearticulando-o de acordo com seus interesses. Um exemplo: os chamados **montoneros**, grupo guerrilheiro que atuaria durante a Argentina da

ditadura militar que se identificava como socialista e peronista. O conceito de **populismo** tem sido questionado e abandonado por boa parte da historiografia, na medida em que a ênfase em uma suposta manipulação das massas está também baseada em uma visão idealizada e a-histórica do processo histórico na Europa.

A América Latina entrava nos anos 1950 e no período da Guerra Fria com fortes governos centralizadores e nacionalistas, mas também como área de influência dos EUA. As tentativas de desenvolver um caminho próprio, uma “terceira via”, no caso de todo cone-sul, seriam frustradas por uma série de golpes de Estado que instauraram governos alinhados aos interesses capitalistas dos Estados Unidos – nosso tema na próxima unidade.

Sem medo de errar

Talvez a principal preocupação do docente que trata questões complexas como o racismo seja articular as lutas pela conquista de direitos, as legislações que garantem tais direitos e as permanências das desigualdades. O estudo dessas permanências pode ser realizado, seja por meio de uma história social – que mostre como a reprodução sistemática das injustiças acontece na sociedade de classes –, seja por uma história das mentalidades que mostre a manutenção de determinadas estruturas de pensamento cuja duração não se altera abruptamente com novas legislações.

Os dois caminhos propostos aqui podem, inclusive, ser abordados simultaneamente. Ao considerarmos a história dos EUA – e grande parte disso pode ser aplicado ao Brasil – devemos lembrar que as desigualdades existentes durante a escravidão foram mantidas: a posse da terra permaneceu quase exclusivamente com a população branca. Trabalhadores afro-americanos, em condições sociais miseráveis, não poderiam gozar de direitos políticos, que também eram limitados, sobretudo nos estados do Sul. Há aí uma situação de desigualdade que permaneceu por muitas décadas e foi sendo transformada lentamente – ainda que de uma maneira superficial – a partir das lutas da comunidade negra. É resultado disso que entre a população de trabalhadores pobres dos EUA haja uma maior parcela de afro-americanos do que o que acontece na elite. E são justamente os mais marginalizados que acabam como alvo dos aparatos de repressão estatal, como

a polícia. Essa é uma das pautas do movimento *Black Lives Matter*: questionar a violência policial contra a população negra nos EUA a partir de casos recentes – e muitos deles registrados por câmeras – de homens negros mortos pela polícia com o uso de violência desproporcional.

Ao mesmo tempo, é importante pensar em termos da história das mentalidades: até os anos 1960 muitos estabelecimentos – inclusive, estatais – impediam o acesso da população afro-americana. Em termos históricos, estamos falando de pouquíssimo tempo. Todos os adultos nascidos antes dos anos 1960 foram educados em um país que defendia a segregação de negros, latinos e asiáticos. Grande parte da população branca do Sul dos Estados Unidos tem ancestrais ligados à KKK, por exemplo. Em outros termos, as leis que surgiram para combater o racismo não são capazes de mudar de imediato a maneira de pensar daqueles que são privilegiados históricos de uma situação de desigualdade social cujas raízes estão na escravidão.

Faça valer a pena

1. A fotografia a seguir mostra membros da Ku Klux Klan em Denver, Colorado, no ano de 1921. Observe a imagem com atenção e responda à questão.

Figura | Membros da Ku Klux Klan



Fonte: <https://en.wikipedia.org/wiki/Cross_burning#/media/File:Ku_Klux_Klan_members_and_a_burning_cross_Denver,_Colorado,_1921.jpg>. Acesso em: 8 ago. 2017.

A respeito da Ku Klux Klan e a partir da fotografia, podemos afirmar que:

- a) O discurso nacionalista e racista da Ku Klux Klan era favorecido pelo discurso anticristão, como podemos observar na imagem da cruz sendo queimada.
- b) Os membros da Ku Klux Klan consideravam a Guerra Civil um grande erro das elites sulistas, que permitiu à população negra conquistar liberdade.
- c) A Ku Klux Klan apoiava a imigração de europeus para os EUA de modo a garantir o embranquecimento da população.
- d) A Ku Klux Klan perseguia exclusivamente a população negra, na medida em que latinos e judeus, apesar das diferenças, poderiam ser considerados brancos pelos membros do Klan.
- e) A Ku Klux Klan foi uma das organizações mais numerosas da história dos EUA e durante muito tempo seus membros eram figuras públicas.

2. Discurso de posse de Franklin D. Roosevelt, de 4 de abril de 1933

Eu estou certo, compatriotas, que em minha Presidência, eu os tratarei com a sinceridade e uma assertividade que a situação atual de nosso país necessita. É este o momento de falar a verdade, a verdade inteira, sincera e corajosamente. (...). Esta grande nação resistirá como resistiu, revive e progredirá. Assim, antes de mais nada, deixe-me afirmar minha opinião firme que a única coisa que nós temos que temer é o próprio medo, o terror irracional, injustificado que paralisa esforços necessários para converter o recuo em avanço. (...)

Em tal espírito, em minha parte e na sua, nós enfrentaremos nossas dificuldades comuns. (...) Os valores encolheram a níveis fantásticos; os impostos levantaram-se; nossa habilidade de pagar caiu; o governo é enfrentado pela restrição séria da renda; os meios da troca são congelados nas correntes do comércio; (...) os fazendeiros não encontram nenhum mercado para seu produto; as economias de muitos anos nos milhares de famílias se foram.

(...) Somente um otimista insensato pode negar as realidades escuras do momento. (ROOSEVELT, 1993, [s.p.] apud CESAR, 2009, [s.p.])

A respeito do discurso de posse de Roosevelt e do contexto de seu governo, é correto afirmar que:

- a) O governo Roosevelt aconteceu após a Crise de 1929, portanto, em um momento de melhoria da economia, daí a afirmação dele, “a nação progredirá”.

- b) O discurso de posse de Roosevelt busca encobrir as dificuldades econômicas pelas quais o país passava para viabilizar as propostas do New Deal.
- c) O pacote de mudanças proposto por Roosevelt e pelo Congresso dos EUA teve pouco efeito imediato nas circunstâncias da Crise, como ele já previa em seu discurso inaugural.
- d) O discurso de Roosevelt mostra que sua postura seria a de manter o liberalismo previsto no New Deal, sem a ação direta do estado na economia.
- e) O discurso de Roosevelt representa a vitória dos Republicanos e sua proposta de um estado capaz de intervir na economia e garantir qualidade de vida aos trabalhadores.

3. A imagem a seguir é de uma propaganda a respeito do voto feminino realizada pelo governo de Perón, nos anos 1950. O texto diz “Depois de 100 anos de silêncio, Perón lhes deu voz e voto”.

Figura | Propaganda peronista



Fonte: <<https://goo.gl/zLnNhC>>. Acesso em: 8 ago. 2017.

A partir da propaganda anterior e da política do governo Perón, podemos considerar que:

- a) Na propaganda, a figura feminina, apesar de forte e altiva, deve a Perón a conquista do voto.
- b) A propaganda mostra como não havia pressão popular pelo voto feminino, sendo ele decidido diretamente por Perón.
- c) A imagem é um símbolo da manipulação feita pelo governo de Perón, que conseguia manter toda a população sobre seu poder.
- d) A referência a Evita na propaganda mostra que ela era a figura central do governo de Perón.
- e) A ausência de Evita na propaganda mostra a decadência de sua figura política nos últimos anos de vida.

Referências

- AGUILAR CAMÍN, H. **À sombra da Revolução Mexicana**. São Paulo: Edusp, 2000.
- AGUINIS, M. **El atroz encanto de ser argentino**. Buenos Aires: Planeta, 2001.
- ALCÂNTARA, L. **A Declaração do Sentimentos, ou os Homens Que Amavam as Mulheres**. Ensino Médio em Diálogo, 7 jul. 2014. Disponível em: <<http://www.emdiálogo.uff.br/content/declaracao-dos-sentimentos-ou-os-homens-que-amavam-mulheres>>. Acesso em: 20 set. 2017.
- BETHELL, L. **História da América Latina: a América Latina Independente**. São Paulo: EDUSP, 1990.
- CESAR, A. A. S. **Discurso de posse de Franklin** (4 mar. 1933). STOA, fev. 2009. Disponível em: <<http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:Ti82BpF3T8AJ:stoa.usp.br/anacesar/weblog/43270.html+&cd=7&hl=pt-PT&ct=clnk&gl=br>>. Acesso em: 20 set. 2017.
- COHEN, W. "Thomas Jefferson e o problema da escravidão". **Revista de Estudos Avançados**, São Paulo, v. 14, n. 38, jan./abr. 2000.
- CALHOUN, J. C. **Slavery a Positive Good** (6 fev. 1837). Teaching American History.org. Disponível em: <<http://teachingamericanhistory.org/library/document/slavery-a-positive-good/>>. Acesso em: 20 set. 2017.
- ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, **Constituição**. Disponível em: <<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Documentos-antiores-%C3%A0-cria%C3%A7%C3%A3o-da-Sociedade-das-Na%C3%A7%C3%B5es-at%C3%A9-1919/constitucao-dos-estados-unidos-da-america-1787.html>>. Acesso em: 17 out. 2017.
- FERNANDES, L. E. **Patria Mestiza: A invenção do passado nacional mexicano (séculos XVIII e XIX)**. São Paulo: Paco Editorial, 2012.
- FILHO, P. P. **O discurso de Gettysburg**. OABSP. Disponível em: <<http://www.oabsp.org.br/sobre-oabsp/grandes-causas/o-discurso-de-gettysburg>>. Acesso em: 20 set. 2017.
- FREITAS NETO, J. A. História e Nação: embates sobre a construção da Argentina (1810 -1861). **Temas & Matizes**, v. 9, n. 18, set. 2010.
- GARCIADIEGO, J. **Textos de la Revolución Mexicana**. Caracas: Fundacion Biblioteca Ayacucho, 2010.
- HALPERIN DONGHI, T. **História da América Latina**. São Paulo: Paz e Terra, 2005.
- HOBBSBAWM, E. **A Era do Capital – 1848-1875**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- KARNAL, L. **História dos Estados Unidos: das origens ao século XXI**. São Paulo: Contexto, 2007.
- KEENAN, J. **A History from the Whitman Massacre to Wounded Knee, 1846-1890**. Jefferson: Mcfarland Publisher, 2016.
- MACKINNON, M. M.; PETRONE, M. A. **Populismo y neopopulismo en América Latina – el problema de la Cenicienta**. Buenos Aires: Eudeba, 1999.

MARGOLICK, D. **Strange Fruit**: Billie Holiday e a biografia de uma canção. São Paulo: Cosac Naify, 2012.

MOURA, C. E. M. **Frederick Douglass**. Geledes, 15 jun. 2009. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/frederick-douglass/>>. Acesso em: 20 set. 2017.

PALTÍ, E. **El tiempo de la política**: el siglo XIX reconsiderado. México: Fondo de Cultura Económica, 2007.

PASSETI, G. **Indígenas e Criollos**: política, guerra e traição nas lutas no sul da Argentina (1852-1885).

PAZ, O. **O labirinto da solidão**. São Paulo: Cosac Naify, 2014.

PEROSA, T. Quem foi Harriet Tubman, a nova cara da nota de 20 dólares. **Revista Época**, 20 abr. 2016. Disponível em: <<http://epoca.globo.com/tempo/noticia/2016/04/quem-foi-harriet-tubman-nova-cara-da-nota-de-20-dolares.html>>. Acesso em: 20 set. 2017.

PRADO, M. L. C.; PELLEGRINO, G. **História da América Latina**. São Paulo: Contexto, 2014.

SARMIENTO, D. **Facundo**: Civilização ou Bárbarie. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.educ.ar/uploads/contents/DomingoF.Sarmiento-Facundo0.pdf>>. Acesso em: 24 jul. 2017.

SELLERS, C. **Uma reavaliação da história dos Estados Unidos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.

SILVA ASCENSO, J. G. A redenção cósmica do mestiço: inversão semântica do conceito de raça na Raza cósmica de José Vasconcelos. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 52, p. 294-315, 2013. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/9183/15716>>. Acesso em: 20 set. 2017.

THOREAU, H. **A desobediência civil**. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action&co_obra=224>. Acesso em: 8 ago. 2017.

TV CULTURA. **História: Século XIX na América Latina - Maria Lígia Prado**. UNIVESP TV. Disponível em: <http://tvcultura.com.br/videos/32683_historia-seculo-xix-na-america-latina-maria-ligia-prado.html>. Acesso em: 20 set. 2017.

A América no mundo contemporâneo

Convite ao estudo

Caro aluno, seja bem-vindo! Nesta unidade trataremos da América contemporânea e, assim, falaremos de questões que envolvem todo cidadão deste continente – seja ele consciente ou não das forças e disputas políticas e econômicas que regem a sociedade em que vive. A nossa temática é ampla, mas tem alguns fios condutores. Entre eles, a questão do autoritarismo político: na América Latina a busca por regimes democráticos tem sido uma longa – e muitas vezes frustrada – luta. Se, por oposição, os EUA podem aparecer nesse sentido como baluarte dos regimes democráticos, é preciso lembrar que foram os governos estadunidenses que financiaram a maior parte dos regimes autoritários da América Central e do Sul, durante o período da Guerra Fria. Os horrores cometidos pelas ditaduras latino-americanas não são casos isolados e, em mais de uma maneira, ligam a história de todo o continente e constituem uma memória ainda fresca e dolorosa para muitos.

Justamente por se tratar de um passado tão recente, parte dos discursos e das forças políticas que discutimos aqui, quando abordamos as ditaduras latino-americanas, ainda são importantes forças sociais nos dias de hoje. Alguns países, como a Argentina, constituíram governos democráticos nos anos 1980 e 1990 que passaram a julgar e condenar antigos agentes da ditadura, como torturadores. Em esforços mais tímidos, a Comissão Nacional da Verdade criada no Brasil, em 2012, gerou fortes reações na política brasileira – e falamos aqui de uma comissão sem qualquer poder punitivo e criada apenas para a revelação dos crimes cometidos e anistiados dos agentes do estado ditatorial. A memória dos regimes militares, portanto,

ainda está em disputa. Desse modo, é importante que o professor saiba que ele lidará com tensões dessa natureza em sala de aula. Muitas vezes, estudantes reproduzirão os mesmos discursos dos grupos que viveram o período, a partir da lógica da Guerra Fria – seja o ideário oficial de uso necessário da força contra o Comunismo, seja a reprodução de um discurso militante acrítico. Entender temas como a Revolução Cubana, as ditaduras do Cone Sul ou o Neoliberalismo trazem, inevitavelmente, acaloradas discussões sobre o presente.

Seção 4.1

Guerra Fria e Autoritarismo na América Latina

Diálogo aberto

Um dos regimes políticos mais polêmicos nas Américas no século XX e XXI é, sem dúvida, o cubano. A morte de Fidel Castro, no ano de 2016, e a retomada das negociações com o governo dos EUA sob a presidência de Barack Obama reacenderam muitos dos debates ao redor de uma das revoluções mais importantes do século XX. Essas discussões reverberam não só em nossa imprensa política, mas também em nossas salas de aula. É comum que os estudantes tragam dúvidas sobre notícias e fragmentos de informações que encontram na internet.

Nesse contexto, imagine que um estudante lhe aborde com a seguinte entrevista (<<http://www.viomundo.com.br/entrevistas/salim-lamrani-um-bate-papo-com-yoani-sanchez.html>>, acesso em: 6 set. 2017), da blogueira cubana Yoani Sánchez ao jornalista do *Le Monde*, Salim Lamrani. Ele lê trechos do longo diálogo, vê o embate sobre o regime cubano e lhe pergunta: quem está falando a verdade? O que é, efetivamente, o socialismo cubano? Cuba é uma ditadura? O que é o embargo dos EUA? Quais são os limites para a oposição em Cuba?

Como você, enquanto professor, pode trabalhar essas questões a partir da história da América no século XX?

Não pode faltar

Entender a América no século XX envolve pensar uma profunda integração de sua história econômica e política ao restante do globo. É nesse século que os EUA assumem a posição de protagonismo e imperialismo no planeta e, dessa maneira, o que acontece nesse país passa a ter consequências mundiais. Ao mesmo tempo, muitos países da América Latina buscarão criar caminhos políticos próprios, para além do imperialismo dos EUA, em uma série de processos revolucionários que, no contexto da Guerra Fria, resultaram em violentas reações do vizinho do Norte.

Lembremos qual era o cenário político da América no início do XX: os EUA adotaram o *Big Stick* e impuseram seu poderio com uma maquiagem diplomática sob o restante da América. Ao mesmo tempo, os países latino-americanos eram, em geral, governados por oligarquias em regimes pouco democráticos, algumas vezes de inspiração nacionalista ou de total colaboração com os interesses dos EUA.

Um caso exemplar deste momento – o domínio dos EUA na América entre os anos 1930 e 1950 – foi sua intervenção na América Central. Países como a Guatemala, Nicarágua, Honduras e República Dominicana tinham boa parte de suas terras controladas por empresas dos EUA, especialmente a **United Fruit Company** (ou, como ela era chamada nesses países, “*Mamita yunai*”), gigante da exportação mundial de frutas tropicais. Na Guatemala, por exemplo, essa empresa tinha mais de metade das terras agricultáveis do país, os principais portos, assim como estradas, ferrovias e parte da imprensa. Tamanho era seu poder que a própria empresa determinava o montante devido em impostos sobre suas exportações – e todos os cálculos sobre seu lucro apontam para uma gigantesca sonegação. Por isso, quando o governo guatemalteco passou por uma revolução (1944) e as eleições de 1950 foram vencidas pelo nacionalista Jacobo **Árbenz**, que tinha como principal plataforma política a reforma agrária, os interesses escusos da monopolista pareciam em risco. A empresa solicitou ajuda do governo dos EUA que, por meio dos irmãos John e Allen **Dulles** – respectivamente, Secretário de Estado do presidente **Eisenhower** e Diretor da CIA, ambos advogados e acionistas da *United Fruit Company* – financiou um golpe de estado que derrubou Árbenz e instaurou um governo ditatorial no país. Nas décadas seguintes, nas lutas surgidas a partir do governo autoritário financiado pela CIA e pela *United Fruit* e apoiado pela imprensa por meio da **United Press**, aproximadamente 200 mil guatemaltecos morreriam.



Assimile

Discurso de posse de Jacobo Árbenz



Nosso governo se propõe a iniciar o caminho do desenvolvimento econômico da Guatemala,

tendo os seguintes três objetivos fundamentais: converter nosso país, de uma nação dependente e de economia semicolonial em um país economicamente **independente**; converter a Guatemala, de um país atrasado e de economia predominantemente feudal em um país **moderno e capitalista**, e fazer com que essa transformação se leve a cabo de uma maneira que traga consigo a maior elevação possível no nível de vida das grandes massas populares. (HEMEROTECA, 2017, [s.p.]

Um cenário semelhante já havia acontecido anteriormente na Nicarágua. O processo revolucionário e nacionalista liderado por Augusto César **Sandino**, nos anos 1920 e 1930, que propunha reforma agrária e uma menor dependência dos EUA, também terminou com um golpe e uma ditadura apoiada militarmente pelo governo estadunidense. Sandino, mais tarde, seria recuperado como figura mítica por guerrilheiros dos anos 1960, agora com inspiração socialista, que colocariam fim à dinastia dos ditadores **Somoza** – e, novamente, já nos anos 1970, a CIA financiaria a oposição ao governo sandinista por meio de um famoso escândalo de venda de armas ilegalmente na administração de **Ronald Reagan**.

A partir dos anos 1950, a intervenção dos EUA em diversos países passou a se intensificar e se justificar pelo discurso da Guerra Fria. Ao final da Segunda Guerra Mundial, os antigos (e temporariamente) aliados EUA e URSS dividiriam o globo em áreas de influência e a disputa entre o capitalismo estadunidense e o socialismo soviético seria uma característica fundante da segunda metade do século XX. A partir do conflito, a identidade e a política dos EUA se recriam a partir do anticomunismo e da reafirmação “dos valores americanos”: liberdades individuais, livre concorrência e moral cristã. Portanto, a partir dos anos 1950, o questionamento do sistema capitalista ou da moral religiosa passa a ser encarado, por muitos, como uma traição à pátria e uma forte suspeita de Comunismo. Do mesmo modo, países vizinhos ou distantes que buscassem qualquer tipo de combate às desigualdades ou se afastassem politicamente dos EUA poderiam ser acusados de comunistas e, assim, se tornavam possíveis alvos de ações do governo estadunidense.

A paranoia anticomunista nos EUA teve seu auge durante o chamado **Macartismo**. Nos anos 1950, o senador **Joseph McCarthy** alegou ter uma lista de 200 comunistas infiltrados no governo estadunidense. O senado do país criou o “**Comitê de Atividades Antiamericanas**” para tratar de supostas traições à pátria. Se, por um lado, a espionagem era um fato da Guerra Fria, na cultura dos EUA, dos anos 1950, o medo da presença de agentes soviéticos e o sentimento anticomunista motivaram uma histeria coletiva que se espalhou para as artes e para as práticas cotidianas. No cinema, diversos artistas críticos das injustiças sociais foram considerados comunistas, como **Charles Chaplin**, proibido de retornar aos EUA. A lista de suspeitos de atividades antiamericanas incluía até mesmo figuras como o físico Albert Einstein. Funcionários públicos eram demitidos por denúncias anônimas de Comunismo, sem necessidade de provas. Cidadãos tomavam para si a função de vigiar escolas e bairros por possíveis comunistas. A liberdade de expressão no debate político, na imprensa e no cinema estava severamente cerceada.



Exemplificando

Figura 4.1 | Exemplos de propaganda anticomunista

At the Sign of THE UNHOLY THREE



Are you willing to PUT IN PAINS to the UNHOLY THREE all of the material, mental and spiritual resources of this GREAT REPUBLIC?

FLUORIDATED WATER

1—Water containing Fluorine (not poison—an antidote) is already the only water in many of our army camps, making it very easy for saboteurs to wipe out an entire camp personnel. If this happens, every citizen will be at the mercy of the enemy—already within our gates.

POLIO SERUM

2—Polio Serum, it is reported, has already killed and maimed children; its future effect on minds and bodies cannot be gauged. This vaccine drive is the entering wedge for nation-wide socialized medicine, by the U. S. Public Health Service, heavily infiltrated by Russian-born doctors, according to Congressman Clare Hoffman.) In enemy hands it can destroy a whole generation.

MENTAL HYGIENE

3—Mental Hygiene is a subtle and diabolical plan of the enemy to transform a free and intelligent people into a cowering horde of zombies.

Rabbi Spitta in the American Hebrew, March 1, 1946: “American Jews must come to grips with our contemporary anti-Semites; we must fill our minds with anti-Semitic literature.”

FIGHT COMMUNIST WORLD GOVERNMENT by destroying THE UNHOLY THREE!!! It is later than you think!

—THE AMERICAN COMMITTEE
Box 3084, Los Angeles 14, Calif. H. W. Cushman, Dir. Mar 30, 1953



Fonte: <https://en.wikipedia.org/wiki/File:Unholy_three.png>; <https://en.wikipedia.org/wiki/File:Is_this_tomorrow.jpg>. Acesso em: 6 set. 2017.

O primeiro cartaz (1955) convoca a população a lutar contra o Comunismo ao afirmar que o tratamento de **água com flúor, a vacina contra a poliomielite e a chamada saúde mental** (que começava a ser pregada pela psiquiatria da época) compunham um trio maldito, planejado pelos comunistas infiltrados para destruir a América e instituir um governo mundial. O segundo é um cartaz feito pelo próprio governo com os dizeres **é isto o amanhã?** e **América sob o comunismo**.

Na segunda metade da década de 1950, com a ausência de qualquer lista real do senador McCarthy, seu comitê perdeu força. Por outro lado, um evento renovaria o anticomunismo e o ímpeto intervencionista do governo dos EUA: **a Revolução Cubana**.

A ilha de Cuba, como vimos, havia se tornado uma espécie de protetorado dos EUA. Durante os anos 1950, o país era governado pelo ditador **Fulgencio Batista** (1952-1959) – mais um ditador de uma série de golpes e ditaduras que marcaram a política cubana – com apoio do governo estadunidense. Em Cuba, que também contava com um Comitê de Repressão às Atividades Comunistas, as liberdades políticas se extinguíam na mesma medida em que o fosso que separava a elite (os latifundiários do açúcar e tabaco, em especial) e os mais pobres se aprofundava. Os cassinos e a prostituição, proibidos nos EUA, eram financiados por mafiosos e atendiam à elite cubana e estadunidense. Foi nesse contexto que um grupo liderado pelo jovem advogado anti-imperialista **Fidel Castro** atacou um quartel do exército cubano no ano de 1953. A ação foi frustrada pelas tropas de Batista e, Castro, foi preso e julgado. Em seu exílio, no México (1955), ele se reuniu com outros militantes anti-imperialistas cubanos e latino-americanos, entre eles **Raul Castro** - seu irmão e atual governante cubano – e o argentino **Ernesto Che Guevara**.



Exemplificando

Defesa de Fidel Castro ao tribunal durante seu julgamento em 1953:

Cuba poderia abrigar perfeitamente uma população três vezes maior; não há, assim, razão para que exista miséria entre seus atuais habitantes. Os mercados



deveriam estar abarrotados de produtos; as dispensas das casas deveriam estar cheias; todos os braços poderiam produzir laboriosamente. Não, isso não é inconcebível. O inconcebível é que existam homens que se deitem com fome enquanto se deixe uma polegada de terra sem semear; o inconcebível é que existam crianças que morram sem assistência médica, o inconcebível é que trinta por cento de nossos camponeses não saibam assinar o próprio nome e que noventa e nove por cento não saiba a história de Cuba; o inconcebível é que a maioria das famílias de nossos campos estão vivendo em piores condições que os índios que Colombo encontrou ao descobrir a terra mais bonita que olhos humanos viram. [...]

Não podereis negar-me que o regime de governo que se impôs à nação é indigno de sua tradição e de sua história. [...] O direito de rebelião contra o despotismo, senhores magistrados, tem sido reconhecido, desde a mais distante antiguidade até o presente, por homens de todas as doutrinas, de todas as ideias e de todas as crenças. [...]

Quanto a mim, sei que a prisão será dura como não há sido nunca para ninguém, repleta de ameaças, de covardias e sádicas crueldades, porém não a temo, como não temo a fúria do tirano miserável que arrancou a vida de setenta irmãos meus. **Condenei-me, não importa. A história me absolverá.** (CASTRO, 2013, [1953] p. 150-157, grifo nosso)

O grupo formou uma diminuta guerrilha em seu retorno à Cuba. Apesar das derrotas iniciais, o apoio dos pequenos agricultores e trabalhadores rurais, somados à insatisfação com a ditadura de Batista, permitiram o crescimento do movimento. Aos poucos, o grupo cresceu e conseguiu tomar rádios oficiais e espalhar suas mensagens pelo país. A guerra de guerrilhas também se mostrou vitoriosa diante das tropas fiéis ao governo. Em 1959, com o restante do país dominado e com o apoio da maior parte da população, Castro marchou para a capital, Havana, enquanto Batista e parte da elite cubana buscavam exílio nos EUA. No momento de seu triunfo, a Revolução Cubana contava com um discurso fortemente nacionalista e de combate às desigualdades

sociais. O anti-imperialismo e, sobretudo, o Socialismo nos moldes soviéticos viriam a ser agregados nos anos seguintes. A reforma agrária foi uma das primeiras medidas implementadas pelo governo, que passou a combater profundamente a desigualdade social do país. Naquele momento, Cuba, seguindo a tradição da **Conferência de Bandung**, buscava uma postura de “**Não alinhamento**” diante do cenário da Guerra Fria, e Fidel Castro viajou para diferentes países em busca de aliados – inclusive, o próprio Estados Unidos. Mas com a expropriação de terras de cidadãos e empresas estadunidenses, o governo do país decidiu por cortar relações diplomáticas e impor o **embargo econômico à Cuba**, seguido pelas nações alinhadas aos EUA. Com as ações da potência capitalista para derrubar o governo – em especial, a **Invasão da Baía dos Porcos**, organizada pela CIA, em 1961 – e o apoio da União Soviética à economia cubana, Castro passaria a adotar o modelo socialista soviético no início dos anos 1960. Cuba se tornou, assim, o único país socialista do hemisfério ocidental, e apenas a alguns quilômetros do litoral da Flórida.



Refleta

Cuba: os dilemas da qualidade de vida e da liberdade política

A partir da Revolução Cubana, os índices de analfabetismo e mortalidade infantil foram combatidos pelo governo. Os investimentos em educação e saúde transformaram a vida da população. Dados como a expectativa de vida e o número de médicos por habitantes (um dos maiores do mundo) impressionam, ainda mais quando contrastados com os países caribenhos vizinhos. Por outro lado, o regime cubano jamais aceitou oposição política externa ao Partido Comunista Cubano e Fidel Castro permaneceu no poder continuamente entre 1959 e 2008. Opositores do regime foram acusados de traição e presos – fuzilamentos destes se repetiram em anos seguintes à Revolução. O governo cubano acusa os EUA e seu embargo pelo fechamento do regime. Os EUA acusam Cuba de desrespeitar as liberdades básicas dos indivíduos e os direitos humanos. É possível estabelecer a igualdade social sem liberdades individuais? Por outro lado, é possível falar em liberdades individuais quando se vive na miséria?

Leia mais sobre os EUA durante a Guerra Fria na seguinte obra:

FENELON, D. R. A **Guerra Fria**. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1983.



A Crise dos Mísseis

As imagens a seguir são do evento conhecido como *A Crise dos Mísseis*, que ocorreu na costa cubana e foi o momento mais tenso de toda a Guerra Fria, quase dando início a uma guerra nuclear entre EUA e URSS – provavelmente, uma Terceira Guerra Mundial.

Na primeira imagem, forças dos EUA monitoram o litoral cubano. Na segunda, temos a charge de Herblock, com o presidente John F. Kennedy e o primeiro ministro soviético Nikita Khrushchev, que se entreolham, ao dizer *Vamos arrumar um cadeado para essa coisa*, sobre um baú com um monstro em que se lê a inscrição *Guerra Nuclear*.

Figura 4.2 | O horizonte de uma guerra nuclear



Fonte: <<https://goo.gl/XR5j1c>>; <<https://goo.gl/Ba5eyV>>. Acesso em: 6 set. 2017.

O exemplo cubano seria tomado de diferentes maneiras. A esquerda latino-americana passou a olhar para Cuba como o modelo a ser seguido e lideranças, como Che Guevara, se tornariam figuras míticas para os movimentos dos anos 1960. Por outro lado, para os EUA e grupos alinhados à sua política externa, tratava-se de acabar com o regime cubano – a CIA admitiu oito tentativas de assassinar Castro – e, sobretudo, de como evitar que novas revoluções, como a cubana, acontecessem.

A partir dos anos 1960, a política intervencionista dos EUA assumiu formas cada vez mais agressivas.

A teoria estabelecida pelos governos de Kennedy e Lyndon Johnson era de que o Comunismo derrubaria a *Democracia* (nos termos adotados pela lógica da Guerra Fria) como peças de dominó, peça por peça atingindo a seguinte e assim por diante. Desse modo, cabia aos EUA entrar em ação para conter o processo. É por meio dessa lógica que se explica o maior conflito militar (e também a maior derrota) da história do país: a **Guerra do Vietnã**, entre 1955 e 1974. Nesse difícil conflito no distante país asiático, os Estados Unidos acreditavam combater a expansão do comunismo chinês na região e, para isso, bombardearam o país com o equivalente ao triplo do que foi utilizado por todos os países participantes da Segunda Guerra Mundial. Com o avanço dos vietnamitas, os EUA lançaram mão do alistamento obrigatório e viram, pela primeira vez em muito tempo, o *establishment* se dividir com protestos abertos na imprensa, como abordaremos na próxima seção.

Na América Latina, o cenário da Guerra Fria se misturou às dinâmicas locais: a manutenção das antigas oligarquias, as lutas pela terra e pela democratização do sistema político tomaram, aos poucos, as cores das ideologias em disputa naquele momento. Os regimes pró-EUA passam a ser assombrados pelo fantasma da Revolução Cubana – e os próprios combatentes do movimento, como Che Guevara, atuavam na guerrilha em outros países e treinariam seus agentes revolucionários. Em meio a esse contexto, em especial no Cone Sul, temos situações políticas exemplares dos impasses latino-americanos do período.

No Brasil, tema que não aprofundaremos aqui, o governo do varguista **João Goulart** havia sido derrubado em 1964 por militares com o apoio de industriais, latifundiários, Igreja Católica, grande parte das classes médias urbanas e da imprensa. A acusação principal: as reformas sociais propostas por Goulart seriam comunistas. O caso brasileiro – e o paraguaio, anterior – influenciaram processos semelhantes, de maneira ainda mais radical, na Argentina e no Chile.

No caso Argentino, a situação política estava ligada ao peronismo (como sempre). Após sua deposição em 1955, Juan Domingo **Perón** voltaria a ser presidente em 1973. No entanto, seu novo mandato foi abreviado por sua morte, em 1974, quando sua esposa e vice-presidente Isabel Perón assumiu o governo. Nesse momento, pequenas guerrilhas, como o Exército Revolucionário do Povo, atuavam em diminutas regiões do país. Em meio a um

cenário de crise política e econômica e insatisfação popular, os militares argentinos tomam o poder com o argumento de que o país passava por uma guerra civil. A violentíssima **ditadura militar argentina matou mais de 30 mil civis** entre os anos de 1976 e 1983. Acusados de subversão, de comunismo e até de “cripto-comunismo”, eram torturados e mortos sem qualquer julgamento. Os torturadores e militares contavam com o apoio dos serviços de inteligência dos EUA e da França para desenvolver seus métodos. Como o regime não admitia os assassinatos, os mortos eram considerados apenas “desaparecidos” pela ditadura.

O regime militar argentino, assim como os demais da região, tinha um discurso político ambíguo. Se, por um lado, reforçava o Nacionalismo - utilizando a exaustão símbolos pátrios, o ensino de uma história ufanista e eventos esportivos – por outro, política e economicamente, assumia uma posição de alinhamento aos EUA, atendendo aos interesses da potência capitalista. Desse modo, muitos países do Cone Sul aumentaram sua dependência junto aos EUA por meio do **Fundo Monetário Internacional (FMI)** e endossaram o embargo à Cuba.

O caso mais icônico entre os golpes militares sul-americanos, porém, é o chileno. Em 1970, o socialista-marxista **Salvador Allende** foi eleito presidente da república. Pela primeira vez uma liderança dessa ideologia chegava ao poder por vias eleitorais. Sua proposta era a de que o Socialismo viria pacificamente e democraticamente a partir de reformas sociais. Apesar do apoio popular e de sua ampla coalizão política, Allende e seus projetos estatizantes e de reformas – como a nacionalização dos minérios chilenos e a reforma agrária – desagradavam o governo dos EUA e a elite chilena. O Secretário de Estado do governo de Richard **Nixon**, Henry **Kissinger**, chegou a dizer:



Eu não vejo porque nós devemos ficar parados e assistir a um país se tornar comunista por irresponsabilidade de seu povo. O assunto é importante demais para deixarmos os eleitores chilenos escolherem por si mesmos. (CHOMSKY, 1994, p. 69)

No Chile, a elite local organizava boicotes cada vez mais severos: paralização dos transportes, estocagem de produtos para causar desabastecimento, inflação e insatisfação popular. Em comunicado aos seus militares, o presidente Nixon pediu: “façam a economia

gritar” (CHOMSKY, 1994, p. 69).

Foi nesse contexto que, em 11 de setembro de 1973, os militares chilenos derrubaram a Democracia mais antiga da América Latina. Liderados pelo gral. **Augusto Pinochet**, a junta militar chilena, apoiada pelas forças armadas dos EUA, depuseram o governo Allende e impuseram uma ditadura que duraria até o ano de 1990, com o saldo de 40 mil civis mortos. Os militares apoiados pela CIA, pelo partido democrata cristão, pelo partido nacional e pelos movimentos políticos formados pela elite local, como o grupo fascista *Patria y libertad*, chegaram ao poder não apenas pela força militar, mas também por meio de estratégias econômicas vindas dos EUA. O Chile de Pinochet se tornou aliado inquestionável dos EUA, membro da OTAN e, nos anos seguintes, serviria de laboratório para a doutrina neoliberal.

Sem medo de errar

Para entendermos o debate presente na entrevista é necessário não só o entendimento da Revolução Cubana, mas também da Guerra Fria nas Américas e das ações dos EUA – e, em menor medida, da URSS – em diferentes países de nosso continente. Temos, portanto, uma grande riqueza de temas para serem tratados.

Alguns trechos da entrevista podem ser trabalhados diretamente a partir do conteúdo das aulas. Um deles é a situação de Cuba diante do embargo econômico dos EUA. Jornalista e entrevistada debatem sobre as causas e consequências do embargo: o embargo é a desculpa utilizada pelo governo cubano para manter o poder centralizado? Ou é o embargo, junto das ações do governo dos EUA para desestabilizar o regime cubano, que pressiona pela repressão política na ilha? Temos, nesse trecho, um espaço para interpretações e longos debates: enquanto a blogueira aponta para a censura que sofre na imprensa oficial (um dado concreto), o jornalista destaca o financiamento dos EUA a agentes e ações terroristas contra o governo cubano (outro dado igualmente concreto). Alguns temas deste debate estão, portanto, abertos à discussão e podem ser vistos de diferentes maneiras de acordo com a perspectiva adotada. Essa troca de opiniões em sala deve ser estimulada e é essencial que os estudantes desenvolvam sua argumentação a partir de dados concretos, mesmo que eles possam ser interpretados de mais de uma maneira. Mas é igualmente importante que o professor saiba

trabalhar em sala os limites dessas narrativas ou das interpretações possíveis historicamente.

Um caso exemplar é o debate sobre as conquistas e os retrocessos a partir da Revolução, que também encontramos na entrevista. É possível saber quais são, efetivamente, os dados sociais das conquistas reafirmadas constantemente pelo regime cubano e seus apoiadores? Quais seriam estes dados? O trecho exposto, a seguir, pertence ao Banco Mundial e foi utilizado pelo jornalista Salim Lamrani em sua entrevista:



Cuba é internacionalmente reconhecida por seus êxitos no campo da educação e da saúde, com um serviço social que supera o da maior parte dos países em desenvolvimento e, em certos setores, comparável ao dos países desenvolvidos. Desde a Revolução cubana de 1959 e do estabelecimento de um governo comunista com partido único, o país criou um sistema de serviços sociais que garante o acesso universal à educação e à saúde, proporcionado pelo Estado. Este modelo permitiu que Cuba alcançasse uma alfabetização universal, a erradicação de certas enfermidades, o acesso geral à água potável e a salubridade pública de base, uma das taxas de mortalidade infantil mais baixas da região e uma das maiores expectativas de vida. (...) Segundo os índices de desenvolvimento do mundo em 2002, Cuba supera amplamente a América Latina e o Caribe e outros países com renda média nos mais importantes indicadores de educação, saúde e salubridade pública. (SAMRANI, 2013, [s.p.]

Esses dados foram apresentados por uma das grandes instituições capitalistas do mundo e são repetidos por diferentes fontes de distintas bandeiras ideológicas. É importante, dessa forma, que os estudantes consigam utilizar diferentes fontes e, por meio do cruzamento delas, entendam os limites da interpretação do processo histórico. Qualquer explicação histórica precisa partir de bases materiais e nem toda interpretação é historicamente correta. A complexa situação política de Cuba não pode, assim, ser reduzida a um discurso de condenação ou louvor acrítico que ignore a longa história de transformação e de conflitos do antigo protetorado dos EUA.

Faça valer a pena

1. A imagem, a seguir, é o selo encontrado nos comunicados do líder revolucionário Augusto César Sandino. Nela, *um marine* dos EUA é decapitado por um revolucionário sandinista, com os dizeres “pátria e liberdade”.

Figura 4.3 | Sandino



Fonte: <<http://www.manfut.org/museos/sandseal.jpg>>. Acesso em: 6 set. 2017.

Considerando o movimento político liderado por Sandino, podemos afirmar corretamente que:

- A Revolução Nicaraguense foi um sucesso e uma das raras derrotas militares dos EUA, juntamente com a Guerra do Vietnã.
- A intervenção dos EUA na Nicarágua e na América Central se relacionava, nos anos 1930, com o clima político gerado pela Guerra Fria.
- A intervenção dos EUA na Nicarágua e na América Central se relacionava, nos anos 1930, aos interesses das grandes empresas estadunidenses.
- A luta para acabar com a ditadura de Sandino foi apoiada pelo governo dos EUA, que permitiu a instalação da democracia a partir de Somoza.
- A luta sandinista, derrota a partir da morte de seu líder, jamais se recuperou na Nicarágua.

2. O texto, a seguir, é a sinopse do filme *Platoon*, de 1987, de Oliver Stone.

Chris (Charlie Sheen) é um jovem recruta recém-chegado a um batalhão americano em meio à Guerra do Vietnã. Idealista, Chris foi um voluntário para lutar na guerra pois acredita que deve defender seu país, assim como fizeram seu avô e seu pai em guerras anteriores. Mas aos poucos, com a convivência dos demais recrutas e dos oficiais que o cercam, ele vai perdendo sua inocência e passa a experimentar de perto toda a violência e loucura de uma carnificina sem sentido.



A respeito da participação dos EUA no conflito descrito no texto, é correto afirmar que:

- a) Após as revoluções socialistas pelo mundo, como a chinesa, a preocupação dos governos dos EUA com a expansão do comunismo deu aos presidentes do país apoio para guerras em regiões distantes.
- b) Nesse caso específico, a Guerra do Vietnã está mais ligada aos interesses dos EUA nos recursos minerais e estratégicos do país do que na luta política da Guerra Fria.
- c) A Guerra do Vietnã contribuiu para aumentar o sentimento “pró-guerra” anticomunista típico da Guerra Fria.
- d) A vitória dos EUA no Vietnã consolidou o clima vitorioso da cultura do país no clima da Guerra Fria.
- e) A derrota dos EUA no Vietnã acabou com a possibilidade do governo se basear na lógica da Guerra Fria para se legitimar.

3. Leia a notícia, a seguir, e responda à questão:



Argentina condena ex-juízes à prisão perpétua por crimes da ditadura.

A justiça argentina condenou à prisão perpétua doze pessoas por crimes contra a humanidade cometidos durante a ditadura, incluindo quatro ex-juízes federais, segundo informações do Centro de Informação Judicial da Corte Suprema em Buenos Aires.

Outros 13 argentinos foram condenados a penas entre 3 a 20 anos e três foram absolvidos. Esse é o quarto e mais importante julgamento de crimes contra a humanidade realizado na cidade de Mendoza.

Os condenados foram acusados de delito contra 110 pessoas, das quais 52 ainda permanecem desaparecidas. O processo inclui casos como o de Celina Manrique Terrera, sequestrada quando tinha apenas oito meses de idade.

O julgamento começou em fevereiro de 2014 e levou em consideração crimes acontecidos entre 1975 e 1979, cometidos pela polícia de Mendoza, assim como a cumplicidade dos juízes que se abstiveram de investigar os casos. Mais de 200 testemunhas contribuíram com seus relatos para esse processo, o primeiro a analisar o sequestro de um menor enquanto seus pais permaneciam em cativeiro.

De acordo com organizações humanitárias, a ditadura argentina, que durou de 1976 a 1983, deixou 30 mil

desaparecidos e cerca de 500 bebês foram roubados ao nascimento, dentre os quais 122 puderam recuperar suas identidades graças ao trabalho da Associação Abuelas de Plaza de Mayo.

A derrogação em 2005 da lei de anistia para autores de crimes contra a humanidade permitiu a realização de 689 condenações por tortura, sequestro e assassinato de opositores, segundo um relatório judicial de 2016.

(Disponível em: <<http://br.rfi.fr/americas/20170727-argentina-condena-ex-juizes-prisao-perpetua-por-crimes-da-ditadura>>. Acesso em: 6 set. 2017).

A notícia anterior permite refletir a respeito das características da ditadura civil-militar na Argentina, pois:

- a) Mostra como apenas as pessoas que cometiam crimes contra a pátria foram perseguidas pela Ditadura.
- b) Expõe a fraqueza da população diante da opressão dos militares, sem qualquer tipo de resistência.
- c) Permite pensar sobre como os outros poderes do país colaboraram com os militares.
- d) Processos como o narrado na notícia são resultado do revanchismo dos comunistas que governam a Argentina.
- e) A noção de anistia na Argentina, assim como no Brasil, perdoa os crimes cometidos por agentes do Estado.

Seção 4.2

América Latina e a nova ordem mundial

Diálogo aberto

Bem-vindo a mais esta seção, caro estudante. Seguiremos com nossos estudos sobre a América no século XX e abordaremos muitos temas ainda em destaque na vida política de nossas sociedades. É muito importante que você saiba que nossos apontamentos são apenas uma base inicial para que aprofunde seus estudos em temáticas que demandam muitas e muitas páginas e anos de leitura. Acreditamos que apenas uma compreensão mais complexa e que evite os esquematismos simplistas poderão apontar para a construção de uma política digna de representar os anseios da população e a criação de uma sociedade mais justa.

A sala de aula não está isolada da sociedade e as discussões que mobilizam a imprensa inevitavelmente chegam ao ambiente escolar. As informações dispersas do noticiário, muitas vezes, se misturam às narrativas familiares sobre o passado recente e constituem histórias muito particulares – senão completamente equivocadas – para muitos jovens e adultos. Nesse sentido, imagine que você, como professor do ensino médio, ao começar a abordar as ditaduras latino-americanas, é interpelado a todo o momento. Alguns dos estudantes se queixam do uso do termo “ditadura”, enquanto outros questionam o próprio sistema democrático em detrimento do que alguns familiares diziam sobre os “bons tempos” da Ditadura. Como você lidaria com esse tipo de questionamento? Quais conceitos mobilizaria para produzir uma reflexão histórica sobre o autoritarismo em nosso continente no século XX?

Não pode faltar

Entender as histórias dos países americanos nos séculos XX e XXI, como vimos, passa por compreender as relações internacionais que se estabelecem em um jogo de interesses que quase sempre envolve a maior potência econômica do mundo e as dinâmicas do capitalismo internacional nas últimas décadas. No entanto, os

movimentos que estudamos até aqui *também* devem ser entendidos a partir de dinâmicas próprias e locais. Trataremos aqui de delinear alguns traços desse cenário na segunda metade do século XX, assim como pensar os movimentos de resistência aos regimes autoritários que começamos a abordar na última seção.

Um dos movimentos de resistência e transformação social mais bem-sucedidos do século XX foi resultado da luta pelos direitos civis dos afro-americanos nos Estados Unidos a partir dos anos 1950 e 1960. Como estudamos na unidade anterior, a discriminação contra a população negra nos EUA era institucionalizada, sobretudo nos estados do Sul, onde o voto dessa população era obstaculizado de diferentes maneiras. Foi nesse contexto de profunda injustiça que importantes lideranças se destacaram: nomes como **Rosa Parks, Malcolm X e Martin Luther King Jr.** passariam a simbolizar a luta pelos direitos civis da população afro-americana.

Rosa Parks, antiga militante do movimento negro, protagonizou um dos incidentes mais famosos da crescente luta por igualdade racial nos EUA, no ano de 1955. Na cidade de Montgomery, no estado do Alabama, Parks, ao voltar do trabalho, ocupou um assento destinado aos passageiros brancos e, quando foi abordada pelos passageiros e pelo motorista, se recusou a levantar. Feito isso, ela foi levada à delegacia e presa. A partir daí diversos movimentos organizaram um boicote contra as empresas de ônibus da cidade e a polêmica ganhou repercussão em todo país. Nesse momento, lideranças, como Martin Luther King Jr. – um jovem pastor, doutor em teologia e militante da causa afro-americana – utilizaram o evento como símbolo da luta dos negros por direitos iguais.



Exemplificando

Rosa Parks e a luta por direitos civis

Na primeira foto, Rosa Parks é registrada em sua prisão, em 1955. Na segunda, em 1956, ela aparece com o jovem Martin Luther King Jr. durante o boicote às empresas de ônibus. Lembrada, normalmente, por essa situação, Parks era uma militante de longa data, tendo buscado junto à justiça seu direito ao voto antes do sucesso das lutas pelos direitos civis.

Figura 4.4 | Rosa Parks



Fonte: <<https://goo.gl/j76NCG>>; <<https://goo.gl/zcx1qB>>. Acesso em: 6 set. 2017.

A escalada das lutas do movimento negro, que havia começado muitas décadas antes, resultou em uma série de conquistas a partir da segunda metade dos anos 1950. Processos judiciais junto às universidades e escolas comprovavam a falácia da igualdade jurídica entre brancos e negros. Governos estaduais e federal entravam em conflito a respeito das garantias constitucionais à população negra. O exército foi utilizado em algumas ocasiões – tanto para reprimir protestos da comunidade afro-americana quanto para garantir que crianças e jovens negros pudessem ir a escolas e universidades. O movimento ganhou apoio de setores da mídia, além dos grupos progressistas. O discurso da Guerra Fria, que pregava os EUA como a nação da liberdade e da democracia em oposição à tirania soviética, soava profundamente hipócrita diante de seu regime de segregação racial. Nesse contexto, a Suprema Corte e os governos democratas de **John Kennedy** – assassinado em 1963 – e **Lyndon Johnson** (presidente entre 1963 e 1969) cederam à pressão das manifestações assinando a **Lei dos direitos civis**, em 1964, que deu fim às leis *Jim Crow*, ainda existentes em muitos estados, e oficializou o fim da segregação institucionalizada. A partir desse momento, o eleitorado do partido democrata e republicano cristalizou uma mudança iniciada no *New Deal*: o eleitorado branco e sulista adotou majoritariamente o **Partido Republicano** em resposta à associação do **Partido Democrata** à lei dos direitos civis e à intervenção da federação em leis estaduais.



Discurso de Martin Luther King Jr. em 1963:

Cem anos atrás um grande americano, em cuja sombra simbólica nos encontramos hoje, assinou a proclamação da emancipação [dos escravos]. [...]

Mas, cem anos mais tarde, o negro ainda não está livre. Cem anos mais tarde, a vida do negro ainda é duramente tolhida pelas algemas da segregação e os grilhões da discriminação. [...]

[...] Não haverá descanso nem tranquilidade na América até que o negro receba seus direitos de cidadania. Os turbilhões da revolta continuarão a abalar as fundações de nossa nação até raiar o dia iluminado da justiça. [...]

Digo a vocês hoje, meus amigos, que, apesar das dificuldades de hoje e de amanhã, ainda tenho um sonho.

É um sonho profundamente enraizado no sonho americano.

Tenho um sonho de que um dia esta nação se erguerá e corresponderá em realidade o verdadeiro significado de seu credo: 'Consideramos essas verdades manifestas: que todos os homens são criados iguais'.

Tenho um sonho de que um dia, nas colinas vermelhas da Geórgia, os filhos de ex-escravos e os filhos de ex-donos de escravos poderão sentar-se juntos à mesa da irmandade. [...]

Tenho um sonho de que meus quatro filhos viverão um dia em uma nação onde não serão julgados pela cor de sua pele, mas pelo teor de seu caráter. Tenho um sonho hoje.

[...] E quando isso acontecer, quando deixarmos a liberdade ecoar, quando a deixarmos ressoar em cada vila e vilarejo, em cada Estado e cada cidade, poderemos trazer para mais perto o dia que todos os filhos de Deus, negros e brancos, judeus e gentios, protestantes e católicos, poderão se dar as mãos e cantar, nas palavras da velha canção negra, "livres, enfim! Livres, enfim! Louvado seja Deus Todo-Poderoso. Estamos livres, enfim!" (PREVIDELLI, 2013, [s.p.])





Malcom X

Diferentemente do discurso de integração e não violência pregado por Luther King, Malcom X, outra importante liderança do momento, pregava que a resistência à agressão racista deveria utilizar a força e que, enquanto o país não fosse recriado em suas bases, o racismo existiria. Sua história de vida exemplifica seu argumento: seus pais precisaram se mudar diversas vezes por conta da perseguição racista e, ao fim, seu pai foi assassinado pela KKK. Mais controverso que King, Malcom X foi acusado de incitar o ódio contra os brancos. Leia sua resposta a esse argumento.



– Sr. Malcolm X, por que prega a supremacia negra e o ódio? [...] O homem branco culpado, de duas caras, não consegue determinar o que ele quer. Nossos antepassados escravos teriam sido executados se defendessem a suposta 'integração' com o homem branco. Agora, quando pregamos a 'separação', o homem branco nos chama de 'pregadores do ódio' e 'fascistas'... O homem branco perguntar ao homem preto se ele o odeia é a mesma coisa que o estupro perguntar ao estupro ou o lobo perguntar ao cordeiro: 'Você me odeia?' O homem branco não tem moral para acusar ninguém de ódio. (MALCOM X, 1965 apud RODRIGUES, 2010, p. 86)

Malcom X acreditava que a única maneira de um oprimido acabar verdadeiramente com a opressão era por meio da rebelião e do uso da força. Infelizmente, ele acabou sendo assassinado em 1965, tendo o pacifista Luther King o mesmo fim, em 1968. Como você vê o debate de ideias entre King e Malcom X?

Nos anos 1960, a luta pelos direitos civis se juntou a várias outras em um cenário de efervescência cultural: em um plano midiático, o elogio à rebeldia e à transformação nos costumes da juventude a partir da geração *baby boomer* e do *rock'n'roll*; em um plano social e político, a luta feminista ganhou novo fôlego nos EUA e no mundo e, ao mesmo tempo, a **Guerra do Vietnã** reunia diferentes militâncias contra o conflito e o envio de tropas ao distante país asiático. Em

meio ao crescimento das economias ocidentais e do *Welfare State*, a juventude “que amava Beatles e Rolling Stones” (MIGLIACCI; MORANDI, 1966, [s.p.]) se manifestava em todo o hemisfério.



Exemplificando

Figura 4.5 | Olimpíada no México, O Massacre de Tlatelolco e os Panteras Negras



Fonte: <<https://goo.gl/Y3Vzux>>; <<https://goo.gl/QDWI9B>>. Acesso em: 6 set. 2017.

Durante os jogos olímpicos de 1968, os estudantes mexicanos se uniram em protestos por democracia e contra a continuidade do Partido Revolucionário Institucional no poder. O exército mexicano, comandado pelo presidente Díaz Ordaz, foi utilizado na repressão contra os estudantes e centenas de jovens foram assassinados em um evento conhecido como *O Massacre de Tlatelolco*. Ainda nos jogos olímpicos da Cidade do México, outro evento ganharia a atenção da imprensa internacional: um pódio das provas do atletismo com os afro-americanos Tommie Smith e John Carlos e o australiano Peter Norman. Durante o hino dos Estados Unidos, Carlos e Smith fizeram a saudação dos **Panteras Negras**, movimento negro inspirado em Malcom X (Peter Norman utilizou o selo do *Projeto Olímpico pelos Direitos Humanos*). Os três atletas foram duramente criticados pelo comitê olímpico e pela imprensa de seus países pelo protesto.

No entanto, apesar do clima revolucionário, uma maioria silenciosa e crítica das transformações dos costumes e da sociedade seguiu decidindo muitos dos rumos da política nos EUA e no mundo. O conservador republicano **Richard Nixon** saiu vitorioso das eleições de 1969 (assim como o colonialista De Gaulle, na França), com um discurso que afirmava que as mudanças tinham ido longe demais. Nixon deu novas proporções ao conflito no Vietnã, com bombardeios intensos, e endureceu o discurso da Guerra Fria, sobretudo no apoio

aos regimes autoritários latino-americanos. Ao final, sua presidência foi marcada pelo fracasso no Vietnã e por um dos processos mais polêmicos da história política dos EUA: o escândalo do **Watergate**. Usando agentes do governo, Nixon espionou a convenção do Partido Democrata e a revelação do caso gerou sua renúncia em 1974.

Após o hiato democrata representado pela presidência de **Jimmy Carter**, os republicanos permaneceram no poder seguidamente por 12 anos com **Ronald Reagan** e **George H. W. Bush**. O ex-ator Reagan aumentou os gastos militares – em projetos mirabolantes como o *Guerra nas Estrelas* – ao mesmo tempo em que argumentava pela diminuição do Estado. Baseado nas ideias da **Escola de Chicago**, experimentadas na ditadura chilena de **Pinochet**, Reagan apoiou o **Neoliberalismo**, uma visão de economia que retomava grande parte do ideário liberal anterior à crise de 1929, criticava as políticas estabelecidas pelo *New Deal* e a lógica do Estado de bem-estar social. Essa doutrina passaria a ser base das políticas econômicas impostas aos países dependentes dos EUA por meio de instituições como o **Fundo Monetário Internacional**. No período final da Guerra Fria, com a gradual abertura da URSS, o discurso da liberdade econômica contrastava com o apoio aos regimes autoritários latino-americanos e ao *apartheid* na África do Sul.



Pesquise mais

Fidel Castro e Nelson Mandela versus Henry Kissinger

O envio de tropas cubanas em auxílio das independências de Angola e Namíbia e contra as tropas da África do Sul do *Apartheid* geraram uma profunda amizade entre **Fidel Castro** e **Nelson Mandela** – Cuba foi o primeiro país a ser visitado por Mandela após sua eleição. No entanto, o governo dos EUA, por meio de seu secretário de Estado, **Henry Kissinger**, planejou bombardear Cuba em represália por sua atuação. O temor de um envolvimento da URSS evitou o ataque e os documentos do plano vieram à público décadas depois. Pesquise mais a respeito da complexa relação das políticas externas entre Cuba, EUA e as independências africanas.

Na América Latina, os ventos da revolução não viriam apenas de Cuba ou da relação com os EUA. Diferentes movimentos nacionalistas, fortemente calcados no discurso da igualdade social, eram experimentados em países como Peru, Brasil e Argentina.

Ao mesmo tempo, as ideias do Socialismo – de influência cubana, soviética ou maoísta – se misturavam às tradições locais de luta pela terra e combate às desigualdades. É o caso da **Teologia da Libertação**. Realizada em 1968, a Segunda Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano em Medellín, Colômbia, gerou um movimento de profundo questionamento da situação política e econômica da América Latina. Os padres e bispos da Teologia da Libertação consideravam os evangelhos uma mensagem não apenas de graça, mas também de transformação social e combate à pobreza. O texto final da Conferência (1968) dizia:

Assim, como outrora Israel, o antigo Povo, sentia a presença salvífica de Deus quando ele o libertava da opressão do Egito, quando o fazia atravessar o mar e o conduzia à conquista da terra prometida, assim também nós: novo povo de Deus não podemos deixar de sentir seu passo que salva, quando se diz o “verdadeiro desenvolvimento, que é, para cada um e para todos, a passagem de condições de vida menos humanas para condições mais humanas. Menos humanas: as carências materiais dos que são privados do mínimo vital e as carências morais dos que são mutilados pelo egoísmo. Menos humanas: as estruturas opressoras que provenham dos abusos da posse do poder, das explorações dos trabalhadores ou da injustiça das transações. Mais humanas: a passagem da miséria para a posse do necessário, a vitória sobre as calamidades sociais, a ampliação dos conhecimentos, a aquisição da cultura. Mais humanas também: o aumento na consideração da dignidade dos demais, a orientação para o espírito de pobreza, a cooperação no bem comum, a vontade de paz. Mais humanas ainda: o reconhecimento, por parte do homem, dos valores supremos e de Deus, que deles é a fonte e o fim. Mais humanas, finalmente, e em especial, a fé, dom de Deus acolhido pela boa vontade dos homens e a unidade na caridade de Cristo, que nos chama a todos a participar como filhos na vida de Deus vivo, Pai de todos os homens”



O movimento foi duramente combatido pelo Papa **João Paulo II** e pelo cardeal Ratzinger – futuro **Bento XVI** – com diversos padres punidos e expulsos da Igreja. Ainda assim, a proliferação dessa nova fé foi inevitável e a interpretação do catolicismo como combate às desigualdades deu origem a uma série de movimentos de esquerda em todo o continente americano. No caso brasileiro, vários foram os exemplos notáveis: a ação de denúncia contra os crimes cometidos pela Ditadura Militar, a atuação da Pastoral da Terra e seu apoio aos movimentos de trabalhadores rurais contra os latifúndios e sua forte presença no nascimento do **Partido dos Trabalhadores**.

Na Argentina, a influência do socialismo católico e de setores de esquerda do peronismo deu origem aos **Montoneros**. Esse grupo havia produzido uma leitura socialista radicalizada do **peronismo**: atuando como braço armado na década anterior ao retorno de Perón do exílio, estiveram entre os principais responsáveis pela volta do ex-presidente e pela queda da ditadura militar que o havia deposto. No entanto, durante o último governo de Perón, os montoneros enfrentaram um rompimento com seu líder e, posterior à sua derrota para setores mais conservadores do peronismo, tornaram-se um grupo mais isolado durante o governo de Isabelita Perón (vice e viúva de Juan Domingo). Quando os militares voltaram ao poder pelo golpe de 1976, os montoneros se tornaram o principal alvo da repressão: em poucos anos, milhares de jovens militantes seriam assassinados – chamados de “desaparecidos” pelo Regime.

Foi nesse contexto que surgiu um dos movimentos de resistência mais icônicos da América: **as Mães da Praça de Maio** (*Madres de Plaza de Mayo*). Em 1977, um ano após o golpe, um grupo de mães de desaparecidos em Buenos Aires se uniu em protesto, em frente ao palácio presidencial argentino, na Praça de Maio. Com fraldas em suas cabeças, simbolizando a maternidade, pediam uma resposta do governo sobre o paradeiro de seus filhos. Como muitas jovens grávidas haviam sido levadas pelos agentes da ditadura, as Mães da Praça de Maio também exigiam seus netos.



Figura 4.6 | As Mães da Praça de Maio



Fonte: <<https://goo.gl/9ce9A7>>. Acesso em: 6 set. 2017.

Manifestação das Mães da Praça de Maio em 1982. A faixa, ao centro, diz *Que apareçam com vida os 30.000 desaparecidos* e, entre fotos dos filhos desaparecidos, ao fundo, lê-se *Onde estão as centenas de bebês nascidos em cativeiro? Avós da Praça de Maio*.

Os movimentos de contestação rivalizavam não apenas com as forças da repressão, mas também com o sentimento ufanista reforçado pelo regime. No caso da Argentina, em eventos como a Copa de 1978, as Mães da Praça de Maio chegaram a ser hostilizadas pelos torcedores da seleção de futebol. É a partir desse complexo jogo entre lutas contra o governo e apoio ao regime de repressão que a historiografia contemporânea fala de “Ditaduras **Civis**-Militares”, de modo a destacar o apoio de determinados grupos aos regimes autoritários latino-americanos. Nos casos brasileiro, argentino e chileno, por exemplo, diversos relatos apontam para a participação de empresários não somente no financiamento do regime ou de milícias de extermínio para militares, mas também diretamente em sessões de tortura. Enquanto setores da Igreja, alinhados à teologia da libertação, combatiam os governos autoritários, outros, mais conservadores, defendiam e minimizavam as ações das ditaduras.

Como esses elementos mostram, entender os regimes militares latino-americanos e as lutas de resistência que surgiram nos anos 1960 e 1970 exige refletir sobre distintos interesses – que vão da Guerra Fria à disputa pela terra – e isso não é um processo que pode ser reduzido aos interesses políticos do presente ou a jargões simplistas.

Cinema e ditaduras

A respeito das complexas dinâmicas dos regimes militares, o filme *Memórias do Chumbo – o futebol nos tempos do Condor* (Lúcio de Castro, BRA, 2007) mostra o funcionamento da **Operação Condor**, ação conjunta das ditaduras do Cone Sul para perseguição e troca de informações de possíveis subversivos com apoio da CIA. A obra ainda trata os usos que os governos fizeram do futebol naquele momento para unir a sociedade e disfarçar as mazelas do país.

Outro filme importante para pensarmos a atuação da sociedade civil e do empresariado durante os regimes militares é *Cidadão Boisen* (Chaim Litewski, BRA, 2009), que narra o apoio e a participação de Henning Albert Boilesen, presidente do poderoso grupo Ultra (a quarta maior empresa brasileira), entusiasta das ações de tortura da ditadura brasileira.

A respeito do caso chileno, *A Batalha do Chile* (Patricio Guzmán, FRA, 1975) é um detalhado e essencial documentário sobre o processo de golpe, manutenção e resistência à ditadura de Augusto Pinochet.

No caso chileno, a diversidade de bandeiras e conflitos políticos do período democrático contrastaram com a silenciadora ditadura de Pinochet. Os militares, com o apoio de empresários e latifundiários e suporte técnico da CIA, iniciaram buscas em fábricas estatizadas e sindicatos em busca de armas entre os apoiadores de Allende. Estádios de futebol se tornaram campos de concentração para aqueles que resistiam à ditadura.

Em meio aos horrores do terrorismo de Estado, muitos militantes políticos do Chile, da Argentina, do Brasil e do Uruguai se refugiaram no México, que permanecia, ao menos oficialmente, uma Democracia. "Uma ditadura perfeita" (LLOSA, 1990 apud KRAUZE, 2012, [s.p.]), disse o escritor Mario Vargas Llosa a respeito do governo mexicano em que todas as eleições eram vencidas pelo partido oficial. A manutenção do PRI no poder deu-se a partir de um conluio com os grandes meios – televisivo, em especial – e uma longa rede política e de manipulação das eleições. No caso mexicano, o alinhamento com os EUA acontecia por meio da economia e de maneira menos explícita na política: apesar do discurso nacionalista, presidentes como Adolfo López Mateos, Gustavo Díaz Ordaz e Luis Echeverría eram também agentes

pagos secretamente pela CIA. As antigas ideias de transformação social contidas na Revolução Mexicana e no cardenismo se tornaram meramente retóricas. Como os demais países latino-americanos fariam em maior ou menor grau, o México adotaria, progressivamente, as políticas econômicas neoliberais dos EUA por meio de instituições como o FMI, agravando sua dependência com os empréstimos e o crescimento de sua dívida externa.



Exemplificando

Dívidas e dependência econômica

Matéria assinada por Jean François Boy para o *Le monde diplomatique*:

Essa dependência financeira dos setores estadunidenses mais conservadores teve o efeito de uma coleira no pescoço dos governos sucessivos do país em matéria de política externa, os quais tudo fizeram para não criar atritos com os grupos industriais e financeiros que mantêm a economia mexicana funcionando”, constata o analista econômico Rogelio Ramirez. Nessas condições, “não é necessário que os Estados Unidos acenem com qualquer ameaça para obrigar o México a renunciar a certas posições”, analisa Jorge Castañeda, ex-ministro das Relações Exteriores do governo de Vicente Fox. Isso porque, a cada cinco ou seis anos, desde 1982, o país está em crise, à beira da falência, e são sempre os estadunidenses que salvam a lavoura... (BOYER, 2011, [s.p.])



A América ingressaria na *Nova Ordem Mundial*, o cenário de fim da Guerra Fria em que o Neoliberalismo apareceria como único caminho – não sem resistência de diversos movimentos, que estudaremos na próxima seção.

Sem medo de errar

Ao abordar as falas dos estudantes, sobretudo quando se misturam a memórias e narrativas familiares, é importante, como sempre, respeitar seu direito de questionar e expressar seus conhecimentos prévios. No entanto, é relevante expor, com clareza, que nem toda

narrativa é aceita pela verificação histórica dos fatos. A discussão de temas históricos só pode acontecer a partir de evidências concretas.

Assim, quando um estudante fala de uma “boa vida” na ditadura, é importante que o professor tenha à mão os dados econômicos mais amplos, saiba apontar quais classes se beneficiaram com aquele regime e apontar se o caso narrado pelo aluno é, ou não, uma exceção. Além disso, é importante que o professor saiba contextualizar todos os dados apresentados por ele e pelos estudantes. No caso da ditadura chilena, por exemplo, é comum alegar o crescimento econômico nos anos que se seguiram ao golpe – no caso brasileiro, o breve “Milagre Econômico”. Por outro lado, a economia chilena estava em crise durante a democracia em grande parte justamente pelo boicote dos grupos que tomaram o poder com os militares.

Frases prontas e ideias comumente repetidas também podem ser repensadas pelo professor a partir dos conteúdos trabalhados. Quando os alunos repetem a retórica ditatorial, ao dizer, por exemplo, que só foram perseguidos aqueles que queriam implementar o Comunismo, casos como os das Mães da Praça de Maio e os bebês sequestrados pelos militares são ótimos exemplos para reavaliar as ações do terrorismo de Estado e seu suposto caráter reativo.

Faça valer a pena

1. Leia a notícia, a seguir, e responda à questão:



Anticomunista, Ronald Reagan não citou União Soviética na posse.

A expectativa com a posse de Donald Trump nesta sexta muito se assemelha àquela em relação ao ex-presidente americano Ronald Reagan (1911-2004), em 1981, principalmente quanto ao discurso inaugural.

Também republicano e tão midiático quanto o futuro presidente dos EUA, Reagan venceu o democrata Jimmy Carter, então ocupante da Casa Branca, que em seu governo viu a inflação dobrar e o desemprego e a taxa de juros se elevar.

Por Reagan ser considerado um belicista e anticomunista, todos esperavam por um discurso inflamado do ex-ator contra a União Soviética e o Irã. Mas não foi isso o que aconteceu, de acordo com o jornalista Paulo Francis, em

texto publicado na Folha em 21 de janeiro daquele ano.

"O mais interessante no curto discurso de Ronald Reagan foi o que ele não disse. Reagan não mencionou a URSS. Avisou aos inimigos da liberdade (sic) que os EUA estão dispostos a negociar e a se sacrificarem, mas não a se renderem. Mais significativo, não disse uma palavra sobre o rearmamento nuclear", escreveu o correspondente.

O republicano deixou de lado ataques a nações rivais para falar sobre ajustes nas contas do governo e medidas para melhorar a economia.

A respeito de Ronald Reagan e das políticas econômicas implantadas por ele, podemos afirmar corretamente que:

- a) O anticomunismo era um de seus princípios porque Reagan era defensor da Social Democracia e do *Welfare State*.
- b) A condenação de Reagan ao comunismo era meramente retórica, por isso, ele não adotou esse tema em seu discurso inaugural.
- c) Reagan junto de governantes, como Margareth Thatcher, inauguraram uma série de políticas que reforçaram a igualdade social no mundo capitalista.
- d) A expressão "Avisou aos inimigos da liberdade", utilizada pelo correspondente, mostra o alinhamento do jornalista brasileiro ao discurso dos EUA durante a Guerra Fria.
- e) Reagan não abordou o tema do rearmamento nuclear por considerar o pacifismo uma bandeira para a URSS em oposição ao belicismo dos EUA.

2. Mensagem aos povos do mundo através da Tricontinental. Ernesto Che Guevara, Havana, 1967.

[...] A América constitui um conjunto mais ou menos homogêneo e quase na totalidade do seu território os capitais monopolistas norte-americanos mantêm uma primazia absoluta. Os governos títeres ou, no melhor dos casos, débeis e medrosos, não podem se contrapor às ordens de seu amo yanqui. Os norte-americanos chegaram quase ao máximo de sua dominação política e econômica, pouco mais poderiam avançar nesse momento. Qualquer mudança da situação poderia se converter em retrocesso de sua primazia. Sua política é manter o conquistado. Sua linha de ação se reduz no momento atual, ao uso brutal da força para impedir



movimentos de libertação de qualquer tipo. [...]

Sob o slogan “não permitiremos outra Cuba” se encobre as possibilidades de agressões impunes, como a perpetrada contra Santo Domingo ou, anteriormente, o massacre do Panamá, e a clara advertência de que as tropas yanquis estão dispostas a intervir em qualquer lugar da América onde a ordem estabelecida seja alterada, colocando em riscos seus interesses.

Essa política conta com uma impunidade absoluta: a OEA é uma máscara cômoda, por mais desprestigiada que esteja; a ONU é de uma ineficiência que beira o ridículo ou o trágico [...].

Na América Latina se luta com as armas em mãos na Guatemala, Colômbia, Venezuela e Bolívia e despontam já os primeiros surtos do tipo no Brasil. Existem outros focos de resistência que aparecem e se extinguem. Porém, quase todos os países deste continente estão maduros para uma luta de um tipo tal, que para triunfar, não pode conformar-se com menos que a instauração de um governo de estilo socialista.

O caminho é o do Vietnã; é o caminho que devem seguir os povos; é o caminho que seguirá a América. [...]

Como poderíamos olhar para um futuro brilhante e próximo se dois, três, muitos Vietnã florescessem pela superfície do planeta, com sua quota de morte e suas tragédias imensas, com seu heroísmo cotidiano, com seus repetidos ataques contra o imperialismo, com a obrigação que ele envolve para dispersar suas forças, sob o embate do ódio crescente dos povos do mundo!

E se todos fôssemos capazes de nos unir para que nossos golpes fossem mais sólidos e certos, para que a ajuda de todo tipo aos povos em luta fosse ainda mais efetiva, que grandioso seria o futuro e que próximo!

Considerando o texto, sua autoria e os temas tratados, podemos afirmar que:

- a) Che Guevara escreve o texto em apoio à URSS, que, naquele momento, era a grande inspiração política do guerrilheiro.
- b) Che Guevara considera o Vietnã um exemplo a ser seguido por toda a América, pela vitória conquistada contra os EUA por meio do apoio internacional.
- c) Che Guevara associa o autoritarismo político nas ditaduras latino-americanas à submissão dos seus governos aos EUA.

d) Che Guevara mostra como nos EUA boa parte da população era contrária à Guerra do Vietnã.

e) Che Guevara considera que, diferentemente do que aconteceu no Vietnã, a libertação da América pode acontecer de maneira pacífica.

3. “Esse enfoque histórico-crítico foi desenvolvido pela teoria da dependência [...] na sua visão do sub-imperialismo, ao mostrar que a implantação de economias industriais em vários países latino-americanos dava origem ao surgimento do capital financeiro na região. Este capital financeiro não se contentaria, contudo, com a modalidade de desenvolvimento local, mas aspiraria a um desenvolvimento regional, à extração de excedentes fora de suas fronteiras, e buscaria uma conciliação com o capital internacional, algum tipo de aliança para poder se afirmar como capital financeiro. Este era o caso que muito claramente se configurava no Brasil que se encontrava, naquele momento, muito à frente nesse processo.

Ao mesmo tempo eu buscava mostrar que os ciclos econômicos latino-americanos, que estavam, até a década de 50, extremamente vinculados aos ciclos da economia mundial e seus efeitos sobre a produção agrícola e sobre a produção mineira, mudavam de caráter a partir da década de 50. Devido ao avanço da industrialização, os ciclos passavam a apresentar modalidades endógenas, ciclos de 4 e 10 anos, que refletiam já a interiorização de uma indústria de maquinarias com sua dinâmica tecnológica própria e sua conseqüente forma cíclica.

Busquei mostrar também que o avanço desse setor industrial colocava a necessidade de estabelecer uma nova política diante do capital internacional. Este vinha substituir o capital nacional no processo de industrialização, trazendo tecnologias, financiamento e padrões de competitividade de economias que já tinham produtos tecnologicamente maduros. Era inevitável, portanto, que este capital internacional submetesse o capital nacional à sua dinâmica, que refletia a força emergente de uma economia mundial baseada num novo tipo de empresa multinacional. Devo lembrar que fui o primeiro a analisar a sua expansão na América Latina, sobretudo no meu livro *O Novo Caráter da Dependência*.

Este conjunto de novos estudos levava a uma reformulação de ordem teórica global e exigia uma metodologia de análise que situasse a história da América Latina no contexto da expansão do sistema capitalista mundial e que visualizasse, portanto, o surgimento dessas economias como uma modalidade específica da expansão do capitalismo a nível mundial.”

(SANTOS, 2000, p. 65-66).

O trecho anterior pertence a um dos teóricos da chamada Teoria da Dependência. A respeito dessa interpretação e do texto selecionado, podemos afirmar que:

- a) O economista Theotônio dos Santos afirma que a economia latino-americana se desenvolveria apenas se houvesse uma lógica pan-americana de apoio e suporte continental.
- b) O trecho afirma que as burguesias nacionais devem buscar um desenvolvimento particular a partir das características próprias de sua indústria, tal como se desenvolveram após os anos 1950.
- c) A partir do trecho anterior, é lícito dizer que o avanço do setor industrial nas economias latino-americanas, dos anos 1960, corresponde ao fim do modelo agrário-exportador das décadas anteriores.
- d) O economista afirma que após o desenvolvimento industrial dos países latino-americanos ocorreu a substituição do capital industrial pelo capital financeiro, característica das economias dependentes.
- e) O trecho afirma que o desenvolvimento capitalista nos países latino-americanos não é um fenômeno que pode ser entendido localmente, pois a América está historicamente integrada às dinâmicas do capital internacional.

Seção 4.3

América Latina no século XXI

Diálogo aberto

Na medida em que os temas da história se aproximam do presente, os debates em sala ganham em participação dos estudantes. Invariavelmente, as personagens discutidas nas Américas das últimas décadas ainda são relevantes para nosso cenário social e político. Suas ideias e seus projetos econômicos ainda estão em pauta. É nesse cenário que seus estudantes, a partir das cores dos partidos políticos pelos quais apresentam simpatia, discutem o papel do Estado na América contemporânea – ainda que a maioria o faça sem sabê-lo conceituar. Enquanto alguns prezam pela diminuição de impostos e até de políticas sociais, outros reafirmam a importância do Estado na distribuição da renda e no auxílio do desenvolvimento econômico. Como auxiliar em um debate mais aprofundado sobre o tema? Como o debate sobre a história da América contemporânea pode contribuir para uma discussão fundamentada a partir das experiências do Neoliberalismo e do desenvolvimentismo no continente? Como demonstrar aos estudantes que as noções políticas que eles esboçam em sala têm uma história e já foram testadas com resultados diversos? Quais conceitos e estudos de caso podemos mobilizar para refletir em soluções para nossas mazelas sociais históricas?

Não pode faltar

Os debates político e econômico na América Latina, ao longo do XIX e do XX, foram profundamente marcados por uma perspectiva de grandiosas transformações no futuro. Na historiografia, abundam os trabalhos sobre a noção de “utopia” na América Latina. Nas artes e na literatura latino-americana, muitas vezes, com destaque internacional, a temática da utopia e do “labirinto latino-americano” também se tornaram habituais. Há, no debate, uma ambivalência entre a dificuldade do presente e as gigantescas potencialidades do futuro. Como disse uma personagem da ficção histórica de Borges (1998, p. 14), “na América é absurdo inventar um país”, aqui propõe-se

“a invenção de um planeta”.

Ao estudarmos a América do século XX, caro aluno, abordamos a diversidade de projetos e lutas políticas, da Cuba, de Castro, ao Chile, de Pinochet, da democracia socialista de Allende à “ditadura perfeita” mexicana. Apesar de nosso destaque político para a abordagem até aqui – apenas uma de muitas possíveis – nosso continente também foi palco de intensa experimentação econômica e cultural.

Na economia, diferentes narrativas e teorias surgiram para explicar e superar nosso quadro econômico – de “atraso” ou “periférico” de acordo com a abordagem. Com o processo de reestruturação política econômica posterior à Segunda Guerra Mundial, a partir da ONU, criou-se a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL). Os economistas integrantes da CEPAL, como o brasileiro **Celso Furtado**, acreditavam que o desenvolvimento econômico dos países latino-americanos aconteceria a partir da industrialização e da superação do modelo agrário-exportador vivido em quase todo o continente. As noções cepalinas estavam profundamente influenciadas pelas teorias de John Keynes e, assim, viam a participação do Estado como elemento central do desenvolvimento econômico. Essa perspectiva foi nomeada de **desenvolvimentismo** e deu suporte teórico a governos de diferentes matizes ideológicos, de Juscelino Kubitschek, no Brasil, a Díaz Ordaz, no México. Esses governos ficaram conhecidos por grandes investimentos em infraestrutura e na concessão de benefícios às grandes indústrias e multinacionais, além de um acelerado processo de urbanização.

No entanto, uma das principais propostas dessa escola de economistas nunca foi seriamente adotada: a **reforma agrária**. Na maior parte dos países latino-americanos, a concentração de terras ainda reflete uma estrutura desigual e com traços oligárquicos. Qualquer pauta sobre a modernização das relações de trabalho no campo enfrentou interesses de grupos com grande poder político – muitos dos governos derrubados nos golpes do último século tinham como bandeira a reforma agrária: Guatemala, Nicarágua, Honduras, Brasil e Chile, por exemplo.



Pesquise mais

Matando por terras

Matando por terras é o nome de um documentário sobre as mortes

brutais pelas terras do norte do Brasil. No texto a seguir, a jornalista Eliane Brum aborda o filme e descreve uma de suas cenas.

Pouco antes de morrer, o cineasta Adrian Cowell liberou um documentário com cenas brutais da guerra travada na Amazônia brasileira. Filmada nos anos 80, a obra manteve-se inédita no Brasil por mais de duas décadas para proteger as testemunhas de assassinatos. [...]

Cena 3 – O homem corre. Os pistoleiros o perseguem atirando. O homem carrega uma criança nas costas. O menino grita primeiro. As últimas palavras do homem são: 'Ô malvadeza'. Os dois corpos tombados na terra. O do posseiro Sebastião Pereira, liderança rural. E o de Clésio, de três anos. Um corpo de menino na mesa do necrotério, vítima de uma guerra que o matou antes que pudesse entendê-la. Uma guerra onde as crianças recebem balas de chumbo.

O filme revela, de forma crua e persistente, como possivelmente nenhum outro documentário sobre o tema, a guerra travada na Amazônia. Uma guerra que, antes como agora, a maioria finge desconhecer. Rodado ao longo da rodovia Belém-Brasília, documenta o conflito entre fazendeiros – temerosos de perder os privilégios garantidos pela ditadura militar – e sem-terra. Mais de 100 pessoas foram mortas na região neste período. [...]

Em certo momento do filme, ainda aparece Paulo Brossard, então ministro da Justiça, reagindo com veemência às denúncias de assassinatos na Amazônia, feitas pela Anistia Internacional, com uma frase que já era popular naquela época: "É uma fantasia!".

Antes, os mortos eram chamados de sem-terra ou posseiros. Hoje, a maioria é "assentado". No papel, conquistou-se assentamentos do Incra, reservas extrativistas, florestas nacionais. Mas as conquistas dos anos de democracia não alcançaram o concreto dos dias: o Estado que está no papel não está na vida. (BRUM, 2012, [s.p.])





A América Latina e as cidades

Na América Latina, as profundas desigualdades da estrutura fundiária e os projetos de futuro associados à industrialização colaboraram para o crescimento desordenado das grandes cidades, dentre elas, São Paulo, Buenos Aires e Cidade do México, que concentram gigantescas massas populacionais e, em seus entornos, os contrastes das sociedades latino-americanas ficam mais evidentes.

Figura 4.7 | Contrastes urbanos



Fonte: <<https://goo.gl/nVokXT>>. Acesso em: 6 set. 2017.

Como vimos ao longo das últimas seções, a manutenção de governos autoritários ou de antigas oligarquias no poder não significou a ausência de projetos considerados modernizantes para as economias locais. A partir dos anos 1970, criava-se uma revisão das teses desenvolvimentistas na América Latina (que seria consolidada nas décadas seguintes): a partir de Pinochet e de Reagan, inaugurava-se o **Neoliberalismo**. A ditadura chilena implementou pioneiramente um grande pacote de desestatização da economia, privatizando os recursos minerais nacionalizados por Allende e limitando os serviços oferecidos pelo estado. Nos EUA, o governo Reagan garantiu apoio à ditadura chilena – que prosperava economicamente e silenciava qualquer protesto político – e assistiu à queda do Muro de Berlim e da URSS. Durante **os processos de redemocratização na América**

do Sul e em meio ao **discurso de globalização dos anos 1990**, por meio do chamado **Consenso de Washington**, o Neoliberalismo seria apresentado pelas instituições financeiras e econômicas dos EUA como a solução para a superação do atraso latino-americano. Brasil, México e Argentina, ainda que de modos distintos, adotariam receitas prescritas pelo Fundo Monetário Internacional (**FMI**), com grandes processos de privatização, controle de déficits e orçamentos voltados para o controle da inflação, mudanças ou cortes nos direitos trabalhistas e nas aposentadorias.

Os governos de **Carlos Menem** (1989-1999), na Argentina, de **Alberto Fujimori** (1990-2000), no Peru, de Salinas de Gortari (1988-1994), no México, e de **Fernando Henrique Cardoso** (1994-2002), no Brasil, se tornaram exemplos icônicos desse momento. Menem adaptou a retórica peronista às políticas econômicas do Neoliberalismo. Durante seu governo foram privatizadas mais de 50 estatais: empresas de telefonia, energia elétrica, canais públicos de rádio e televisão, empresas petrolíferas e de abastecimento em geral. Os preços deixariam de ser regulados pelo Estado. A emissão de moeda passou por um rigoroso controle do Banco Central por meio da paridade peso-dólar. Todas essas medidas reduziram drasticamente a inflação, resultando em um sucesso momentâneo das políticas de Menem, visto como um modelo de implementação do receituário do FMI. No entanto, na segunda metade dos anos 1990, a Argentina passou a enfrentar graves problemas econômicos. Devido ao aumento das importações, o desemprego dobrou ao longo da década. Com a economia globalizada, as crises mundiais, a partir de casos como o mexicano e o russo, atingiram profundamente a Argentina. A necessidade de novos empréstimos junto ao FMI comprometia e limitava o orçamento do país. A dívida externa argentina havia saltado de 4 bilhões de dólares, no início dos anos 1990, para US\$ 146 bilhões, em uma década. Bancos passaram a restringir o saque de seus correntistas e, nesse cenário, a população se rebelou contra o governo – com a queda do então presidente eleito em 1999, Fernando de la Rúa e, uma semana depois, do novo presidente Adolfo Rodríguez Saá. Com a situação insustentável, o governo argentino determinou a moratória: era incapaz de honrar o pagamento de sua gigantesca dívida externa.

Salvo pela instabilidade política, esse cenário guarda muitas semelhanças com o do Brasil e do México no mesmo momento.

Também adepto do Consenso de Washington, o governo mexicano buscou controlar suas finanças a partir dos empréstimos e das sugestões do FMI. A moeda atrelada ao dólar e sua posterior flutuação, assim como o aumento do desemprego, porém, apresentaram resultados funestos para a economia do país no médio prazo. A crise mexicana causou uma grande retirada de investidores em toda a América Latina, conhecida como *Efeito Tequila*.

Dessa maneira, no início dos anos 2000, a América Latina viu crescer a oposição às políticas neoliberais. Governos como os de **Hugo Chávez** (Venezuela, 1999–2013), de Néstor Kirchner (Argentina, 2003–2007), **Luís Inácio Lula da Silva** (Brasil, 2003–2010), **Evo Morales** (Bolívia, 2006) e **Rafael Correa** (Equador, 2007–2017), apesar das diferenças ideológicas, chegaram ao poder com um discurso de crítica das políticas do Consenso de Washington. Entretanto, muito antes desses governos, movimentos sociais e grupos de esquerda se articularam contra as propostas neoliberais e os acordos do mundo globalizado. No caso mexicano, a adoção do **NAFTA** (*North American Free Trade Agreement* ou Tratado de Livre Comércio Norte-Americano, em português), que previa a livre circulação de mercadorias entre os países da América do Norte – somada às acusações de fraudes eleitorais – foi alvo de grandes manifestações. A mais famosa delas foi composta pelo **Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN)**, grupo revolucionário surgido a partir do estado de Chiapas que articulou tradições e demandas indígenas ao passado zapatista da Revolução Mexicana e ao discurso de uma nova esquerda antiglobalização. Diferentemente de outros grupos revolucionários latino-americanos das últimas décadas, como o **Sendero Luminoso** (no Peru) e as **Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC)**, que acabaram mais marcadas na imprensa pela violência e a relação com o narcotráfico do que por suas ideologias socialistas, a EZLN conquistou a autonomia de grandes territórios indígenas e conta com apoio de intelectuais e diversos grupos sociais no México e por todo o globo até os dias de hoje.



Exemplificando

Primeira declaração da EZLN

Primeira declaração da Selva Lacandona

HOJE DIZEMOS BASTA! Ao povo do México: irmãos mexicanos,

Figura 4.8 | Comandata Ramona



Somos produto de 500 anos de lutas: primeiro contra a escravidão na guerra de Independência contra a Espanha encabeçada pelos insurgentes [...] depois o povo se rebelou formando seus próprios líderes, surgiram Villa e Zapata, homens pobres como nós a quem tem sido negado a preparação mais elementar para que assim pudessem nos utilizar como “bucha de canhão” e saquear as riquezas de nossa pátria sem importarlhes que estejamos morrendo de fome e de doenças curáveis, sem importarlhes que não tenhamos nada, absolutamente nada, nem um teto digno, nem terra, nem trabalho, nem saúde, nem alimentação, nem educação, sem ter direito a eleger livre e democraticamente as nossas autoridades, sem independência dos estrangeiros, sem paz nem justiça para nós e nossos filhos. POVO DO MÉXICO: declaramos que não deixaremos de lutar até conseguir o cumprimento destas demandas básicas do nosso povo formando um governo de nosso país, livre e democrático. [...] (COMANDO GERAL DA EZLN, 1993, [s.p.]

Fonte: <<https://goo.gl/ZN5LbQ>>; <<https://goo.gl/6fifHCT>>. Acesso em: 6 set. 2017.

Na América do Sul a virada à esquerda dos governos teria como caso mais ilustre (e polêmico) o do ex-presidente Hugo Chávez. Ex-militar e revolucionário, Chávez havia tentado chegar ao poder por meio de um golpe no início dos anos 1990. Derrotado e preso, mas com grande popularidade, ao sair da cadeia passou a lutar politicamente por meio do *Movimento Quinta República*, que mais tarde se tornaria o **Partido Socialista Unido da Venezuela**. Eleito com uma grande maioria em 1998, Chávez anunciou uma nova era política para o país que denominou de **Revolução Bolivariana**. Bolívar, visto como o pai da pátria, seria o grande exemplo de luta anti-imperialista e de pan-americanismo. Ao mesmo tempo, Chávez articulou as tradições e figuras históricas locais com o ideário socialista para criar o que ele chamou de *socialismo do século XXI*: o avesso do Neoliberalismo e do Consenso de Washington. O nome do país foi mudado para *República Bolivariana da Venezuela*. Com os altos valores do petróleo, seu governo investiu grandes quantias em políticas públicas, combate à pobreza e à desigualdade, contando com forte apoio popular. Em 2002, quando forças da oposição

– com apoio dos militares e da imprensa – se agruparam em um **golpe** que depôs o presidente, manifestantes pró-Chávez tomaram as ruas e, com a pressão popular, recolocaram o governante em seu posto. A cisão do país entre grupos populares chavistas e oposição materializava-se.



Pesquise mais

A Revolução não será televisionada – o golpe na Venezuela

Os jornalistas irlandeses Kim Bartley e Donnacha O'Brian encontravam-se na Venezuela durante o golpe e a reação popular de 2002. As filmagens são ricas para entender o apoio popular e a oposição ao governo Chávez.

(Disponível em: <<http://www.irdeb.ba.gov.br/evolucaohiphop/?p=5085>>. Acesso em: 6 set. 2017).

Contando com o suporte de sua base, o presidente iniciou uma série de políticas que lhe permitiu concentrar poderes: mudanças na Constituição davam o direito de disputar a reeleição ininterruptamente. As respostas ao golpe sofrido também foram vistas como autoritárias pela oposição e um dos principais canais da televisão que haviam apoiado o golpe perdeu sua concessão. Os anos seguintes foram de crescimento econômico, melhora na qualidade de vida da maior parte da população e de concentração de poderes no poder executivo e na figura pessoal do presidente. Nesse cenário, a relação com a oposição e com os EUA se deteriorava: em meio a doutrina de Guerra ao Terror, George W. Bush classificava a Venezuela como parte de um **Eixo do Mal**. Por outro lado, o alinhamento com o governo cubano, com a Bolívia de Evo Morales, o Brasil de Lula e a Argentina de Kirchner aprofundou medidas de integração como a **Unasur**, União das Nações Sul-Americanas.



Exemplificando

Do Mercosul a Unasur

No início dos anos 1990, em meio ao avanço das políticas neoliberais, surgia o **Mercado Comum do Sul**, um acordo que facilitaria o trânsito de mercadorias e pessoas entre Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai. Mais tarde, outros países seriam agregados ao **Mercosul**, que objetiva,

sobretudo, uma integração econômica da região a partir da redução das tarifas alfandegárias entre vizinhos.

Com outra proposta, no ano de 2004, surgia a União das Nações Sul-Americanas: trava-se aqui de uma união política com um discurso pan-americanista e que se materializou em ações como a **UNILA**, Universidade Federal da Integração Latino-Americana.



Refleta

Figura 4.9 | 11 de setembro nos EUA, a Guerra ao Terror e Guantánamo



Fonte: <https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/e/e5/North_face_south_tower_after_plane_strike_9-11.jpg>; <<https://goo.gl/C5BaMz>>. Acesso em: 6 set. 2017.

Em 11 de setembro de 2001, aviões comerciais tomados pelo grupo terrorista Al-Qaeda foram lançados contra as **Torres Gêmeas** e o **Pentágono**, símbolos do poder econômico e militar dos EUA. O líder do grupo era um velho conhecido dos EUA: **Osama Bin Laden**, milionário saudita e fundamentalista islâmico, treinado pela CIA para lutar contra os soviéticos no Afeganistão. Após os ataques, o presidente **George W. Bush** lançou as bases da política conhecida como **Guerra ao Terror**: em nome da segurança nacional, o governo dos EUA poderia reduzir liberdades individuais e iniciar conflitos a partir de guerras “preventivas”. A base militar de Guantánamo (acima) se tornou um de seus símbolos: passou a ser utilizada para aprisionar suspeitos de terrorismo – mesmo sem comprovação ou julgamento – e utilizar técnicas de interrogatório com torturas físicas e psicológicas.

Após a invasão do Afeganistão, os EUA invadiram o Iraque, em 2003, e a instabilidade gerada pelas forças locais, pelo fundamentalismo e pela atuação da potência estrangeira – vista como um inimigo por boa parte da população – ainda custam milhares de vidas nos dias de hoje. Esse contexto suscita uma série de questões de respostas complexas: como combater o terrorismo? É possível fazê-lo a partir de um exército invasor, de desrespeito aos direitos humanos? O fundamentalismo islâmico não se alimenta das ações violentas contra países muçulmanos?

A partir da crise mundial de 2009 e com a queda no preço das *commodities*, a economia venezuelana – assim como de boa parte da América Latina – seria duramente atingida. Com as baixas no valor do barril de petróleo, os investimentos estatais foram reduzidos e o governo passou a viver um processo de refluxo que anos mais tarde originou uma crise de abastecimento. Nesse cenário de crise e crescimento da oposição, Chávez morreu vítima de um câncer em 2013. A presidência foi assumida por Nicolas Maduro, seu vice, em meio a uma grave crise econômica que assolava o país, com grandes manifestações de opositores e uma violenta repressão do governo.

A América Latina tem assistido, nos últimos anos, à diferença do que ocorreu em 2000, uma retomada de políticas neoliberais, como mostram o caso brasileiro e argentino. Em partes, um debate semelhante a respeito do papel do estado ocorrido nos EUA: enquanto o presidente democrata **Barack Obama** (2009-2017) propôs a criação de um sistema público de saúde – apelidado de *Obamacare* pela oposição –, **Donald Trump** (2017) foi eleito com a proposta de colocar fim às políticas públicas criadas pelo governo anterior. As manifestações contrárias e em favor do governo nos EUA, como na Venezuela, mostram que os rumos da economia na América passam pelo debate político e pela pressão popular.

Nossa história está em aberto. As grandes decisões políticas e econômicas não passam apenas pelos escritórios de grandes homens e corporações. A ação cotidiana e a luta política de mulheres e homens na América é o princípio e a base sobre a qual se sustentam regimes e sistemas econômicos. Apesar de todos os problemas econômicos e sociais, a América Latina segue enfrentando seus dilemas com a criatividade que marca o continente no qual se consolidou a república no mundo contemporâneo. A América, “labirinto”, “utópica”, mas que conjuga a modernidade de suas cidades às suas tradições indígenas todos os dias é de difícil compreensão para aqueles que pensam a partir dos simples esquematismos dos modelos eurocêntricos. Como disse Gabriel García Márquez, ao aceitar o prêmio Nobel de literatura, em 1982:



[...] os europeus de boa vontade — e às vezes aqueles de má vontade também — têm sido arrebatados, com cada vez mais força, pelas novidades fantásticas da América Latina, esse reino sem fronteiras de homens alucinados

e mulheres históricas, cuja infinita obstinação se confunde com a lenda. (LUIZ, 2017, [s.p.])

Siga no estudo dessas “novidades fantásticas”, caro aluno!

Sem medo de errar

Cabe ao professor de história mais do que mostrar as diferenças conceituais nas teorias econômicas e políticas: trata-se de refletir sobre as aplicações desses sistemas, a historicidade desses projetos, as forças em jogo e seus conflitos. O Neoliberalismo não poderá ser debatido em uma aula de história sem discutirmos a Escola de Chicago, a ditadura de Pinochet, os governos de Reagan, Menem e Salinas de Gortari, por exemplo. Apesar do núcleo comum do ideário neoliberal, sociedades diferentes e momentos históricos diversos articularam suas propostas de distintas maneiras. As ideias só existem se enunciadas por seres humanos de carne e osso, em conflitos e redes de poder historicamente constituídos. O desafio em sala de aula é, portanto, demonstrar que independentemente da opinião ou das afinidades dos estudantes, as ideias apresentadas no debate político e econômico não pertencem a eles nem foram inventadas ontem: constituem parte integrante de nossa história nas últimas décadas. O mesmo vale para discutirmos situações do presente: os conflitos na Venezuela, o governo Trump, os protestos racistas no Sul dos EUA. Nenhuma dessas temáticas poderá ser entendida sem considerarmos o histórico de agudas agitações que nos levam a refletir sobre as disputas políticas do presente.

Finalmente, em tempos em que se discute a possibilidade de uma suposta neutralidade do ensino, é preciso lembrar que não existe escolha conceitual neutra: todo conceito informa e constitui uma determinada visão de mundo historicamente determinada. Desse modo, ao discutirmos temáticas como o “desenvolvimentismo” ou o “bolivarianismo”, é importante que o professor seja capaz de mostrar as origens e os usos do termo e, sobretudo, da ação das personagens que colocaram essas ideias no debate público. Bons estudos!

Faça valer a pena

1. Na imagem, a seguir, temos um encontro entre Hugo Chávez e o ex-presidente russo, Dmitri Medvedev. Ao fundo, entre as bandeiras da Bolívia e da Rússia, a sempre presente pintura de Simon Bolívar.

Figura 4.10 | Medvedev e Chávez



Fonte: <https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/6/6b/Dmitry_Medvedev_and_Hugo_Chavez%2C_2008.jpg>. Acesso em: 6 set. 2017.

A respeito dos governos de Hugo Chávez e de suas propostas para a Venezuela, é correto afirmar que:

- O “bolivarianismo” constituiu uma interpretação distinta do modelo de socialismo soviético do século XX: formou-se, em grande parte, de um debate local, latino-americano, carregado de nacionalismo e elementos das tradições políticas venezuelanas.
- O uso que Hugo Chávez faz de Simon Bolívar está presente em uma política que busca valorizar esse importante líder marxista do século XIX.
- Hugo Chávez criou o culto à figura de Simon Bolívar, entendido como libertador e herói pátrio, diferentemente do que acontecia nas décadas anteriores quando a figura de San Martín era mais valorizada na Venezuela.
- O governo de Hugo Chávez esteve calcado, sobretudo, na ideologia marxista e utilizou a figura de Bolívar apenas para ter maior apelo popular, elemento típico das políticas populistas.
- O governo Chávez foi marcado por um aumento profundo nas desigualdades e no empobrecimento da maior parte da população.

2.



“Exército Zapatista de Libertação Nacional
Sexta Declaração da Selva Lacandona.

Esta é a nossa palavra simples que busca tocar o coração da gente humilde e simples como nós, mas, também como nós, digna e rebelde. Esta é a nossa palavra simples para contar o que tem sido o nosso caminhar e onde estamos agora, para explicar como vemos o mundo e o nosso país, para dizer o que pensamos fazer e como

pensamos fazê-lo, e para convidar outras pessoas a caminharem conosco em algo muito grande que se chama México e em algo maior que se chama mundo. Esta é a nossa palavra simples para dar conta a todos os corações que são honestos e nobres, do que queremos no México e no mundo. Esta é nossa palavra simples porque nossa ideia é de chamar aqueles que são como nós e unirmos a eles, em todos os lugares onde vivem e lutam.

Do que somos: nós somos os zapatistas do EZLN, ainda que nos chamem também “neozapatistas”. Bom, mas nós zapatistas do EZLN nos levantamos em armas em janeiro de 1994 porque vimos a quantidade de maldades que nos fazem os poderosos, que só nos humilham, nos roubam, nos prendem e nos matam, e ninguém diz e nem faz nada. Por isso, nós dissemos “Basta!”, ou seja, já que não vamos permitir que nos desprezem e nos tratem pior que os animais. E, então, também dissemos que queremos a democracia, a liberdade e a justiça para todos os mexicanos, ainda que tenhamos centrado mais nos povos indígenas. Porque nós do EZLN somos quase todos indígenas daqui de Chiapas, mas não queremos lutar só pelo nosso bem ou só pelo bem dos indígenas de Chiapas, ou só pelos povos indígenas do México, nós queremos lutar sim com todas as pessoas simples e humildes como nós, que passam por grande necessidade e que sofrem a exploração e os roubos dos ricos e de seus maus governos aqui no nosso México e em outros países do mundo. [...]

E então começamos a falar com outros povos indígenas do México e com suas organizações e acordamos com eles de que vamos lutar juntos pelo mesmo, ou seja, pelo reconhecimento dos direitos e da cultura indígenas. Bom, também nos apoiou muita gente do mundo inteiro, e pessoas que são muito respeitadas e cuja palavra é muito grande porque trata-se de grandes intelectuais, artistas e cientistas do México e do mundo inteiro. Realizamos também encontros internacionais, ou seja, nos juntamos para falar com pessoas da América, da Ásia, da Europa, da África e da Oceania, conhecemos suas lutas e seus jeitos, e dissemos que são encontros “intergalácticos” só para sermos brincalhões e porque convidamos também os de outros planetas, mas parece que não chegaram, ou talvez chegaram, mas não o disseram claramente.

Das montanhas do Sudeste Mexicano. (ENLACE ZAPATISTA, 2005, [s.p.]

A partir do documento produzido pela EZLN e sua história, podemos afirmar corretamente que:

- a) O movimento dos guerrilheiros adota um discurso estritamente marxista e vê a questão da luta de classes como o centro da disputa política no México.
- b) O movimento da EZLN, ao se afirmar “zapatista” – e não “neozapatista” – busca se ligar diretamente às tradições de luta dos camponeses liderados por Emiliano Zapata entre 1910 e 1919.
- c) O documento apresentado pela EZLN aborda a América Latina de uma maneira integrada, como se compuséssemos um único povo.
- d) Influenciado pelo Foro de São Paulo, a EZLN atua em toda a América para a construção de uma revolução socialista.
- e) Apesar do discurso, a EZLN não é composta por grupos indígenas, mas por grupos políticos dissidentes que vieram da Cidade do México, sobretudo jovens socialistas.

3.



Colômbia encerra hoje etapa de entrega de armas das Farc, em La Guajira.

O governo colombiano e as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia concluirão, nesta terça-feira, a entrega de armas da organização guerrilheira em 26 regiões transitórias de normalização – áreas que reúnem cerca de 7 mil integrantes das Farc durante a desmobilização do grupo. Além disso, vão formalizar a conversão imediata dessas regiões em Espaços Territoriais de Capacitação e Reintegração de ex-combatentes. As informações são da agência de notícias Télam.

Segundo a ONU, a remoção de armas foi concluída em 20 das 26 regiões transitórias para atender ao acordo de desarmamento do processo de paz, negociado durante quatro anos em Havana e firmado em novembro do ano passado na capital colombiana, Bogotá.

Nos seis locais restantes, incluindo Pondores, no povoado de Fonseca Guajira, a entrega de armas será concluída hoje. Em seguida, em uma cerimônia simples, o presidente Juan Manuel Santos e Iván Márquez, um dos líderes das Farc, vão dar por concluída a etapa de desarmamento do grupo guerrilheiro no povoado de Funza, próximo a Bogotá.

Segundo o jornal El Tiempo, a cerimônia marca o fim da

principal tarefa da missão da Organização das Nações Unidas (ONU) na Colômbia: garantir a entrega das armas pelas Farc e seu depósito em local onde serão convertidas, mais tarde, em monumentos pela paz.

Em paralelo, nesta terça-feira também termina o prazo para que as Farc entreguem à missão da ONU a lista completa de seus ativos, que serão usados para reparação das vítimas do grupo e em programas de reintegração de ex-combatentes.

A ONU dispõe, no momento, de uma lista provisória de bens recebidos da ex-organização guerrilheira em 29 de julho, e aguarda 'uma decisão do governo para receber o inventário completo dos bens e ativos das Farc'."

A respeito das FARC, da notícia anterior e da situação da Colômbia nas últimas décadas, é correto afirmar que:

- a) As FARC são as principais responsáveis pelo tráfico de drogas no mundo e, por isso, foram perseguidas pelos governos colombiano e estadunidense.
- b) A origem das FARC remete aos combatentes marxistas opostos à ditadura colombiana dos anos 1970.
- c) Apesar dos mais de 6000 sequestros realizados pelas FARC, não houve atuação da ONU para auxiliar as negociações entre governo e guerrilheiros.
- d) A notícia não trata de um assunto relativamente novo, na medida em que negociações diretas entre as FARC e o governo colombiano foram comuns nas últimas três décadas.
- e) A notícia aborda um momento histórico para a política e a sociedade colombiana, na medida em que após anos de luta armada as FARC se tornaram um partido político.

Referências

- ADORO CINEMA. **Plantoon**. Disponível em: <<http://www.adorocinema.com/filmes/filme-29700/>>. Acesso em: 6 set. 2017.
- AGUILAR, C. H. **À sombra da Revolução Mexicana** – História Mexicana Contemporânea, 1910-1989. São Paulo: Edusp, 2000.
- ANSALDI, W. **Calidoscopio latinoamericano** – imagens históricas para um debate vigente. Buenos Aires: Ariel/Planeta, 2004.
- BORGES, J. L. "Tlön, Urbar e Orbis Tertius". **Ficcões**. Editora Globo: São Paulo, 1998. p. 6-16.
- BOYER, J. F. Da soberania à dependência. **Le monde diplomatique**, 4 mar. 2011. Disponível em: <<http://diplomatie.org.br/da-soberania-a-dependencia/>>. Acesso em: 3 out. 2017.
- BRUM, E. Matando por terras. **Época**, 2 jul. 2012. Disponível em: <<http://revistaepoca.globo.com/Sociedade/eliane-brum/noticia/2012/07/matando-por-terras.html>>. Acesso em: 3 out. 2017.
- CANCLINI, N. G. **Culturas híbridas** – estratégias para entrar e sair da modernidade. São Paulo: Edusp, 2013.
- CASTRO, F. **La historia me absolverá**. Caracas: Correo del Orinoco, 2013.
- CLERUS. Conclusões de Mellin. In: CONFERÊNCIA GERAL DO EPISCOPADO LATINO-AMERICANO, 2. 1968. **Resumos...** Medellín: Paulinas, 1968. Disponível em: <<http://www.clerus.org/clerus/dati/2009-01/09-13/medellin.html>>. Acesso em: 3 out. 2017.
- CELAM. **Conclusões da Conferência de Medellín** - 1968. São Paulo: Edições Paulinas, 1998.
- CHOMSKY, N. **Secret, lies and democracy**. Tucson: Odonian, 1994.
- DA TÉLAM. **Colômbia encerra hoje etapa de entrega de armas das Farc, em La Guajira**. 2017. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2017-08/colombia-encerra-hoje-etapa-de-entrega-de-armas-das-farc-em-laguajira>>. Acesso em: 6 set. 2017.
- EZLN. **Sexta declaração da Selva Lacandona**. 2005. Disponível em: <<http://enlacezapatista.ezln.org.mx/sdsl-pt/>>. Acesso em: 6 set. 2017.
- FENELON, D. **A Guerra Fria**. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1983.
- FOLHA DE S. PAULO. **Anticomunista, Ronald Reagan não citou União Soviética na posse**. 2017. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2017/01/1851123-anticomunista-ronald-reagan-nao-citou-uniao-sovietica-na-posse.shtml>>. Acesso em: 14 nov. 2017.
- FUNES, P. **Historia mínima de las ideas políticas en América Latina**. México: El Colégio de México, 2014.

GUEVARA, E. C. **Crear dos, três... muchos Vietnam. Mensaje a los pueblos del mundo a través de la Tricontinental.** Cuba, [1967] 2013. Tradução do autor. Disponível em: <https://www.marxists.org/espanol/guevara/04_67.htm>. Acesso em: 6 set. 2017.

HEMEROTECA PL. Hace 104 años nació el soldado del pueblo. **Prensa Libre**, 14 set. 2017. Disponível em: <<http://www.prensalibre.com/hemeroteca/hace-102-aos-nacio-el-soldado-del-pueblo>>. Acesso em: 3 out. 2017.

KORNBLUH, P. **The Pinochet File: A Declassified Dossier on Atrocity and Accountability.** Nova York: New Press, 2003.

KRAUZE, E. **La dictadura perfecta.** Disponível em: <<http://www.letraslibres.com/mexico-espana/la-dictadura-perfecta>>. Acesso em: 6 set. 2017.

LUIZ, A. 50 frases de Gabriel Garcia Márquez para colar na parede. **Bula**, 2017. Disponível em: <<http://www.revistabula.com/5508-50-frases-de-gabriel-garcia-marquez-para-colar-na-parede/>>. Acesso em: 3 out. 2017.

MIGLIACCI, F.; MORANDI, G. **C'era un ragazzo che come me amava i Beatles e i Rolling Stones.** RCA Italiana: PM 3375, 1966.

PRADO, N. L. C.; PEREGRINO, G. **História da América Latina.** São Paulo: Contexto, 2014.

PRADO, M. L. C.; PEREGRINO, G.; COLOMBO, S. **Reflexões sobre a democracia na América Latina.** São Paulo: SENAC, 2007.

PREVIDELLI, A. Veja na íntegra o histórico discurso de Martin Luther King. **Exame**, 12 set. 2013. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/mundo/veja-na-integra-o-historico-discurso-de-martin-luther-king/>>. Acesso em: 3 out. 2017.

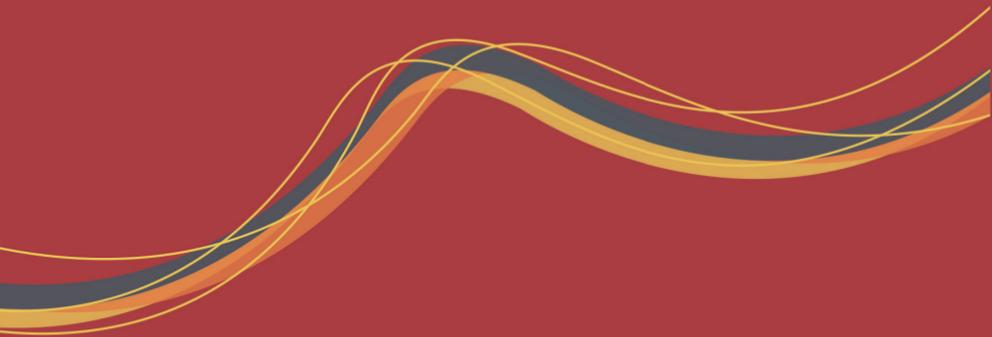
RFI. **Argentina condena ex-juízes à prisão perpétua por crimes da ditadura.** 2017. Disponível em: <<http://br.rfi.fr/americas/20170727-argentina-condena-ex-juizes-prisao-perpetua-por-crimes-da-ditadura>>. Acesso em: 14 nov. 2017.

RODRIGUES, V. M. **Malcolm X: entre o texto escrito e o visual.** 2010. 206 f. Dissertação (Mestrado em Teoria Literária) – Unesp, São José do Rio Preto. 2010.

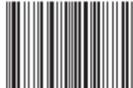
SAMRANI, S. Salim Lamrani: Um bate-papo com Yoani Sánchez. **Viomundo**, 19 fev. 2013. Disponível em: <<http://www.viomundo.com.br/entrevistas/salim-lamrani-um-bate-papo-com-yoani-sanchez.html>>. Acesso em: 3 out. 2017.

SANTOS, T. dos. **A teoria da dependência: balanço e perspectivas.** São Paulo: Ed. Insular, 2000.

SELLERS, C. **Uma reavaliação da história dos Estados Unidos.** Rio de Janeiro: Zahar, 1990.



ISBN 978-85-522-0288-2



9 788552 202882 >